

Engenharia. Admirado e respeitado pela sua notoriedade acadêmica e integridade moral recebeu 15 vezes a missão de atuar como patrono ou paraninfo na outorga de grau dos alunos que concluíram o curso de Engenharia. Deixou vários trabalhos técnicos e didáticos publicados (artigos técnicos, trabalhos acadêmicos, resenhas publicadas em periódicos, palestras apresentadas em conferências e congressos, notas de aula e contribuições literárias para a Estante Paranista e Boletim do IHGPR). No decorrer da vida recebeu vários títulos e condecorações. Por onde passou, Luiz Carlos Pereira Tourinho deixou um verdadeiro legado que suscita o respeito e admiração nas pessoas que, direta ou indiretamente, desfrutaram as lições e bons exemplos por ele deixado em vida e obra. A obra **Toiro Passante V - 2ª Parte, Tempo de República Democrática**, trata-se de uma edição especial publicada 18 anos após seu falecimento. O trabalho adormecia nas prateleiras empoeiradas do tempo aguardando ajustes de formatação, diagramação e revisões ortográficas que permitissem atender os padrões editoriais exigidos pela respeitada coleção Estante Paranista do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná. Toiro Passante V - 2ª Parte, foi o último legado impresso deixado por Luiz Carlos Pereira Tourinho e, dada sua relevância, não poderia ficar, injustamente, esquecido no tempo. Através desta publicação a obra do consagrado autor renasce das cinzas para prestar mais uma inestimável contribuição literária em prol da história e da cultura do povo paranaense.

Instituto Histórico e Geográfico do Paraná

Edifício Aluizio França

Rua José Loureiro, 43

Centro – Curitiba/PR

CEP 80010-000

Tel.: (41) 3224-0683

e-mail: ihgpr1900@hotmail.com



PARANISTA

“Paranista consiste num grupo de historiadores e escritores, cujo o estilo literário repousa num estado de espírito que denota uma admiração, entusiasmo e vanglória em admirar, exaltar, defender e difundir, com espírito ufano, a história, a cultura, as letras, as coisas e os interesses do estado e do povo do Paraná”.

ESTATUTO IHGPR – Artigo 1º

O Instituto Histórico e Geográfico do Paraná (IHGPR), é pessoa jurídica de direito privado, de caráter cultural, sem fins lucrativos, reconhecido como de utilidade pública municipal, estadual e federal, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, fundado em 24 de maio de 1900 com a denominação de Instituto Histórico e Geográfico Paranaense, até 30 de abril de 1947, quando passou a Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense e com a atual denominação a partir de 29 de junho de 1999.

DIRETORIA

Presidente:	PAULO ROBERTO HAPNER
1º Vice-Presidente:	ERNANI COSTA STRAUBE
2º Vice-Presidente:	AYRTON GONÇALVES CELESTINO
3º Vice-Presidente:	JANARY MARANHÃO BUSSMANN
1º Secretário:	KALLIL SAAD MATTAR ASSAD
2º Secretário:	CARLOS RAVAZZANI
1º Tesoureiro:	CARLOS ZATTI
2º Tesoureiro:	JANAÍNA DE FÁTIMA CHUDZIK
Orador:	JULIO GOÉS MILITÃO DA SILVA
Diretora de Publicações:	LIUTA PFEIFFER UTSCH
Diretor de Patrimônio:	NELSON LUIZ PENTEADO ALVES
Diretor Cultural:	JOSÉ CHUQUER RODRIGUES
Diretora de Documentação:	JULIANA DE MENEZES
Diretora de Pesquisa:	CARMEN LÚCIA RIGONI
Diretora de Biblioteca:	ELIANA DO PILAR ROCHA



Instituto Histórico e Geográfico do Paraná
Edifício Aluizio França
Rua José Loureiro, 43
Centro – Curitiba/PR
CEP 80010-000
Tel.: (41) 3224-0683
e-mail: ihgpr1900@hotmail.com

Luiz Carlos Pereira Tourinho

TOIRO PASSANTE V - 2ª parte - Tempo de República Democrática

Luiz Carlos Pereira
Tourinho



Toiro Passante V

- 2ª parte -

TEMPO DE REPÚBLICA DEMOCRÁTICA



LUIZ CARLOS PEREIRA TOURINHO nasceu em Curitiba no dia 19 de dezembro de 1913. Faleceu aos 84 anos no dia 31 de maio de 1998. A integridade moral, o elevado senso de responsabilidade e a conduta ilibada marcaram sua passagem pela vida civil e militar. Educado, cordial e respeitoso do contraditório, foi admirado em todos os níveis que atuou seja como engenheiro, militar, professor, gestor, político, administrador, escritor ou historiador. No seio familiar foi um exemplo de carinho, respeito, amor, amizade, lealdade e disciplina. Como administrador foi Chefe de Residência de Construção, Chefe do Escritório de Obras do Serviço Regional de Engenharia da 5ª Região Militar, Comandante do 5º Batalhão de Engenharia de Combate, Comandante do CPOR de Curitiba, Diretor do DER Paraná, Interventor Federal do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), Diretor da Escola de Engenharia da Universidade Federal do Paraná, Presidente do Instituto de Engenharia do Paraná (IEP), Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná (IHGPR). Como empreendedor e hábil realizador foi Engenheiro Auxiliar na construção da rodovia Curitiba-Ribeira (1934), Engenheiro Chefe de exploração nas rodovias de Curitiba-Joinville e Rio Negro-Lages (1935/38), Engenheiro Chefe de construção da rodovia Curitiba-Joinville (1937/39), Engenheiro Chefe de diversas obras de aquartelamento para o Exército Brasileiro, Engenheiro e Diretor geral do DER Paraná, Diretor Técnico da Cia. Paranaense de Eletricidade (COPEL), Coordenador de projetos da malha ferroviária Curitiba-Paranaguá (Consórcio Serete-Tecnosolo Engenharia). No âmbito político, Luiz Carlos Pereira Tourinho foi presidente do antigo Partido Social Progressista, PSP. Elegeu-se deputado federal pelo Paraná nessa mesma legenda em 1954. Candidatou-se ao governo do estado do Paraná em 1955 e a prefeito de Curitiba em 1958. Suas campanhas políticas foram muito modestas. Conduziu-as sem contar com um centavo no bolso. Não aceitava doações ou recursos provenientes do setor público, privado ou particular. No âmbito acadêmico foi um professor erudito lecionou admiravelmente estatística, matemática, engenharia de transportes, estudo dos problemas brasileiros, economia política e finanças. Foi um profissional com grande destaque e carisma no corpo técnico da Escola de

Luiz Carlos Pereira Tourinho

TOIRO PASSANTE V

- 2ª PARTE -

TEMPO DE REPÚBLICA DEMOCRÁTICA



**1ª EDIÇÃO
SÃO PAULO
BOOK EXPRESS EDITORA
2017**

Ficha Técnica

Editor: Arnaldo Mathias

Capa: Priscilla Rodrigues

Diagramação: Priscilla Rodrigues

ISBN: 978-85-67620-99-2

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, Sp, Brasil)

TOURINHO, Luiz Carlos Pereira
Toiro Passante V - 2ª Parte. Tempo de República Democrática, São Paulo,
Book Express Editora, 2016
302 p.

ISBN 978-85-67620-99-2

1 – Literatura Brasileira

1. Título.

16-07577

CDD-028-5

Índices para catálogo sistemático:

1. Literatura Brasileira 028.5
2. Literatura Brasileira 028.5

Book Express Editora Eireli - Me

Rua José Debieux 35 sala 142 - Santana
Cep: 02038-030 - São Paulo SP
contato@bookexpresseditora.com.br
www.bookexpresseditora.com.br

Todos os direitos reservados.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte,
constitui violação de direitos autorais. (Lei 9.610/98)



Ao MESTRE
Luiz Carlos Pereira Tourinho
In Memoriam

SUMÁRIO

Apresentação.....	vii
Obras do autor.....	xi
01 - Seu Zacarias Chegou de Viagem.....	15
02 - A Pensão de Dona Ida.....	21
03 - No Tempo do Fogão de Lenha.....	25
04 - Caminhos das Missões.....	29
05 - Dez Anos Depois.....	37
06 - O Apego de Lupion.....	41
07 - O Mito Manoel Ribas.....	47
08 - Década Turbulenta.....	53
09 - Do Outro Lado da Montanha.....	57
10 - Transição Cepalina.....	63
11 - Governo Dutra.....	67
12 - Rodovias e Ferrovias.....	71
13 - Energia Elétrica.....	77
14 - Enfim, Petróleo.....	83
15 - O Petróleo é Nosso!.....	89
16 - Lupionismo Triunfante.....	97
17 - Lupionismo Operante.....	105
18 - Lupionismo Decadente.....	111
19 - Campo Largo da Piedade.....	117
20 - Onde Entram Geologia e Bento.....	121
21 - Capela Curada da Freguesia de Tamanduá.....	127
22 - Ocupação dos Campos Gerais.....	133
23 - Paraíso Frustrado.....	139
24 - Palmeira e Ponta Grossa.....	145

25 - Jesuíno e Monteiro Tourinho.....	154
26 - Ponta Grossa e Palmeira.....	155
27 - Campos do Paraná.....	163
28 - No Solar Virmond Arruda.....	171
29 - Agosto de Cinquenta.....	179
30 - Janeiro de Cinquenta e Um.....	187
31 - Caminhada.....	191
32 - Formação de Bento.....	195
33 - Atenção no que Vai Fazer.....	201
34 - Paranaguá, Ano 7230 D.C.....	205
35 - Planalto Gótico.....	209
36 - Bento, Parlamentar.....	215
37 - Norte Pioneiro.....	223
38 - Muares E Cafezais.....	231
39 - Sangria Curitibana.....	237
40 - Paraná Vs. São Paulo.....	243
41 - Segunda Onda Cafeeira.....	245
42 - Cornélio Procópio.....	249
43 - O Pau-De-Arara.....	255
44 - No Portal Do Norte Novo.....	259
45 - Londrina.....	263
46 - A Terceira Onda.....	269
47 - Ocupação Programada.....	273
48 - Paisagem Antiga.....	279
49 - Aldeamento São Pedro de Alcântara.....	285
50 - Alerta Malthusiano.....	291
 Estante Paranista.....	 297

Apresentação

Luiz Carlos Pereira Tourinho, “Paranaense-Português” pelos quatro pontos cardeais, tronco das famílias Alves, Tourinho, Ferreira e Pereira. Natural de Curitiba, nasceu em 19 de dezembro de 1913 e faleceu aos 84 anos, no dia 31 de maio de 1998. Foi um Paranista autêntico. Defendeu a honra e os interesses do Paraná. Valorizou as riquezas naturais, promoveu a cultura, difundiu a história, defendeu os interesses econômicos e elevou o espírito do povo paranaense seja através das suas obras que revivem e recompõem a história ou seja através dos cargos e funções em que atuou.

Intelectual e profundo conhecedor do assunto, foi um homem que defendeu ideais com o entusiasmo de um guerreiro e a audácia de um herói. Foi um homem que pensou o Estado do Paraná com determinação, pelo questionamento dos modelos adotados e pela vontade de ver modernização com racionalidade e dialética.

Luiz Carlos Pereira Tourinho não se considerava um historiador. Seu estilo desobedece ao rigorismo exigido dos aficionados da História Científica. Intitulava-se um contador de estórias. Os fatos, abordava-os de forma peculiar, sem ordem cronológica. Preferiu relatá-los onde ocorreram e

por uma perspectiva pessoal. Seu trabalho (crônica-conto), em excelente estilo narrativo, está impregnado de fatos instigantes que se preocupam em relatar a história do homem e sua sociedade. Como reúne ficção e fatos históricos, numa trama de entrosamento perfeito, é difícil dizer onde termina o comentário da crônica e onde começa a história do conto, duas coisas que se alternam continuamente. É constante a crítica voraz e impiedosa da política da época. Excursiona pelas contradições do Cristianismo. Vez ou outra permite um traço fugaz de poesia. É um autor arrojado. Não há dúvidas que seu trabalho suscita controvérsias e aplausos.

A obra **Toiro Passante V - 2ª Parte, Tempo de República Democrática**, trata-se de edição especial publicada 18 anos após o seu falecimento. O trabalho estava adormecido nas prateleiras empoeiradas do tempo aguardando por ajustes de formatação e correções ortográficas que permitissem atender os padrões editoriais exigidos pela respeitada coleção Estante Paranista do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná. **Toiro Passante V - 2ª Parte**, foi o último legado impresso deixado por Luiz Carlos Pereira Tourinho e não poderia ficar injustamente adormecido nas prateleiras do tempo. A obra renasce das cinzas para prestar mais uma inestimável contribuição literária do consagrado autor em prol da história e da cultura do povo paranaense.

Curitiba, 19 de dezembro de 2016.

Luiz Fernando Bizerril Tourinho
(Neto)

OBRAS ou PARTICIPAÇÕES DO AUTOR - IHGPR

Estante Paranista (EP):

“Recordações de um Cosmógrafo de Cabeça de Vaca”, Estante Paranista Nr. 8; Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense; Curitiba, 1970.

“O Tecnoocrata e Outros”, Estante Paranista Nr. 7; Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense; Curitiba, 1978.

“Cinquentenário da Revolução de Trinta no Paraná”, Estante Paranista Nr. 11; Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense; Curitiba, 1980.

“Toiro Passante I – Tempo de Capitania”, Estante Paranista Nr. 24; Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense; Curitiba, 1985.

“Toiro Passante II – Tempo de Província”, Estante Paranista Nr. 25; Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense; Curitiba, 1986

“Respingos”, Estante Paranista Nr. 32; Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense; Curitiba, 1988.

“Crônicas” - Estante Paranista Nr. 33, Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense; Curitiba, 1988.

“Toiro Passante III – Tempo de República Velha”, Estante Paranista Nr. 34; Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense; Curitiba, 1990.

“Toiro Passante IV – Tempo de República Getuliana”, Estante Paranista Nr. 35; Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense; Curitiba, 1991.

“Porto, Ferrovia, Separatismo, etc...”, Estante Paranista Nr. 38; Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense; Curitiba, 1993.

“Recordações de um Cosmógrafo de Cabeça de Vaca”, Estante Paranista – Volume Nr. 37; Instituto His-

tórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense; Curitiba, 1993.

“Toiro Passante V - 1ª Parte Tempo de República Democrática”, Estante Paranista – Volume Nr.39; Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense; Curitiba, 1993.

Boletim – IHGPR:

“Apresentação – Boletim Especial – Homenagem ao Professor Júlio Estrella Moreira”, 1983, Volume XXXIX/5.

“Apresentação (Boletim em Homenagem a Romário Martins)”, 1974, Volume XXIII/1.

“Apresentação (1º Centenário da Estrada da Graciosa)”, 1973, Volume XIX/1.

“Apresentação – Sete Quedas”, 1983, Volume XL/7.

“Apresentação - 75º aniversário de fundação do IH-GEPR”, 1975, Volume XXV.

“Apresentação - 76º aniversário de fundação do IH-GEPR”, 1976, Volume XXVIII/3.

“Campanha do Paraná (1924/1925)”, 1977, Volume XXXIII/101.

“Centenário de Artur Bernardes (No)”, 1976, Volume XXVIII/217.

“Cinquentenário da Estrada do Mar”, 1977, Volume XXXIII/3

“Conferência na Academia Brasileira de História”, 1979, Volume XXXV/239.

“Discurso de Posse (Presidência do IHGEPR)”, 1973, Volume XVIII/1.

“Divonsir Borba Cortes”, 1986, Volume XLIII/193.

“Dois Dias em Paranaguá”, 1972, Volume XVII/299.

“Efemérides Paranaenses”, 1979, Volume XXXVI/179.

“Ensaio Histórico da Conceituação das Leis Naturais”, 1974, Volume XXIV/7.

“Ensino de Engenharia na Universidade Federal do Paraná (O)”, 1987, Volume XLV/1.

“Forças Caudianas do Rio dos Morretes (As)”, 1971, Volume XIII/31.

“Milagre de Sarney (O) (para os historiadores do futuro)”, 1986, Volume XLIII/181.

“Nossa Capa (Rio Paraná)”, 1974, Volume XXII/3.

“Nossa Capa: Um Século da Ponte sobre o Rio dos Papagaios”, 1976, Volume XXX/3.

“Caso dos Braganças (O)”, 1972, Volume XV/55.

“Panorama Visto do Morro do Farol”, 1976, Volume XXIX/157.

“Passeio nas Ruas de Curitiba”, 1993, Volume XLVIII/357.

“Quarto de Século do Plano Rodoviário do Paraná (1951-1976) (Um)”, 1976, Volume XXX/327.

“Reconquista Pacífica do Contestado”, 1984, Volume XLII/5.

“Revolução de 1930 no Paraná (A)”, 1974, Volume XXI/7.

“Todos os Caminhos Levam a Curitiba”, 1993, Volume XLVIII/331.

“Viagem a Paranaguá”, 1970, Volume XX/63.

Capítulo 01

SEU ZACARIAS CHEGOU de VIAGEM

*Os paranaenses eram os melhores tropeiros
do Brasil meridional.*

Sérgio Buarque de Holanda

Dezenove de dezembro de 1973. Há cento e vinte anos Zacarias assumia a presidência da Província. A caminho da cidade, rememorei. Expectativa geral. Damas da alta sociedade curitibana trataram de cuidar dos penteados. Da pintura do rosto. Queriam parecer mais bonitas. Homens não ficaram atrás. Ajustam calções e sobrecasacas. Cabelo e barba são aparados. Reinava no ar clima de insegurança. Quem seria este senador baiano que chegava com poderes para distribuir cargos e conceder favores? Ninguém sabia. À tarde chegou o cortejo. Alguém, mais afoito, puxou a gritaria: Viva o imperador, viva o conselheiro Zacarias, viva o Império, viva a Província do Paraná. Ninguém se lembrou dos pioneiros da emancipação, Paula Gomes e Correia Júnior. Silva Machado, futuro Barão de Antonina, político atilado, não perdeu tempo. Batendo palmas acompanhou a comitiva desde o litoral. Resmunguei. Zacarias vinha governar província que lhe era inteiramente desconhecida.

No Império foi sempre assim. A ele seguiram-se vinte e oito presidentes. Só 3 paranaenses: João José Pedrosa, Jesuíno Marcondes e Joaquim de Almeida Faria Sobrinho. Os demais não sabiam da existência do rio Iguaçu. De início a República pouco mudou. Em 1891 Generoso Marques foi eleito presidente. Vicente Machado, faminto de mando político, armou-lhe traíçoeria cilada, conivente com o coronel Roberto Ferreira, comandante da guarnição federal, auxiliado pelo labioso carioca, tenente Carlos Cavalcanti. Argumentos infantis convenceram os curitibanos. Assumiu a presidência da Junta o mesmo coronel Roberto. Igual tramoia armou-se em 1931 contra o interventor Mário Tourinho... por ser paranaense...

Prosegui a caminhada. Ultrapassei o Cemitério Municipal. Desci a Trajano Reis, antes América, rua dos cortejos fúnebres. No começo do século nela ficavam os quartéis do 17º e 37º batalhões de infantaria. Lutaram na Lapa e Canudos. De garantida antiguidade subsistia a Padaria América. Da proprietária dona Elza, contava o povo: possuir a mais bela “broa” da cidade. Estradeiro tarimbado fugi da rampa que leva à praça Garibaldi. Enveredei pela Paula Gomes. Revi a casa do ilustre desembargador Isaías Bevilacqua. Do Lívio Moreira, pioneiro do radioamadorismo na nossa cidade. Do Flávio Macedo, criador de cavalos de corrida. Acomodei-me no banco da praça Dezenove, defronte ao mural do Poty. Seu pai, Lazzaroto, na década de cinquenta dirigia o célebre Vagão do Armistício, no famoso quilômetro 107 da ferrovia

de Paranaguá, ponto de encontros políticos.

§

Mundo interessante. Nasci e criei-me naquela praça, quando ainda se chamava largo. Conhecia todos os moradores. Também os da rua Paula Gomes. Morria na João Manuel. Mas o nome do ilustre tropeiro soava-me aos ouvidos como mero substantivo abstrato. Nos grupos escolares as professoras louvavam Zacarias. Esqueciam Paula Gomes e Correia Júnior. Paula Gomes não foi tropeiro ignorante. Nasceu em Curitiba, 1802, brincou nas ruas lamacentas, banhou-se nas águas do Ivo e do Belém, dormiu com o coaxar da saparia. Casas quase todas de taipa. Alemães, poloneses e italianos ainda não haviam chegado. População vicentina. Seu pai, capitão Luiz Gomes da Silva, natural da ilha da Madeira, casou-se aqui, em 1785, com Maria Joaquina de Jesus, tronco Carrasco dos Reis. Jamais adivinharia que seu descendente, o major de infantaria Antonio de França Gomes, então tenente, participaria do assalto final ao reduto de Santa Maria, na Guerra do Contestado, na coluna do capitão Potiguara. Paula Gomes aprendeu música. Foi exímio flautista. Visitou Argentina e Uruguai. Esteve no Rio de Janeiro, mas virou tropeiro. Comercia em Sorocaba o gado que trazia dos pampas. Na solitária caminhada pelos sertões sonhava com a emancipação da Comarca. Leu pouco, mas aprendeu a bem escrever. Colaborou no Jornal do Comércio. No Anuário Ligiau. Distribuía avulsos onde passava. Falava francês e espanhol com perfeição.

Ano de 1845. A província de São Pedro acabara de ser pacificada pelo Barão de Caxias. Falava-se no melhoramento dos caminhos do Viamão, que iam à Vacaria, mas o grosso do criatório agora estava nas Missões, margem do rio Uruguai. A vedada aberta por Cristóvão Pereira de Abreu, do rio dos Cachorros para o sul, transpunha o rio Pelotas na porção mais alcantilado do seu curso, onde o planalto fora mordido fundo pelas águas correntes. Adiante, para desbordar as cabeceiras do não menos profundo rio das Antas, contornou pela borda da escarpa da Serra Geral. Na Comarca, após Diogo Pinto Portugal consolidar a posse dos campos de Guarapuava, entre 1811 e 1814, os Curitibaños avançaram os campos de Palmas, primeira tentativa para chegar às Missões brasileiras. A seguir o alferes Atanagildo Pinto Martins, curitibano de Castro, nascido em 1772, recebeu instruções para transpor o rio Uruguai no passo do Goio-En, já conhecido pelos ocupantes dos campos de Palmas. Seu guia, índio Jongongue, temeroso de encontrar tribos hostis desviou a trajetória para leste. Acampado à margem do rio Chapecó, Atanagildo recebeu de Diogo Pinto Portugal ordem de prosseguir para o sul. Jornadeou três meses. Chegou ao passo de São Borja, à margem do rio Uruguai, ao sul da região criatória. Historiadores presumem. Após chegar ao local onde hoje assenta Campos Novos, cruzou o rio Uruguai no passo conhecido por Pontão, indo sair nos campos de Vacaria. Daí infletiu para oeste até São Borja. Este itinerário foi confirmado na comunicação do comandante da

guarnição de São Borja ao presidente da província do Rio Grande do Sul, Marquês de Alegrete. Decorridos alguns anos, o presidente da província de São Paulo, Manoel da Fonseca Lima, retomou o problema das comunicações com o sul. Para comandar a nova expedição pensou no capitão Antônio da Rocha Loures, residente em Guarapuava. Idoso, alquebrado, Rocha Loures indicou seus filhos, Francisco e João Cipriano.

Mudei de banco. À minha frente tinha agora a casa de meu pai, na esquina da rua Barão do Serro Azul, alargada em 1940. Ao lado a casa que pertencera ao alemão Adolpho Guilau. Na década de trinta nela instalou-se dona Ida, com pensão para estudantes universitários. Entre outros, o acadêmico de medicina Josino Alves da Rocha Loures, descendente em linha reta do capitão Antônio....

Capítulo 02

A PENSÃO DE DONA IDA

Ubi bene, ubi patria
Ditado romano

Adolpho Guilau usava farta barba branca. Lembrava Dom Pedro II. Casou-se com Catharina Muller, ou Miller, que não cheguei a conhecer, filha do ferreiro Miguel Muller, ou Miller, com oficina instalada no largo ainda não denominado Dezenove, casado com Anna Maria Kroner, em 1833, alemã que trouxe de Rio Negro. A filha mais velha do Guilau, Adolphina, a exemplo de duas filhas de Miguel que se casaram com os brasileiros Joaquim Macedo e Neiva de Lima, encantou-se com o moço Ignácio de Almeida Faria, serventuário da Província, filho do dr. Joaquim de Almeida Faria Sobrinho, vice-presidente de Taunay. O casamento provocou o entrelaçamento da família Guilau com a grande família brasileira Faria. Nasceram onze filhos. Maria Constança casou-se com o auditor de guerra e deputado Benjamim Pessoa. Raul, com Maria Beltrão. Hercília, com Mário Jordão Afonso da Costa. Hermínia, com o dr. Benjamim Lins. Elzira, com José Macedo Sobrinho. Olívia, com o capitão-tenente Dídio Iratym Afonso da Costa. Após

o falecimento do velho Guilau a casa foi vendida a Frederico Petrich, capitalista de origem alemã, viúvo da professora Júlia Wanderley. Petrich alugou-a para a viúva alemã Ida Remelt, que nela instalou pensão. Os pensionistas, estudantes universitários, pertenciam a importantes famílias de Ponta Grossa e Palmas. Joaquim de Paula Xavier tornou-se exímio oftalmologista em Ponta Grossa. António Baptista Ribas, filho do prestigioso prócer político palmense Rutilio Ribas, engenheiro civil, foi diretor do Departamento de Terras. Os irmãos António, Vespertino e Francisco Pimão, o primeiro médico, o segundo político, o terceiro cartorário, também vieram de Palmas. Josino Alves da Rocha Loures, estudante de medicina, não podia adivinhar que vinte anos mais tarde seria meu colega na Câmara Federal.

§

Estória puxa estória. Eleições de 1954. Josino para federal, Vespertino para estadual. Eleitorado de ambos, não em Palmas, mas em Londrina e arredores. Montaram jornal em Ibiporã. Interpelado se o diário era matutino ou vespertino o encarregado da redação informou: — Só Josino e Vespertino!

§

Dona Ida era dessas alemãs miudinhas que a velha e tradicional Alemanha deixou de fabricar após a guerra de quatorze. Trabalhava sem descanso dia e noite. Teve sorte. Com os hóspedes, que embora jovens estudantes mantinham absoluto respeito. Com as filhas, Irene e Érica, alemã-

zinhos que pareciam fabricadas em série. A mais moça, Érica, casou-se com Humberto Lavallo, de origem italiana, Tito Schipa curitibano, tenor de presença obrigatória nos nossos palcos. Irene, mais velha, com Osires Seiler Roriz, neto de Gustavo Seiler, natural da Suíça, e de sua mulher Christine Wintheralter. O pai de Osires, também suíço, José Gustavo Seiler, casou-se com Justina Vianna, de Porto de Cima, do tronco Moraes Cordeiro. Esse casamento fez Irene ingressar nas famílias Stoll, Marques, Seiler, Vianna, Giglio, Barbosa, Lisboa, Rocha, Camargo, o que ninguém adivinharia na década de vinte! Voltei a pensar. História não se faz apenas de césares e napoleões. Cada família tem a sua. Irene e Érica não mais se recordavam da origem germânica. Bem diziam os romanos: UBI BENE, UBI PATRIA ... onde se está bem, aí é a pátria.

Capítulo 03

NO TEMPO DO FOGÃO DE LENHA

*Há, no conjunto, muito menos
liberdade no mundo agora do que
havia cem anos atrás.*

Bertrand Russel

Logo percebi. Alguém sentou-se ao meu lado. Acontecera antes, em Porto Seguro, com a estranha figura de Mestre Diogo. Aguardava o regresso do donatário Pero do Campo Tourinho, mas o cheiro era diferente. Não de quem navegara meses em caravela vinda do Oriente, nos mil e quinhentos, carregada de especiarias. Cheiro de couro. Couro cru, arreame, suor de cavalo. Quem seria? Não houve tempo. Começou a falar.

— Fui tropeiro, com a graça de Deus. Agrade-me rever este largo. Vezes sem conta visitei o ferreiro Miller. Cidade menina. Todos se conheciam. O coronel Manoel Antonio Ferreira, filho mais velho do sargento-mor Antonio José Ferreira, natural de Braga, era casado com dona Florinda Sá Ribeiro. Foi chefe do Partido Conservador, comandante superior da Guarda Nacional da Comarca,

deputado provincial, dono da Fazenda Boqueirão, no Xaxim, onde hoje vocês saboreiam risoto, prato italiano que não existia no meu tempo. Só os alemães tinham chegado, com suas salsichas e broas pretas. Joaquim José Pinto Bandeira, outro cidadão de respeito. Esteve em Palmas, em 1840, com o dr. João da Silva Carrão, futuro Conselheiro do Império, a fim de dirimir contenda entre o padre Ponciano e Siqueira Côrtes, por ocuparem aqueles campos ao mesmo tempo. Gente boa como Francisco de Paula Guimarães, Antonio Ricardo Lustoza de Andrade, Vicente Ferreira da Luz, João Silvério de Miranda, Benedito Enéas de Paula, Ignácio José de Moraes, Francisco Borges de Macedo e tantos outros...

Após breve pausa para respirar — não sei se gente do outro mundo respira... — prosseguiu:

— Vila pequena, mas vivia-se bem. Quem sabe com mais liberdade que hoje. Distâncias não assustavam. Casas simples. Taipa ou pedra, móveis rústicos de madeira, confortáveis. Acolchoados de penas de ganso aqueciam as camas. Também fogões. Lenha abundante. Não custava nada. Só serrar. Pinheirais densos cobriam o planalto a partir da Serra do Mar. Diziam os entendidos nó de pinho dava mais quentura que carvão inglês. Comia-se feijão, farinha de mandioca, carne seca. Feijão do próprio quintal. O resto comprava-se nas poucas vendas. O sistema francês de pesos e medidas não era obrigatório. Lidávamos com grão, oitava, onça, marco, libra, arroba, unidade principal e tonelada...

— A libra pesava 459,05 gramas, a arroba 14,489 quilogramas...

— Medidas de capacidade para líquidos e secos, tonel, pipa, almude e canadá a mais usada. Para secos, moio e alqueire, que valia quatro quartas...

— A quarta equivale a 9,07 litros. E as medidas de comprimento?

Não se perturbou.

— Duas espécies. Itinerárias, milha e légua. Ordinárias, linha, polegada, palmo, vara, braça, quadra...

A milha media 1.851,85 metros. A légua marítima 5.555,55.... A quadra de sesmaria 132, a vara 1,1, a polegada 2,75 centímetros.

— Também medidas inglesas. A jarda de 4¼ polegadas, côvado, toesa, pé de doze polegadas. As de superfície, braça quadrada. De volume, braça cúbica...

— Cada polegada cúbica corresponde a 0,000020707 metros cúbicos.

Resmungou.

— Sou tropeiro. Não entendo contas complicadas. Vendo gado por cabeça...

— Conte-me algo sobre o sonho dos tropeiros que iam às Missões comprar gado para vendê-lo na feira de Sorocaba...

Capítulo 04

CAMINHOS DAS MISSÕES

*O navio desliza nas águas, a onda fendida
fecha-se, a esteira apaga-se; a terra
conserva mais fielmente o vestígio dos
caminhos que desde muito cedo os
homens percorreram.*
Vidal de la Blache

Meu companheiro de banco nada me contou. Desapareceu. Fiquei só. Enchi o tempo, recordei a conversa de dias antes com o professor Júlio Moreira, o mais arguto pesquisador da história paranaense. Mostrou-me provas de seu livro, “Os Caminhos das Comarcas de Curitiba e Paranaguá”. Fomos à biblioteca, porão da casa, rua Brigadeiro Franco, esteve em voga nas décadas de dez e vinte. Fiz-lhe a mesma indagação que acabara de fazer ao desconhecido que sentara ao meu lado:

— Professor Júlio, que sonhos acalentavam os tropeiros contemporâneos de Paula Gomes?

Acrescentei:

— Não sonhavam com ferrovia. Esta lhes tiraria o ganha pão. Ademais, nas suas imaginações caboclas, estrada de ferro era larga via revestida de placas de metal sobre a qual rodavam com

rapidez e sem ruídos veículos de tração animal. Não lhes passava pela cabeça trilhos de aço, nem locomotivas a vapor. A primeira ferrovia brasileira, da Corte à Raiz da Serra, inaugurada em 1854, graças à iniciativa de Irineu Evangelista de Souza, futuro barão de Mauá, tinha apenas 14,5 quilômetros de extensão!

O professor Júlio não levou tempo para responder. Sempre lúcido, contou-me:

— Em 1854 Paula Gomes, solteiro, residia em Cruz Alta, Rio Grande do Sul, amargurado com o rumo dado à política na Comarca emancipada. Vinte anos mais velho Silva Machado era pano de outro estofa. Embora os governos mudassem, os partidos se revezassem, permanecia sempre ao lado dos que mandavam... Mas foi de grande valia para o Paraná. Poucos trabalharam quanto ele. A ambição dos tropeiros da primeira metade do século passado resumia-se no novo caminho para o sul. Viria reduzir distâncias para as Missões... De início o gado da Colônia do Sacramento, do Estreito das regiões vizinhas à Lagoa dos Patos, era conduzido até Laguna, para ser embarcado. Se não havia navios, prosseguia pelo caminho das Praias até Babilonga, hoje São Francisco. Dali, pela picada dos Ambrósios alcançava Curitiba. Entre 1727 e 1730 Souza Faria abriu o Caminho dos Conventos. Partia de Araranguá. Galgava o planalto na latitude de Florianópolis. Cruzava o rio Negro onde mais tarde assentaria a cidade de mesmo nome. Em 1733, Cristóvão Pereira de Abreu abriu a picada que começava em Santo Antônio da Patrulha, junto do

Viamão, latitude de trinta graus. Subia o planalto pelo vale do rio dos Sinos. Desbordava as nascentes do rio das Antas. Retomava o rumo do norte no vale do rio dos Touros, cujo curso aproveitou para descer até o rio Pelotas e entroncar na picada de Souza Faria, no rio dos Cachorros, latitude vinte e sete graus e trinta minutos, correspondente à de Florianópolis. Com ela os tropeiros economizaram muitas léguas. Evitaram a difícil subida do planalto pelo velho caminho de Souza Faria.

Silenciou por uns instantes. Era de baixa estatura. Tez moreno-mate. Óculos de aro de ouro. Seu pai, Fernando Augusto Moreira, nascera em Rio Bonito, Minas Gerais. Foi homem de extraordinária capacidade de trabalho. Mudou-se para Curitiba no começo do século. Instalou moderna tipografia. Devorada pelo fogo, não desanimou. Em 1904 fundou a Escola Republicana. Depois o Instituto Comercial. Eu o conheci na década de vinte, diretor do Colégio Progresso, que substituiu a Deutsche Schule após a derrota da Alemanha na Primeira Guerra Mundial. Dois filhos, Carlos e Júlio, formaram-se em medicina, sendo professores da Universidade; o terceiro, Henrique, em engenharia civil.

Voltou a falar.

— Historicamente, entendo por Caminho do Viamão todas essas vias que ligavam o Continente de São Pedro ao Registro de Gado e das Cavalgadas do Rio Grande de Curitiba, nosso Iguaçú. É que do Viamão partiam as tropas vindas do interior. Eram três caminhos: das Praias, de Souza Faria,

de Santo Antonio da Patrulha, aberto por Cristóvão Pereira de Abreu.

— Adverti. Santo Antonio da Patrulha situa-se ao norte das Lagoas dos Patos, próximo ao oceano. O grande criatório nas Missões Brasileiras, à margem do rio Uruguai, extremo oeste da província sulina...

Concordou.

— Exato. Os campos de Nonai foram povoados de gado após o assédio dos bandeirantes, em 1634...

— Entre 1628 e 1629 os catecúmenos tupis-guaranis, escorraçados das regiões de Guaíra e Pirapó, desceram o rio Paraná. Instalaram-se na mesopotâmia, trato de terra entre o curso desse rio e do Uruguai, onde já estavam as Missões espanholas, do padre Roque Gonzáles. Depois transpuseram o rio Uruguai. Fundaram na banda oriental os Sete Povos das Missões. Em 1750 Gomes Freire de Andrade foi ao sul. Iniciou a demarcação dos limites fixados pelo Tratado de Santo Ildefonso, pelo qual Portugal trocara a Colônia de Sacramento pelo território dos Sete Povos das Missões... certo?

— Sim. A Guerra Guaranítica, desencadeada pelos jesuítas, que não queriam subordinar-se ao jugo português, desmantelou as Missões. Surgiu outro criatório, na região de Vacaria da Serra, divisor de águas dos rios Uruguai e Guaíba. Mas o forte do gado, sobretudo de cavalgadas que despertavam a cobiça dos curitibanos e paulistas,

ainda permanecia na banda ocidental do rio Uruguai, que no começo do século separar-se-ia da Espanha. Os muares que de lá provinham cruzavam o rio Uruguai nos passos de São Borja e Santa Maria...

— ...pelo que se conclui que o alferes curitibano Atanagildo não estava muito errado ao bater com os costados em São Borja...

— O erro de Atanagildo foi desviar-se para leste, aumentando a distância... Mas, como eu dizia, as tropas outra vez atravessavam o rio Uruguai, indo descansar nos Campos Gerais...

— Quantas léguas?

— Cerca de duzentas, ou mil e duzentos quilômetros... Transpunham o Uruguai no passo do Pontão. Aconteceu em 1845, a mando do presidente da Província de São Paulo, general Manuel da Fonseca Lima, o curitibano Francisco da Rocha Loures chegou a território das Missões Brasileiras pelo passo do Goio-En, encurtando o caminho entre Sorocaba e a região criatória.

— Tive a curiosidade de avaliar a distância. Em linha reta é de quatrocentos e cinquenta quilômetros. Acredito que os tropeiros passaram a economizar trinta dias de jornada!

— É muita coisa para tropas com até três mil cabeças! Não se deve esquecer que o eixo de apoio para execução desta tarefa foi a picada Guarapuava-Palmas, consolidada após a vitoriosa expedição de Diogo Pinto Portugal. Em 1846 os fazendeiros de Palmas abriram vereda ligan-

do o povoado ao passo do rio Iguaçu, em Porto União da Vitória. Posteriormente foi prolongada até Palmeira, com significativa redução no custo do transporte do sal. Por ela transitou o tropeiro Paula Gomes... carregando na alma o sonho da emancipação da Comarca...

Encerrei a agradável conversa.

— Veja, doutor Júlio, como a história é cheia de caminhos. Ou cofre de surpresas. O Adelantado do Rio da Prata, dom Pedro de Mendoza, partiu de Sevilha no dia 24 de agosto de 1534. Trouxe quatorze naus, dois mil e quinhentos espanhóis, cento e cinquenta alemães e flamengos, setenta e cinco cavalos e éguas. Fundou a primeira Buenos Aires, queimada pelos índios e abandonada. O que restou de castelhanos fugiu para Assunção, onde em 1541 chegou o novo Adelantado, Cabeza de Vaca. Só em 1580 os espanhóis voltaram, desta vez com Juan de Garay, para definitivamente fundar Buenos Aires. Surpresos, certificaram-se que os setenta e cinco cavalos e éguas haviam se multiplicado em milhares! O índio brasileiro não conhecia cavalo. Portanto, não fosse dom Pedro de Mendoza tê-los abandonado nas pradarias portenhas, não teria acontecido a epopeia tropeirista...

Na rua fui matutando. Disse la Blache: ...o navio não deixa sulco. A onda fendida fecha-se, a esteira apaga-se. Ao contrário, a terra conserva fielmente os vestígios dos caminhos que desde muito cedo os homens percorreram. Mas a história fabricada pelos homens é ingrata. O Paraná consagra políticos medíocres; poetas e prosado-

res sem brilho; abandona ao esquecimento bravos sertanistas que marcaram o traço das atuais ferrovias e das modernas rodovias... Quão poucos conhecem Souza Faria, Cristóvão de Abreu, Atanagildo Pinto Martins, Francisco da Rocha Loures e tantos outros que enfrentaram o sertão bruto do planalto sul brasileiro?

Capítulo 05

DEZ ANOS DEPOIS

Revolução deve ser levada até o fim.
Lenin

Abril oferece dias maravilhosos. Aproveito a manhã. Leio os jornais. Inegável avanço do país nos dez primeiros anos de regime militar. Que diferença para o argentino, preocupado em armar-se, mas persiste a ladainha do pós trinta. Empresários reclamam da carga tributária. Esquerdistas, a desnacionalização, e conseqüente ingresso de capitais estrangeiros nos setores mais rentáveis. Agricultores e pecuaristas condenam tabelamento de seus produtos, sobretudo leite e carne. Nordesteiros, o esvaziamento da SUDENE. Estados consumidores acusam o ICM de prejudicar regiões não industrializadas, produtoras de matéria prima. Pequenas empresas da política de incentivos fiscais que só beneficiam as grandes empresas. Estatísticas revelam maior concentração de riqueza em favor dos ricos. Economistas denunciam retomada do processo de industrialização com base no processo de concentração de riqueza e renda, com redução da taxa de salário real básico. Do

outro lado da montanha os adeptos de 64 anunciavam grandes conquistas. Desfraldam a bandeira da captação de poupança externa. Crescimento das exportações. Zerar o déficit público. Castelo Branco reduziu despesas em 1968. Realizou reforma tributária. IPI cresceu 58%. IR, 8% em termos reais. Em 1968 o PIB cresceu 8,4%. Em 1969, graças ao desempenho do setor secundário, 9%. Então o governo, aventurou-se a grandes projetos. Construiu as usinas de Jaguará e Volta Grande no Rio Grande do Sul. Ampliou Três Marias, ainda Jupia Capivara, Ilha Solteira, em São Paulo. Furnas e Estreito. Pavimentou 48 mil quilômetros de rodovias. Inaugurou tronco de microondas Porto Alegre-Nordeste. Instalou estação rastreadora de satélites em Itaboraí. A inflação de 80% ao ano no governo Goulart caiu para 20%. Houve saldo de US\$318 milhões na Balança Comercial e US\$549 milhões na Balança de Pagamentos. O valor do dólar pouco subiu. De CR\$3.830 para CR\$4.350. Em dezembro de 1969 o endividamento externo era só de US\$4,4 milhões. Em quatro anos o Brasil bateu todas as marcas de crescimento econômico. Ainda sagrou-se tricampeão mundial de futebol.

Descansei a vista no verde escuro da folhagem das árvores do Pilarzinho. Em dez anos, diferente do Brasil, o bairro pouco mudara. Conservava aspecto germânico. Pensei como seria difícil consolidar o trabalho de Castelo Branco. Estabilizar a inflação e sustentar o crescimento. O país mudara de aspecto. Só os marxistas não percebiam. Protestavam contra o arbítrio. Esqueciam, e

fossem eles no poder, seria muito maior. Igual ou pior na URSS, na Albânia, em Cuba. As revoluções devem ser levadas até o fim, aconselhava Lenin.

§

Voltei aos jornais. Não consegui ler. Fui tomado de saudade. Saudade das décadas de quarenta e cinquenta. Dos políticos Adhemar, Juscelino, Lupion, Bento. Do desequilibrado Jânio. Do despreparado Jango...

Conta o povo. Ao assumir a presidência, político paranaense que trabalhou na campanha eleitoral aconselhou-o a mandar sua fotografia à professora que lhe ensinara as primeiras letras, em Curitiba. Jânio achou a ideia boa. Ao mostrá-la ao político, este protestou:

— Nu, Jânio.

Cortou-a pela metade. Ao envelopá-la, ao invés da parte superior botou a inferior. Muito míope, orgulhosa do aluno, a professora exclamou:

— O mesmo Jânio de sempre, cabelo despenteado e gravata fora do lugar...

Capítulo 06

O APOGEU DE LUPION

Nas sociedades primitivas em que havia um mínimo de progresso, a guerra era entre os chefes.

Will Durant

O 12 de março de 1947 assemelhou-se ao 19 de dezembro de 1853. Povaréu nas ruas. Aplausos ao governador eleito. Não era para menos. As últimas eleições diretas para governador datavam de 1928. Voto a descoberto. De cabresto. Elegeu-se o candidato único, Afonso Camargo, imposto pelo Partido Republicano Paranaense. Em 1934 não houve eleição, houve farsa. Em dois atos. No primeiro o interventor Manoel Ribas, detentor do poder, elegeu 21 dos 28 constituintes. Promulgada a nova Constituição os mesmos deputados retribuíram a gentileza elegendo-o governador... sem desincompatibilizar-se! Essa farsa repetiu-se não só na eleição de Getúlio Vargas para a presidência da República, mas também dos demais interventores, consumando-se a primeira traição aos postulados da Aliança Liberal. No nosso estado participaram da farsa os deputados Acyr Guimarães, Adalberto

Scherer, Agostinho Pereira, Alcides Pereira, Carvalho Chaves, Augusto Santos, Brasil Pinheiro Machado, Caio Machado Lima, Djalma Al-Chueiry, Helvídio Silva, Frederico Faria, Theóphilo Gomy, Ribeiro dos Santos, Lineu Novais, Mário Erichsen, Nelson Correia, Oscar Borges, Ovande Amaral e Raul Gomes Pereira.

§

Natural de Jaguariaíva, Moisés Lupion nasceu em 1908. Na revolução de Trinta contava 22 anos. Casou-se com moça de tradicional família local. Dedicou-se à atividade comercial. Amistou-se com o interventor Ribas e o superintendente da RVPSC (Rede de Viação Paraná-Santa Catarina), Alexandre Gutierrez. Em dez anos de atividade amealhou fabuloso patrimônio, de fazer inveja a Rockefeller. Tornou-se o homem mais rico do Paraná... quem sabe do Brasil. Como conseguiu? Até hoje ninguém explicou...

§

A alegria do povo era justificável. Empanturrara-se de getulismo. Também, ou sobretudo, de ribismo. Prepotente no trato com os subordinados, subserviente na lida com os superiores, desde 1932 Manoel Ribas governava o estado. Sem dúvida foi responsável pela epidemia de timidez que tomou conta dos paranaenses em geral. Era um constante resmungar seu Ribas não quer, seu Ribas não deixa, seu Ribas não gosta. Treze anos sem qualquer esboço de planejamento. Dele todos tinham medo. Como se fosse dono de fazenda criatória de gado nos pagos gaúchos. Nem secretários, nem

funcionários de categoria ousavam tomar iniciativas. Quando o presidente Vargas sesmou grande fatia do Paraná para construir o Território do Iguaçu, aplaudiu o gesto para calar intrigas sem eco e críticas sem conteúdo, as vantagens que essa grande medida patriótica proporcionaria ao nosso Estado. Esse o motivo de o Paraná de Silva Carção, Manoel Euphrásio Correia, Manoel Alves de Araújo, Jesuíno Marcondes, Ubaldino do Amaral e Vicente Machado, que tinha voz ativa no plano nacional, ter mergulhado em clima de apatia, de amolecimento da coluna vertebral, do seu Ribas. Foram anos de subserviência. Bancamos a vanguarda do Rio Grande do Sul, como bem lembrara ao presidente Vargas dileto amigo de Porto Alegre. Somente Plínio Tourinho enfrentou-o. Deputado federal, ao tomar conhecimento que o governador solicitara ao presidente liberação do empréstimo de 50 mil contos de réis à RVPSC, a ser entregue nas mãos do superintendente, submetido a inquérito, telegrafou-lhe nos seguintes termos: Pesa-me constatar tanta falta de compostura e dignidade na mais alta autoridade do Estado.

§

A imagem do interventor piorou quando mandou vir do sul o major Fernando Flores, ilustre desconhecido, para assumir a Chefatura de Polícia e, mais tarde, a Secretaria de Interior e Justiça. Não que Flores fosse elemento pernicioso. Apenas por não ser paranaense. Pupilo do capitão Lott na Escola de Realengo, foi excelente aluno, declarado aspirante da arma de infantaria em janeiro

de 1930. Além disso a época era ingrata. O golpe branco de 37 dera ao país feição fascista. Habilitado, com mão de ferro, colhendo nas folhas amarelas o nome dos principais industriais, criadores e comerciantes do interior, Flores construiu uma estrutura do futuro PSD, pois até então a Constituição proibia a vigência de qualquer agremiação política. Em 1945 quando Getúlio Vargas foi deposto, o partido estava bem organizado. Somou com o novel PTB, que nascera forte, mas sem lideranças expressivas no Paraná. Então não foi difícil eleger Moisés Lupion, que também contou com o apoio da UDN, derrotando o candidato do PR, deputado federal Bento Munhoz da Rocha Neto.

§

Homem prático, objetivo, no tempo da guerra Lupion requereu concessão para explorar minério de ferro em Castro, projeto economicamente inviável. Entanto, considerado esforço de guerra, obteve quota de combustível, racionado. Nenhuma tonelada de gusa deixou Castro... mas o combustível serviu para transportar madeira das suas serrarias...

§

Dez horas da manhã. Posse solene no Palácio da Assembléia, rua Barão do Rio Branco. Primeiro os deputados. A seguir o presidente da Casa, deputado João Chede, de Palmeira. Às 16 horas chegou Lupion. Após o compromisso legal dirigiu-se ao Palácio São Francisco, para a transmissão do cargo, que recebeu das mãos do coronel Mário Gomes.

§

Noite alta. Após banquete no Grande Hotel Moderno, cabeça no travesseiro, Lupion reflete. De vendedor de amendoim na estação ferroviária de Pirai chegara ao mais alto posto do Estado! Valeria a pena? Duvidava. Agora começava o pior. Acomodar cabos eleitorais. Dar empregos a parentes e amigos. Aturar deputados da UDN, que acompanharam sua candidatura por sabê-la vitoriosa. Seriam sinceras as palavras proferidas pelo orador oficial, senador Arthur Santos, ou escondiam despeito do inteligente jurista pelo filho do imigrante que mal concluíra o curso secundário? E o futuro? O que lhe estaria reservado? Acomodou-se no travesseiro. Pensou. Boas eram as sociedades primitivas. Havia um mínimo de governo. As questões resolviam-se em combate singulares entre os chefes.

Capítulo 07

O MITO MANOEL RIBAS

Não admire nada com exagero.
Pitágoras

Jamais Lupion negou sua admiração por Manoel Ribas. Tampouco a amizade. Na queda do interventor, o Palácio São Francisco, esvaziado de áulicos, foi cercado por exacerbados adversários. Queriam vingança. Ribas ficou só. Lupion, acompanhado de amigos, furou o bloqueio. Levou Ribas para casa. Comportamento digno. Raro. De amigo. Poucos fariam o mesmo...

Passaram-se dois anos. Fados conduziram Lupion ao mesmo Palácio, como governador. A primeira tarefa foi analisar a situação financeira do Estado. Que decepção! Externou-a na mensagem à Assembléia Legislativa. Usou franqueza. Não era só o amigo e admirador, mas o responsável pelo cumprimento das promessas eleitorais. Disse ter encontrado “um orçamento comprometido com 80% das verbas para pagamento do funcionalismo, pouco restando para outros misteres”. Ora, a propaganda oficial, no curto período de 15 anos

do getulismo, imitada pelos interventores, apresentara Ribas, como Maneco Facção, homem que procedera a limpa nos quadros do funcionalismo, demitindo em massa, sem dó nem piedade, para desonerar o Tesouro Estadual. Agora, entanto, ele, Lupion, que também acreditara exageradamente na propaganda, ao fazer balanço das disponibilidades, chegara à dura realidade: Da receita orçada só dispunha de 20% para obras e outros misteres!

No tocante à produção de energia elétrica, outra decepção. Situação calamitosa. Em treze anos o serviço público instalara somente 2.245 quilowatts, o equivalente a 170 quilowatts por ano! Denunciou. “Todas as soluções anteriores feitas sem obedecer nenhum esquema de conjunto. Iniciativas dispersas de municípios, nunca do Estado, que sem maiores recursos foram aceitando soluções quase sempre precaríssimas, ou de emergência, com aproveitamento de elementos insuficientes e as mais das vezes inadequados. Ocorreu, então, que no termo desse processo se chegou a uma situação em que os mais sérios descontentamentos e os mais urgentes problemas estão semeados praticamente por toda parte”. Em resumo vivia o Paraná na idade do monjolo e da roda d’água. Ribas só acordara para o grave problema da energia elétrica em 1944, na primeira visita de Getúlio Vargas ao Paraná após a Revolução de Trinta. Esbanjando cátedra, anunciou: “Completeremos estradas e poremos o pé (!) no primeiro degrau (!) do sistema de usinas hidroelétricas que eu prometi e que o Paraná terá em condições ímpares

no Brasil” — baboseira demagógica que a imprensa, arrolhada, alardeou com estardalhaço. Então, supondo fosse a implantação da infraestrutura energética tarefa fácil como construir postos de saúde e delegacias de polícia, prometeu “cumprir o comando do Presidente iniciando a eletrificação intensiva de todo o Estado, para depois ingressarmos seguramente, na etapa da industrialização”. E mais: “a pequena usina não pode ter eletricidade própria” — quando confundiu usina com indústria, palavras que o vento levou... pois sequer tomou a iniciativa de contratar empresa de projetos elétricos para programar roteiro, mesmo elementar, que indicasse o melhor caminho a seguir. Permanecemos na idade do monjolo e da roda d’água. Ao deixar o governo, em 1945, Curitiba era abastecida por usina de potência inferior à dos motores de uma Fortaleza Voadora...

Mesma incompetência no trato da rede rodoviária. Cavalos de batalha foi a Estrada do Cerne, hipotenusa do triângulo com vértices em Curitiba, Palmeira e Piraí, portanto, o caminho mais curto. Ignorava-se que em matéria de vias de superfície — ferrovias e rodovias — nem sempre a linha reta é o caminho mais curto entre dois pontos. A ligação rodoviária Ponta Grossa-Palmeira-Curitiba fazia-se pela velha estrada imperial construída para veículos hipomóveis, com inúmeras passagens a vau. Por absurdo que pareça, o interventor deixou de lado a velha trilha dos tropeiros, que servia Ponta Grossa, então segunda cidade do estado, Palmeira e Campo Largo, sobre terreno de suaves

ondulações dos Campos Gerais, para mergulhar a nova estrada na topografia de baixo-relevo da bacia do Ribeira de Iguape, onde a transposição de simples riachos afluentes constituía difícil problema de engenharia, quanto mais do Ribeirinha e do Açungui, seus principais formadores. As condições de rampa, curva e largura do trecho entre Alto do Amparo e Curitiba, assemelham-se às da Estrada da Graciosa, iniciada por Zacarias em 1853, concluída em 1873, destinada ao tráfego de viaturas hipomóveis. Isso quando em terreno semelhante, também à custa de pá e picareta, o 5º Batalhão de Engenharia construía a Estrada da Ribeira, com rampa máxima de 6%, raio mínimo de 60 metros, largura de 7 metros. Não muito longe, em São Paulo, o interventor Ademar de Barros iniciava a Via Anchieta, que vence a Serra do Mar, com 20 metros de largura, duas pistas, raio mínimo de 160 metros! O que se consumiu em combustível, pneus, óleo lubrificante, peças, tempo, no escoamento das safras de café, entre 1940, quando a estrada do Cerne foi entregue ao tráfego, e 1970, ao ser concluída a nova rodovia Ponta Grossa-Curitiba, daria para construir moderna autoestrada Londrina-Curitiba! Conclusão. O interventor Ribas deixou o setor rodoviário na mesma desastrosa situação do setor energético. O Paraná permaneceu na idade das rodovias vicinais. Sequer selecionou alguns engenheiros da SVOP para aperfeiçoar conhecimentos em São Paulo ou nos Estados Unidos. Não se realizou qualquer planejamento global.

Ao inteirar-se dessa triste realidade, ho-

mem de negócios, de iniciativa, de coragem, Lúpion deve ter considerado consigo mesmo: Não se deve admirar nada com exagero. A administração Manoel Ribas foi um mito. Mito criado pela imprensa arrolhada. Como sempre acontece, difundiu-se na imaginação popular...

Capítulo 08

DÉCADA TURBULENTA

Mas o mesmo profeta, no mesmo salmo, nos dá o desengano.
Padre Antônio Vieira

Década turbulenta, dos anos quarenta. Assinalada por mudanças de comportamento político no país. Na ilimitada ambição de poder o presidente Vargas truncara a marcha do processo iniciado com a vitória de 1930. Instaurando regime nitidamente fascista. Que razões o teriam levado a esse despropósito? Há quem afirme imitação do grande cacique Borges de Medeiros, de quem fora fiel seguidor. Outros, cópia dos regimes totalitários em vigor em países da Europa, pois a Constituição de 1937, fora elaborada pelo ilustre jurista Francisco Campos, que nos anos trinta criara milícias fascistas depois imitadas por Plínio Salgado na Ação Integralista, mas também há os que acreditam na influência do Positivismo. Interpretou erroneamente o significado da expressão ditadura republicana, de Comte, no aconselhar separação dos poderes, espiritual e temporal, de alcance administrativo quanto aos interesses materiais da sociedade. O

país pouco deve ao Estado Novo. De importante, a redução do poder das polícias estaduais, consumada com a intervenção que se fez no Rio Grande do Sul, com deposição do Governador Flores da Cunha. Também a instituição do DASP. Racionalizou os serviços públicos. Somente em 1940, dada a dificuldade de importar, Vargas passou a pensar na infraestrutura industrial. Criou a Fábrica Nacional de Motores, a Companhia Siderúrgica Nacional, a Companhia Álcalis e a Vale do Rio Doce, todas estatais. Nada realizou na área de eletrificação. Tampouco modernizou o sistema de vias de superfície.

§

Situação difícil. Instaurado no auge do fascismo e nazismo, com a deflagração da guerra o Estado Novo ficou isolado. Sobretudo devido à impossibilidade de comerciar com a Alemanha, grande parceira comercial do Brasil. A solução foi voltar-se para os Estados Unidos, mas as retumbantes vitórias do exército alemão em todas as frentes levavam a acreditar que seria vitorioso. Isso levou Vargas a pronunciar infeliz discurso a bordo de um dos nossos navios de guerra. Sugeriu que a vitória do Eixo abriria novos horizontes aos países subdesenvolvidos. O sonho durou pouco. Ataque japonês a Pearl Harbour levou os Estados Unidos à guerra. Nosso governo encontrava-se dividido. Dutra e Góes favoráveis ao Eixo. Osvaldo Aranha às democracias. Em 1942 nos manifestamos solidários aos Estados Unidos. Rompemos relações diplomáticas com Alemanha e Itália. Navios foram

torpedeados. Fomos à guerra. Também ao ridículo. Em regime totalitário de direita combatemos ao lado das democracias contra os totalitários também de direita. Com o presidente Getúlio Vargas tudo podia acontecer... menos deixar o poder...

§

Em 1945 a FEB regressou vitoriosa. O país exigiu democratização. Inseguro, Vargas editou a Emenda Constitucional nº 9. Convocou a Constituinte. Alterou o regime de eleições. Partidos políticos reorganizaram-se. A UDN lançou a candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes. O PSD, do General Dutra. A anistia geral levou Prestes às ruas. O Partido Comunista lançou candidato próprio à presidência, mas como disse o Padre Vieira, o mesmo profeta, no mesmo salmo, nos dá o desengano. Fingindo apoiar Dutra, Getúlio marombava. Fosse vivo, Rui Barbosa diria: Como um cágado tramboalhando por um pedregal. Prestes, perseguido no Estado Novo, pregou Constituinte com Getúlio. O aventureiro Borghi, o queremos Getúlio — inventando o quererismo. Em desespero de causa o presidente nomeou o irmão Benjamim, habitué do Cassino da Urca, para o cargo de Chefe de Polícia do Distrito Federal. Foi a gota d'água. As Forças Armadas o depuseram, mas cometeram grave erro. Permitiram que se asilasse na sua fazenda em Itu...

Capítulo 09

DO OUTRO LADO DA MONTANHA

*Aquele que atua nunca tem
consciência; só tem consciência
quem observa.*
Goethe

Nas páginas anteriores analisou-se o desempenho de Vargas em quinze anos de mando absoluto. Paisagem vista de um lado da montanha. Justo apreciá-la do outro.

Anos difíceis, das décadas trinta e quarenta. Entrechoques de sistemas de governo. Teorias econômicas desafiando conceitos e crenças tradicionais. Renovação igual à do século de Péricles, antiga Hélade. Ao Renascimento italiano. Ao Enciclopedismo francês no tempo dos Luíses. O problema residia na inadaptação do homem às novas circunstâncias. O ano de 1930 sofreu o impacto da quebra da Bolsa de Nova Iorque. Pôs em dúvida a capacidade de sobrevivência do Capitalismo diante da ameaça de crises cíclicas. Dez anos depois, diria o professor Corrado Gini, da Universidade de Roma, todos os remédios receitados pelos economistas para solucionar a crise mundial resultaram inócuos. Gráficos estatísticos revelavam contraste

entre a época otimista, década de vinte nos Estados Unidos, e outra de desesperado abatimento. Momentos de prosperidade que já iam longe, seguidos pela depressão que não se podia predizer quanto duraria. No dizer do economista chileno Ernst Wagemann, a economia mundial parecia organismo de índole superior às economias nacionais. Obedecia as leis biológicas próprias que a situaram entre pólos do ser e não ser, do bem e do mal. Envolvem-nas jogo alternativo de tensões e distensões que animam todos os seres vivos. Essas crises fortaleciam a tese marxista. As tensões aumentariam cada vez mais, porque a capacidade de consumo não podia acompanhar a capacidade de produção, ascensional na economia capitalista devido ao ininterrupto progresso tecnológico. Em épocas passadas, continua o mesmo economista, a humanidade só conhecia crises econômicas motivadas pela falta de bens de consumo. Na economia moderna ocorria o paradoxo da miséria motivada pela abundância — a exemplo da incineração de café no Norte do Paraná — que levou economistas a considerar que o mal se achava na moeda. A queda de produção do ouro, numa época em que a necessidade de meios de circulação era cada vez maior, provocou acúmulo de mercadorias.

Crises econômicas insuflaram o ânimo dos estudiosos de problemas sociais e econômicos a descobrir soluções. A Europa tornou-se excelente campo de batalha. Os Exércitos eram ideias. De um lado as democracias vigentes na França e Inglaterra

ra, atoladas num pantanal de marasmo, conformismo, incompetência, assoberbadas pelo fantasma do desemprego. Vizinhando, Itália, Alemanha, Espanha e Portugal adotaram o intervencionismo lucrativo, produção e consumo regulamentados para equilibrar oferta e procura, mas dominados pelo princípio da rentabilidade. No Oriente a imensa Rússia com economia intervencionista de consumo, total. Extinguindo a iniciativa privada. Levando o princípio do lucro a perder sua razão de ser. Anunciou a próxima passagem da economia socialista, — a cada um segundo seu trabalho — para economia comunista — a cada um segundo suas necessidades — finalista. Não bastasse tanto barulho, em 1936, na pátria da Escola Clássica de Adam Smith, Escócia, Lord Keynes publicou *'The General Theory of Employment, Interest and Money'*. Sua repercussão nos meios econômicos superou à provocada em 1776 com o lançamento de *A Riqueza das Nações*, de Adam Smith, e em 1867 com *O Capital*, de Karl Marx. Keynes abalou os alicerces da Teoria Clássica. Renegou o *laissez-faire*. Aconselhou a intervenção do Estado para manter o equilíbrio econômico e assegurar o pleno emprego dos fatores da produção, objetivo de todos os governos, por Roosevelt adotado no desenvolvimento do vale do Tennessee, em 1932. E o Brasil?

§

O Brasil continuava dormindo. Nenhuma tradição de estudos econômicos. No Império adotamos o liberalismo, porque a Inglaterra o adotara. Em 62 anos nada produzimos que despertas-

se interesse estrangeiro. Nada igual às teorias expostas por Henry Carey, 1837 e 1848, e Henry George, em 1879, nos Estados Unidos. Baptista de Oliveira, Silvia Maia, Pereira de Barros, Matta e Albuquerque, Trigo de Loureiro, Henrique Milet e Martins Hayer escreveram livros didáticos e pequenos ensaios.

Martim Francisco, Nogueira da Gama, Alves Branco, Silva Ferraz e Visconde do Rio Branco, eram financistas. O paranaense João da Silva Carrão proclamou-se partidário de MacLeod, economista escocês que escreveu sobre a Teoria do Crédito. No período republicano o mesmo deserto. Aarão Reis publicou em 1918 compêndio de Economia Política, Finanças e Contabilidade. Almeida Nogueira declarou-se partidário de MacLeod. Amoroso Lima, Andrade Ramos, Leopoldo Bulhões, Jorge Kafuri, Augusto Machado, Nogueira de Paula, Otacílio Novais, Porto Carreiro, Alde Sampaio, Roberto Simonsen, Tobias Moscoso, Vieira Souto, Victor Viana são, em geral, brilhantes professores universitários, seguidores de Smith ou de Marx. Quando em 1936, como explosão vulcânica na expressão de Celso Furtado, nasceu a construção keynesiana, ela provocou autêntica acrobacia mental nos economistas adeptos do equilíbrio estático. Então, disse o mesmo economista, na década de trinta entraram em confronto três correntes de pensamento: A Clássica, que impõe disciplina metodológica, sem a qual a teoria descambaria para o dogmatismo; a Marxista, que adotou atitude crítica, inconformista; a Keynesiana, que atribui

novo papel ao Estado no Plano Econômico.

O Presidente Vargas não foi o único culpado. Na ocasião manifestou-se Osvaldo Aranha: O Brasil é um deserto de homens!! Realmente, na área econômica. Na jurídica o material humano abundava. Entre tantos, o presidente podia dispor de Francisco Campos, Odilon Braga, Gustavo Capanema, Afrânio de Mello Franco, Antunes Maciel, Vicente Ráu, Agamenon Magalhães, José Américo, José Carlos Macedo Soares, Lindolfo Collor, Waldemar Falcão, Artur Neiva, Lima Cavalcanti, Irineu Joffly, Nereu Ramos e outros. E na era econômica?

Poucos destacaram-se. Mário de Andrade Ramos, constituinte de 34, Roberto Simonsen, Eugênio Gudín, Otávio Bulhões... e só.

Roberto Campos e Celso Furtado começavam a despontar. Ninguém no Brasil raciocinava em termos de desenvolvimento econômico. Não existia Ministério do Planejamento. Nosso Ministério da Fazenda foi gerido sucessivamente pelo banqueiro José Maria Whitaker, bacharel Osvaldo Aranha, bancário Arthur de Souza Costa, que permaneceu de 1934 a 1945!!... como bom gerente de banco. O próprio presidente Vargas, ao assumir o Ministério da Fazenda, em 1928, no governo de Washington Luis, foi muito claro: Não entendo de finanças!! Muito menos, portanto, de economia. A culpa não cabia somente a ele. O Brasil carecia de material humano indispensável naquelas décadas em que o mundo mudava de aspecto, com o fascismo, o marxismo, o keynesianismo. Agindo política-

mente, o presidente não teve consciência do que se passava ao redor... o que não aconteceria se a imprensa fosse livre...

Capítulo 10

TRANSIÇÃO CEPALINA

Do naufrágio do liberalismo só se salvam seus valores, dentre outros a crença na liberdade da pessoa humana.

Karl Mannheim

Em 1942 escrevendo sobre liberdade e planificação social, Karl Mannheim disse que o princípio do *laissez-faire* passara para sempre. No pensamento liberal, acrescentou, ao indivíduo podia seguir o caminho que melhor lhe conviesse, sem dar conta a ninguém. Socialmente, irresponsabilidade. Sociedade e Estado não passavam de instrumento de seus interesses. Cada cidadão cuidava de si contra os demais. Não o preocupava a sociedade que resultaria dessas atividades em luta. Por isso optou pelo racionalismo prático jamais racionalismo que abandonava realidades presentes para construir castelos nas nuvens. Assim aconteceu no pós-guerra. Nações democráticas que lutaram pela liberdade do *laissez-faire*, acreditaram na intervenção do Estado apregoada por Keynes, a fim de incentivar o desenvolvimento econômico com pleno emprego dos fatores de produção.

Nos anos quarenta a CEPAL, órgão internacional para estudo de problemas econômicos dos países da América Latina, estabeleceu-se no México, com a finalidade de preparar economistas latino-americanos no trato com noções de desenvolvimento econômico. Até o final dos anos trinta duas foram as atitudes da política econômica internacional. Se os interesses dos grandes países industrializados levava-os a manter o clássico intercâmbio de manufaturas por matérias primas, os países atrasados, num movimento de rebeldia, exigiram a industrialização. Keynes, de golpe, deslocara o centro de gravidade da teoria econômica do conceito de preços para a renda da microeconomia, interessada no equilíbrio da empresa, para a macroeconomia, cujo objetivo era o equilíbrio nacional. De modo geral nossos economistas convenceram-se que o desenvolvimento econômico de determinada região não podia ser abandonado ao jogo espontâneo das forças do mercado. Ao contrário, exigia deliberado esforço estatal para aumentar o ritmo de crescimento da renda per capita. País paupérrimo de capitais privados para investimento nas áreas de transporte e energia, o Brasil abriu as portas para a estatização. Ao ocorrer essa transição por influência de ideias importadas, assumiu o governo da República o general Eurico Gaspar Dutra; do Paraná, o industrial Moisés Lupion. Se a nova política econômica era certa ou errada, só o futuro diria. Para trás ficavam os modelos rurais retrógrados de administrar a coisa pública implantados por Getúlio Vargas e Manoel

Ribas. O Brasil ingressava numa nova Era.

Capítulo 11

GOVERNO DUTRA

A religião é o ópio do povo.
Lenin

Para quem no exército o conhecera oficial troupiér, de Cavalaria, Dutra surpreendeu. Assumiu a presidência no dia primeiro de fevereiro de 1946. Condestável do Estado Novo, homem de absoluta confiança de Getúlio Vargas, ao contrário do ex-chefe respeitou fielmente a Constituição promulgada em setembro do mesmo ano, de caráter democrático e social, como já fora a Carta de 1934, rasgada em 1937. No seu governo não se falou em estado de sítio. Não houve qualquer intervenção nos estados. Pacificou o ambiente político, turbado no final da década pela desconfiança na palavra do ditador. Organizou o ministério do congoçamento. Incluiu próceres da UDN, que o combateram ferozmente no pleito eleitoral. Mas não tolerou a presença do Partido Comunista. Posto em liberdade, graças à anistia geral concedida por Getúlio Vargas, a imagem do ex-capitão Luiz Carlos Prestes, embora mal visto pela oficialidade das Forças Armadas após a estúpida intentona de

novembro de 1937, derrotada a canhoneira pelo próprio general Dutra, ainda se mantinha na memória do povo. Era o lendário Cavaleiro da Esperança. Percorrera o Brasil, de sul a norte, ao tempo do presidente Artur Bernardes. Então, assim como antes da II Guerra Mundial, Plínio Salgado encontrara facilidade para organizar a Ação Integralista Brasileira apontando ao exemplo da grandeza e do poderio da Itália fascista e da Alemanha nazista, que pareciam ter progredido intensamente em regimes totalitários de direita, agora chegara a vez de Prestes exemplificar com o totalitarismo de esquerda. O fim do conflito revelou ao mundo a imagem de uma União Soviética poderosa, industrializada, que não só acabara de resistir ao impacto das divisões blindadas Wehrmacht, como solucionara, em definitivo, o problema que afligia todas as economias individualistas: desemprego. Deslumbrava o exemplo daquela economia coletivista, de indústrias sem patrões, onde todos, ao mesmo tempo, eram proprietários e proletários. Se Marx descobrira as leis do surgimento, desenvolvimento e morte do Capitalismo, Lenin enriquecera a Ciência Econômica marxista com a síntese da nova experiência do desenvolvimento econômico, a doutrina do Imperialismo. Os ensinamentos de Lord Keynes não soavam compreensíveis aos ouvidos do povo miúdo. Não entendia conceitos tais como propensão marginal ao consumo, ou eficácia marginal do capital. O mesmo não acontecia à tese da “mais valia”, explicada na linguagem popular como o roubo de parte do salário do operário pelo

patrão, baseada no conceito capitalista de lucro.

Prestes, porém, não avaliou corretamente o poderio da Igreja Católica. Naquele tempo ainda não havia padres de passeata. Tampouco clero progressista. Dom Helder Câmara mal abandonara as hostes integralistas. As fontes da fé repousavam na Tradição e nas Sagradas Escrituras. Nos Evangelhos, a última comunicação do Verbo Encarnado com o gênero humano. Para os bispos, os livros de Marx e de Lenin haviam sido escritos por inspiração do diabo. A Igreja devia servir aos ricos, porque os pobres tinham seus lugares assegurados no Reino dos Céus. Como respaldo, possuía operoso agente no próprio lar do Presidente, dona Santinha, baluarte do catolicismo apostólico romano.

Organizado o partido, os comunistas elegeram Prestes ao Senado. Também deputados federais, estaduais e vereadores. Nisso, sendo em tão pequeno número, revelaram sua fraqueza. Na campanha atacaram de preferência as multinacionais e os latifúndios. Comitês foram abertos, não só nas ruas principais, mas também nos bairros. De onde vinha o dinheiro? — indagavam os adversários. A resposta era uma só: De Moscou! Então, pressionado por dona Santinha, pelo clero católico, pelas Forças Armadas Dutra encaminhou ao Legislativo projeto pondo o Partido Comunista fora da lei... por ser contrário ao regime democrático. Como acontecera em 1935, seus adeptos passaram a agir na clandestinidade, nos subterrâneos da política. Aguardavam nova oportunidade.

§

Candidato a vereador pelo Partido Comunista, Sebastião doutrinava o caboclo José. Queria seu voto.

— Veja o Antônio, que ali passa... Tem duas casas. Se vencermos, uma será sua. O João ao seu lado, tem dois automóveis... Um será seu!

O camponês concordava sorrindo de satisfação na esperança de ganhar casa e automóvel. O candidato prosseguiu a doutrinação.

— Aquele que vai lá, o Joaquim, tem duas vacas... vai ter de dar uma... não é justo ter duas e o vizinho nenhuma...

Desta vez o camponês não concordou. O candidato estranhou e José explicou:

— Casa e automóvel, não tenho... vaca tenho duas!

Resolvido o cruciante problema, religioso ou de segurança nacional, o presidente Dutra voltou-se para outros, sobretudo transporte e energia, relegados ao abandono nos quinze anos de getulianismo.

Capítulo 12

RODOVIAS E FERROVIAS

Governar é abrir estradas.
Washington Luis

Em 1940, transferido, passei a servir na Inspetoria de Engenharia do Exército, Rio de Janeiro, sob as ordens do ferrenho positivista general Manoel Rabello, ex-interventor de São Paulo. Conhecedor da falta de recursos para construção de rodovias, sugeri ao general Rabello a necessidade de instituir Imposto Único sobre combustíveis e lubrificantes, destinado ao financiamento das mesmas. O general considerou a ideia interessante. Já vigorava na Argentina. Designou-me para redigir Memória Justificativa a ser encaminhada à Presidência. Na ocasião eu desconhecia que igual proposição fora apresentada, logo após trinta, pelos ex-deputados Gumercindo Penteado e Daniel de Carvalho, ao presidente Vargas, sendo rejeitada. Também o memorial que redigi, encaminhado ao Ministro de Viação, general Mendonça Lima, teve o mesmo destino. Não podia ser diferente. Vargas não passa de estanceiro habituado ao carro de boi... Com a deposição do ditador, em 1945, a situação mudou. Em três meses no Ministério de

Viação, no governo do ministro José Linhares, o ilustre engenheiro Maurício Joppert, professor da Politécnica do Rio de Janeiro, instituiu o Fundo Rodoviário Nacional financiado pelo referido Imposto Único. Nova era abriu-se para os transportes rodoviários.

§

No governo Dutra o Ministério de Viação foi entregue a outro ilustre engenheiro, Clovis Pestana completou o trabalho de Joppert. Criou o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, autarquia federal. Nos estados foram organizados os Departamentos Estaduais. Em pouco tempo o panorama mudou. A antiquada rodovia Washington Luis, construída em 1928, intocada nos quinze anos da administração Vargas, foi substituída pela moderna Via Dutra, de padrão norte-americano. Pavimentada, o percurso Rio-São Paulo passou a ser feito em seis horas pelos veículos de passeio.

§

Mais difícil apresentou-se o problema ferroviário. Até o final do mandato do presidente Arthur Bernardes, a ferrovia detinha o monopólio dos transportes de superfície. Mas a partir de Washington Luis passou a sofrer a concorrência das rodovias. Em 1930, a malha ferroviária alcançava trinta mil quilômetros. Dos Estados Unidos ultrapassava trezentos mil! Ao serem construídas não foram consideradas as correntes de tráfego, tampouco as respectivas densidades de carga. As razões ou eram políticas ou militares. No trecho entre Rio de Janeiro e Belo Horizonte, de cada estação partia

ramal para atender vilarejos comandados por políticos. Explorado pela iniciativa privada o transporte rodoviário ficou a carga de produtos nobres, a exemplo do café, capazes de suportar fretes elevados. Delegou para as ferrovias as cargas pesadas, de pequeno valor unitário. Ao estourar o conflito mundial nossas ferrovias encontravam-se em estado de penúria. Envelhecidas. Das três mil quatrocentas e trinta e duas locomotivas existentes, quatrocentas e noventa e sete tinham mais de sessenta anos. Só oitenta e uma com menos de dez! Enquanto isso acontecia no Brasil, nos Estados Unidos, nas ferrovias que uniam o Atlântico ao Pacífico, circulavam modernas locomotivas a vapor com seiscentas toneladas de peso aderente!

§

Na gestão do presidente Dutra instituiu-se o Plano Geral de Reaparelhamento Ferroviário (20/01/1946). Previu lastreamento e dormentação da via permanente, aquisição de trilhos, vagões de carga, locomotivas, avaliado em vinte bilhões de cruzeiros, em 1947, pela Missão Abink. Não teve seguimento. Poucas verbas vieram do Plano Salte. Na realidade nosso problema ferroviário pecava pela origem. Traçados mal feitos, bitolas diferentes, carvão de má qualidade, administrações sob influência política. Em 1950, dos trinta e sete mil e trezentos quilômetros de extensão, 67% eram de propriedade do Governo Federal, 10% sob exploração estadual. O déficit financeiro alcançava três bilhões de cruzeiros anuais.

A Comissão Mista sugeriu exploração na

forma industrial. Recomendou a criação da Rede Ferroviária Nacional S.A. (RFFSA), com personalidade jurídica própria. Teria estrutura de companhia Holding, aglutinando as redes por regiões geográficas, independente de injunções políticas perturbadoras da eficiência.

§

Entre 1930 a 1945 reduziu-se o ritmo de construção de ferrovias. Apenas mais dois mil quilômetros de novas linhas. A partir de 1946 começou a declinar a procura do transporte ferroviário por parte das empresas privadas. Optaram pela modalidade rodoviária. Gozando flexibilidade de rotas, transporte porta-a-porta, embora deslocamento sobre asfalto exija três vezes mais força de tração por unidade de carga que sobre os trilhos, a compensação de despesas deu-se pela eliminação das onerosas operações de baldeação e pelo custo de espera, alongado nas ferrovias pelo excesso de burocracia. Crescendo, a modalidade rodoviária desbancou a modalidade ferroviária, e também marítima e fluvial.

§

Nessa situação desoladora, quando o transporte ferroviário mostrava-se sem futuro, o presidente Dutra cometeu grave erro. Em setembro de 1946 assinou o Decreto 9.869 que acampou a velha ferrovia inglesa São Paulo Railway, entre São Paulo e Santos, escoadora do café paulista. Nos termos da concessão, mais alguns anos reverteria ao Patrimônio Nacional. O problema cifrou-se no valor da encampação. Mas na inoportunidade.

Denunciou o deputado Odilon Braga: O serviço, no caso a ferrovia, fora concedido para que uma determinada finalidade fosse atingida. No caso a construção da ferrovia São Paulo-Santos. Sendo a operação lucrativa, foi paga ao longo do prazo de concessão pelos próprios usuários. Portanto, uma vez amortizada, ao fim do prazo da concessão devia reverter sem ônus ao Patrimônio Público. Mal aconselhado por assessores, dentre eles o Ministro da Fazenda, Guilherme Silveira, proprietário da fábrica de tecidos Bangu, Dutra adquiriu a ferrovia usando o saldo de libras ouro acumulado em Londres no decorrer da guerra. Pagou o preço do CAPITAL RECONHECIDO. Não se falou no custo atualizado de reprodução, isto é, da construção de ferrovia igual. Tampouco do valor investido, CUSTO HISTÓRICO. Com os mesmos recursos o Brasil modernizaria o material rodante de suas ferrovias. Esse erro imperdoável recai nos ombros do presidente Dutra...

Capítulo 13

ENERGIA ELÉTRICA

Para não mentir, direi que o que me impressionou mais, antes da eletricidade, foi o jeito do cocheiro.

Machado de Assis

Machado de Assis ia pela praia da Lapa. Bonde de burros. Cruzou com o elétrico, que descia. Impressionou-o mais, antes da eletricidade, o jeito do cocheiro, olhos por cima da gente que ia no seu bonde, com grande ar de superioridade. Igual comportamento teve o maquinista da primeira máquina a vapor na experiência realizada entre duas cidades inglesas, ao ver cocheiros dos carros de tração animal teimando ultrapassar o engenho mecânico. Se na velha Inglaterra, pátria da revolução industrial, a locomotiva a vapor causou espanto, que dizer bonde elétrico no Brasil de 1892, mal saído de regime monárquico retrógrado, que por sessenta e sete anos manteve dez escolas de teologais... e só fundou a primeira escola de engenharia civil em 1873.

A usina fornecedora de energia para os primeiros bondes elétricos do Rio de Janeiro compunha-se de caldeira a vapor de 100HP acoplada

por correia ao gerador de 62Kw. Meio século depois, ao fim do Estado Novo, enquanto os Estados Unidos já possuíam 360W de potência instalada por habitante, mal chegávamos a 35. Até 1945 as grandes empresas concessionárias de energia elétrica eram estrangeiras. Bond and Share e Light and Power abasteciam Rio de Janeiro, São Paulo, Niterói, Petrópolis, Porto Alegre, Pelotas, Curitiba, Belo Horizonte, Vitória, Salvador, Natal, Maceió. As demais, esparsas no interior, possuíam pequenas usinas, hidráulicas ou térmicas, conforme a situação.

O que teria levado o país a essa situação de descalabro? Sem dúvida, Vargas. Jamais percebeu a importância da energia elétrica no desenvolvimento industrial. Habitado à vida nos pampas, bastava-lhe a lanterna petromax. Ignorava que cada quilovate-hora equivale ao trabalho de dezoito homens-hora, sem férias, greves, doenças... dia e noite. Quem o visitou na fazenda de Itu, regressou decepcionado. Ambiente de desconforto. Sobretudo, dos peões, sem carteira assinada!

A partir de 1930 medidas acauteladoras foram adotadas para disciplinar o uso das águas correntes, fruto da mentalidade tenentista do major Juarez Távora, Ministro da Agricultura, em 1932.

§

Tenente, em 1920, Juarez serviu no 5º Batalhão de Engenharia, rua Visconde de Guarapuava, esquina da Lamenha Lins. Nas manobras realizadas no Bairro Alto operou estação radiotelegráfica de tamanho monstruoso, com alcance de cinco

quilômetros, importada da França após a I Grande Guerra. Em 1922, servia na Escola de Realengo. Tomou parte no movimento revolucionário para impedir a posse do presidente Artur Bernardes. A revolta fracassou. Preso numa fortaleza, evadiu-se. Passou a condição de desertor. Em 1924 reapareceu em Curitiba. Hospedava-se na residência do conterrâneo Couto Pereira, presidente do Curitiba Futebol Clube. Diversas vezes almoçou em nossa casa. Tentava convencer meu pai a participar do movimento que acabou eclodindo em São Paulo sob a chefia do general Isidoro Dias Lopes. Mais tarde, já capitão, fui seu subordinado quando exerceu o comando do mesmo 5º BE, no quartel do Bacacheri.

Sempre o tive oficial inteligente, culto, preparado, patriota. Não era esse, o seu conceito entre os colegas do exército. Talvez por sua teimosia, caturrice, sobretudo egoísmo, embora católico apostólico romano praticante. Aliás, naqueles anos do final da década de dez e começo de vinte, a safra de oficiais de elevado valor cultural foi grande. Além de Juarez, que se projetaria mais tarde e seria candidato à presidência da República, Realengo deu Luiz Carlos Prestes, Edmundo Macedo Soares, construtor de Volta Redonda, Eduardo Gomes e outros mais.

§

Em 1933, Juarez no Ministério da Agricultura, foi revogada a célebre cláusula ouro. Essa providência proibiu qualquer estipulação de pagamento em ouro às concessionárias que forneciam

energia elétrica e, ao mesmo tempo, recusar receber moeda circulante no país (mil réis). Em 1934 o Congresso Constituinte aprovou o Código das Águas, incorporado à Constituição promulgada no mesmo ano. Ele introduziu radicais alterações na sistemática da propriedade dos potenciais hidráulicos. Desvinculou-os da propriedade privada da terra. Incorporou-os ao Patrimônio da União.

Para avaliar a burocracia reinante, basta lembrar que o disciplinamento do uso da força hidráulica teve início em 1904. Seu propósito era regulamentar o uso das águas. O projeto rolou até 1930, quando o congresso foi fechado pela revolução triunfante. Havia sido elaborado na forma de Código, por Alfredo Valadão, em 1907. Dormiu nas prateleiras do Legislativo até 1934. Juarez Távara desenterrou-o para aprová-lo ainda no Governo Provisório. Como era de esperar, suscitou acalorados debates, conforme a predominância desta ou daquela ideologia.

§

Houve quem imputasse ao Código das Águas a crise energética no país. Mas não impediu que as duas grandes concessionárias estrangeiras prosperassem. Em 1950 os lucros da Light sobre o capital foram de 19,2%; da Bond and Share, 16.6%. O incremento da produção de eletricidade, comparado a trinta e cinco países, entre 1945 e 1950, só foi igualado pela Argentina. Aumentou 61% no Brasil, no Chile 56%, na Índia 20%. Também se observou crescimento de fator de carga. Em São Paulo, de 60,4% em 1930, para 67% em

1950, beneficiando as empresas concessionárias. Afirma o engenheiro Adroaldo Junqueira Aires, que comparadas aos demais serviços públicos e à agricultura, o confronto lhes foi favorável. Esse lucro, permitiu a Light investir mais de 1,5 bilhão de cruzeiros, sem prejuízo dos dividendos de 1,3 bilhão distribuídos aos acionistas no mesmo período. Não obstante, na exposição de motivos dirigida ao Governo Federal, alegou não ter renda suficiente para pagar em dinheiro o lucro do capital.

A escassez de energia, entre outras causas a inoperância de Vargas, deveu-se ao ritmo intenso de urbanização, à dificuldade de levantar capitais externos para investir em serviços públicos, à falta de interesse das próprias empresas que encontraram na escassez forma de pressionar para obter vantagens. Diante desses obstáculos o governo optou pela estatização. Iniciou a construção das grandes centrais hidrelétricas.

§

Dutra assumiu em janeiro de 1946. Dois anos depois aprovou a formação da Cia. Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), que iniciou a construção da usina de Paulo Afonso, no rio São Francisco, débito de cinco mil metros cúbicos por segundo, oitenta metros de desnível. Foi inaugurada em 1955. Potência instalada de cento e oitenta mil quilowatts, depois ampliada. O que o presidente Vargas não realizou em quinze anos de governo discricionário, Dutra fez em dois. A seguir o país deslanchou na produção de energia elétrica. O trouper de cavalaria foi o primeiro presidente a ge-

rar cavalo-vapor estatal.

Capítulo 14

ENFIM, PETRÓLEO...

*Faça, Manoel Ribas, o mesmo, e o
Paraná muito em breve estará
nadando em petróleo.*

Monteiro Lobato

A vertente oriental da bacia do Paraná sempre foi vista pelos geólogos, provável reservatório de óleo explorável economicamente. No começo do século prospectou-a Eusébio de Oliveira. Na região da serra da Balisa, margem esquerda do rio Jangada, encontrou asfalto e óleo pesado escuro nas fendas e cavidades das rochas. Embora já decompostas, identificou-as. Eruptivas de coloração pardo-avermelhada, com geóides de calcita e reolitos. Mais tarde, ao conhecer a pesquisa realizada por Gonzaga de Campos, apontou esses indícios de petróleo como os mais importantes até então conhecidos no sul do país, constituídos de impregnações nas camadas argilosas e calcárias do Grupo Irati. Entanto, nada mais se encontrou nos andares superiores, de rochas das séries Tubarão e Itararé, do Permiano, tampouco do Devoniano, salvo ligeira impregnação nas faces dos folhelhos fossilíferos de Ponta Grossa. Mas nas perfurações

realizadas nos arredores da Colônia Rio Claro, o geólogo Moraes Rego observou o aparecimento de gás natural combustível cujo desprendimento se dava ao atingir a sonda às camadas do Grupo Irati, podendo ter origem nos calcários e folhelhos do mesmo grupo, com possibilidade de geração de petróleo. Seguramente no começo do século nossos geólogos não dispunham da tecnologia atual. Para alcançar as camadas do Grupo Irati nas perfurações nos arredores da serra da Balisa, terceiro planalto, foi preciso perfurar lençóis de diabase, trapps do Paraná, rocha duríssima, com quatrocentos metros de espessura! O abandono dessas pesquisas deu-se, após ilustres geólogos estrangeiros, contratados pelo Departamento Nacional de Produção Mineral, manifestarem-se pela não existência de petróleo explorável economicamente no extenso território brasileiro com quatro milhões de quilômetros quadrados de formações sedimentares.

§

Como sempre, marchávamos na contramão. Havia poucas escolas de formação de engenheiros e geógrafos. Somente a de Ouro Preto. Para prospectar quatro milhões de quilômetros quadrados de formações sedimentares, dispúnhamos de quarenta geólogos, vinte em funções burocráticas. A disponibilidade reduzia-se a um geólogo para cada duzentos mil quilômetros quadrados! Se na tecnologia vivíamos o século anterior, na literatura éramos modernistas e até futuristas. Oswald de Andrade sentenciava: “Só a antropofagia nos une

socialmente, economicamente, filosoficamente, única lei do mundo, expressão mascarada de todos os individualismos, de todos os coletivismos. De todas as religiões. De todos os tratados de paz. Tupi or not tupi, that is the question.” Guilherme de Almeida, típico poeta do período crepuscular que precedeu o Modernismo, cantava: ‘ “Eu perdi minha fruta selvagem entre os caniços do lago de vidro.” Em resumo, ao contrário dos geólogos, possuíamos vinte poetas por quilômetro quadrado! Nas escolas secundárias os alunos digeriam o ufanismo do conde de Afonso Celso. Éramos detentores de riquíssimo território sem igual no mundo! Aprendemos na Geografia ser nosso reino mineral um dos mais ricos e variados do mundo, inexaurível manancial de recursos aberto aos industriais. Dos saltos admiráveis do Paraná, mencionou Caiacanga!...Desse marasmo, estado cataléptico, aversão à tecnologia, salvam-se alguns militares que se julgavam obrigados a quebrar a rotina, ainda que pela força das armas.

§

Em 1930 a revolução acordou o país. Desencadeou-se a luta pelo petróleo. No mesmo ano o cidadão Orças Cordeiro requereu ao Ministério da Agricultura a autorização para pesquisar no Recôncavo baiano. Estranhamente Juarez Távora, influenciado pelo parecer dos técnicos estrangeiros, indeferiu o pedido nos seguintes termos: “A opinião do geólogo Victor Oppenheim é a opinião dos técnicos do Departamento Nacional de Produção Mineral. Outra opinião não tem o ministério que não

seja a de seus técnicos que estudaram suficientemente o assunto.” Não se passaram quatro anos descobriu-se petróleo em Lobato, com produção de dois mil barris por dia. Teriam razão os colegas de farda que desconfiavam da inteligência do ministro?

§

Embora a ocorrência de petróleo em Lobato, a descrença continuou. Não passava de simples acidente. Então entrou na luta o consagrado escritor Monteiro Lobato. Denunciou os geólogos estrangeiros. Acusou-os de que não queriam o Brasil autossuficiente em petróleo. Em correspondência de 13 de janeiro de 1937, dirigida ao governador Manoel Ribas, disse: Quando lhe escrevi a primeira carta sobre os estudos geofísicos, tive a oportunidade de descrever antecipadamente o que iria passar-se aí, que era o mesmo que se passava nos outros estados em que surgia uma proposta geofísica da ELBOF (grupo alemão de prospecção e estudos geofísicos). Como esta firma não está ligada a nenhum dos grandes trustes de petróleo, estes tudo fazem para afastá-la do Brasil e terem estudos geofísicos feitos por uma companhia francesa e outra sueca, uma ligada à Standard Oil e outra a Royal Dutch. Conseguindo que os estados contratem com estas firmas suspeitas, os trustes terão os resultados verdadeiros dos estudos feitos, e os estados contratantes terão resultados viados, despistadores, e o Brasil continuará como está agora, cego em matéria de petróleo.

Adiante acusou Eduardo Gomes: “O que

eu previ está se realizando. As tais firmas suspeitas estão aí, trabalhando furiosamente para o afastamento da ELBOF. Para isso lançam mão de todos os recursos, principalmente do suborno de elementos burocráticos.” Quem dirige essa luta é o coronel Eduardo Gomes, herói nacional, e seu irmão Stanley. Este já deve estar aí movendo os pauzinhos secretos. Exemplificou: “A Alemanha não tinha petróleo e por isso perdeu a guerra (...a primeira). Depois da derrota resolveu ter petróleo e lançou mão da geofísica, sobretudo da geofísica da ELBOF. Graças a isso o petróleo apareceu. A produção do ano passado foi de seiscentas mil toneladas.” Mencionando as providências tomadas por certo governador do nordeste, recomendou: “Faça Manoel Ribas o mesmo, e o Paraná muito em breve estará nadando em petróleo.”

Manoel Ribas nada fez. Não iria contrapor-se ao chefe Getúlio Vargas, que de tal maneira irritou-se com a campanha de Monteiro Lobato que acabou ordenando sua prisão. Esta estranha carta chegou às minhas mãos recentemente. Nunca tive qualquer informação da atuação do senhor Stanley Gomes no Paraná.

Capítulo 15

O PETRÓLEO É NOSSO

Já tive ensejo de dizer que uma das tarefas mais árduas para o político, no Brasil, é defender as riquezas naturais do País.

Arthur Bernardes

Em 1934, Távora na agricultura, aprovava-se o Código de Minas e de Águas, que nacionalizou as jazidas não descobertas. Em 1939, perfurou-se o poço de Lobato. Mas o debate sobre a forma de exploração do petróleo acirrou-se no final da guerra.

Anos turbulentos, 1945 a 1954, da deposição do ditador Vargas ao seu suicídio. Situação precária. De um lado reduzida economia industrial capitalista, nascida no período do conflito mundial pela dificuldade de importar; de outro, produção semi-colonial. Nos anos de 50 e 51 as exportações alcançaram um pico. Mas em seguida voltou ao nível de 1947. Economistas explicaram. Fenômeno normal. Culpa da Lei de Engel. Dispêndios do europeu com alimentação não podiam crescer na mesma proporção que da renda per capita. A melhoria da nossa economia só viria com a industrialização. Mas nenhuma indústria floresce sem transportes.

Transportes sem combustível. O petróleo ganhou importância. A forma jurídica de exploração, estatal ou privada, capital exclusivamente nacional ou também estrangeiro, foi o pomo da discórdia. O conflito originou-se na maneira de entender o subdesenvolvimento e a melhor forma de extirpá-lo. Para os gudinianos, seguidores de Eugênio Gudin, a situação do Brasil assemelha-se à da Europa dos anos que antecederam a Revolução Industrial. Consequentemente, para elevar a renda per capita deveria usar os mesmos meios que a experiência histórica daqueles países revelara eficazes. Em resumo, deixar o problema a cargo das forças do mercado, quando muito orientados pelo poder público. Porém, nada de planejamento estatal. Não haviam os Estados Unidos alcançado alto nível de vida sem ele? Para os gudinianos, as leis da economia tinham a mesma validade universal das leis da física.

Outra corrente derivou do pensamento de Roberto Simonsen, ficou conhecida por desenvolvimentista. Para seus adeptos a situação do Brasil tinha algo de patológico, não prevista nas discutíveis leis econômicas universais ditadas por Adam Smith e Ricardo. Reclamava remédios heroicos, só encontrados no planejamento econômico, tão completo quanto possível. Essa ideia amparava-se na doutrina da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe), com aprovação do economista chileno Raúl Prebisch, partidário da industrialização da América Latina.

Na realidade temiam os gudinianos o pla-

nejsamento t3cnico socializante. A outro lado, Simonsen declarava-o doutrinariamente neutro. Em 1945, no Conselho Nacional de Pol3tica Industrial, embora representante da iniciativa privada, Simonsen defendeu o planejamento estatal como instrumento de dinamiza33o da economia. Quanto a Gudin, s3 o considerava aplic3vel nos regimes ditatoriais de esquerda ou de direita. Em resumo, de in3cio, visto o planejamento como instrumento de interven33o do Estado na economia, pelas suas origens, socialista ou fascista, provocou d3vidas em alguns economistas. Depois, isentado do v3rus ideol3gico, foi aceito at3 pelo gudiniano moderado Roberto Campos, ao escrever "O Planejamento do Desenvolvimento Econ3mico de Pa3ses Subdesenvolvidos", publicado pela Funda33o Get3lio Vargas. Vale perguntar: e os comunistas?

§

Despeitado com o lan3amento das candidaturas do general Dutra, pelo PSD, do brigadeiro Eduardo Gomes, pela UDN, Vargas, que manobrava para continuar no poder, decretou anistia ampla e geral, n3o irrestrita, aos presos pol3ticos. Foram libertados Luiz Carlos Prestes, Agildo Barata, Marighela e muitos outros, que logo trataram de organizar o Partido Comunista. Nas elei33es de 1945, al3m de deputados federais e estaduais, elegeram Prestes senador pelo Rio de Janeiro, ent3o Distrito Federal, que obteve consagradora vota33o. A alegria durou pouco. Dois anos depois tiveram seus mandatos cassados pelo presidente Dutra. O partido passou a viver na clandestinidade.

Como se comportaram na polêmica travada com os gudinianos e desenvolvimentistas pela exploração do petróleo nacional? Natural seria, partidários da solução socialista para o desenvolvimento, em oposição à capitalista, que apoiaram as ideias de Simonsen. Assim não aconteceu. A linha kruschevista, que dominava o comunismo na URSS, propunha como solução para os países subdesenvolvidos, como o Brasil priorizava a luta contra o imperialismo. Nesse sentido recomendou a união das esquerdas com a burguesia nacional, para derrotá-lo. Numa segunda etapa atuaria no sentido de derrubar a burguesia nacional e implantar a ditadura do proletariado, que estatizaria, como procedeu a Rússia, toda atividade empresarial privada.

Essa política ditada por Moscou levou os comunistas a se aliarem aos desenvolvimentistas, somente a partir de 1948, quando o presidente Dutra enviou mensagem ao Congresso com projeto de lei destinado a modificar dispositivos do Decreto-Lei nº 395, de 1938, de sorte a permitir a exploração da indústria da refinação e do transporte do petróleo bruto, de produção nacional ou importado, às sociedades organizadas no Brasil, por meio de ações nominativas, das quais 40% poderiam ser tomadas por pessoas físicas estrangeiras ou por sociedades com sede no país e regidas exclusivamente pelas leis brasileiras. Quatro dias depois foi remetido ao Congresso o projeto do Estatuto do Petróleo. Os comunistas taxaram-no documento de traição nacional. Em torno dele travou-se acirra-

da luta até 1954, quando foi criada a PETROBRAS, então os comunistas atuaram na vanguarda, pois se tratava de combater o imperialismo representado por trustes internacionais que queriam abocanhar nossas riquezas. Na opinião deles, passava-se da fase que não têm capitais para explorar o petróleo. Então, fato curioso, a integração das esquerdas na corrente desenvolvimentista foi aceita com naturalidade pelos grupos do centro.

Na ocasião ocorreram situações interessantes, a exemplo da participação do Clube Militar. Na luta pelo petróleo é nosso alinharam-se os generais Horta Barbosa, Manoel Rabello, Raimundo Sampaio, Estilac Leal, Felicíssimo Cardoso, Leitão de Carvalho e outros. Arthur Bernardes, ex-presidente da República (1922/1926), na época acusado de escrever cartas insultuosas a respeito dos generais, polêmica que provocou as revoluções de 5 de julho de 1922 e de 1924, foi recebido no Clube Militar como lídimo defensor dos interesses brasileiros. Na Câmara, no encaminhamento da votação, discursou: “Não nos esqueçamos que somos uma Câmara de Representantes da Nação eleitos e pagos pelo povo para defender seus interesses, e não uma assembleia de acionistas de trustes poderosos que vivem a afrontar-nos com a corrupção do seu poder econômico.” Fim da novela. Tornou-se impossível transformar em lei o Estatuto do Petróleo. Só em 1951 o presidente Vargas encaminhou ao Congresso novo projeto criando a PETROBRAS, que recebeu acerba crítica dos nacionalistas. Na tribuna, Bernardes denunciou: “Tenho

por mim que o projeto ilaqueia a boa-fé do Sr. Presidente da República, é porque ele não instituíra o monopólio estatal.” Então, surpreendendo a todos, a UDN — partido dos banqueiros — apresentou emenda, aprovada, estabelecendo monopólio do Estado na pesquisa, lavra, refino e transporte do petróleo, por navios e dutos. Ao mesmo tempo instituiu Sociedade de Economia Mista e um sistema de subsidiárias para executar o programa governamental do petróleo em todas as suas fases. Assim surgiu a Lei 2004, pela qual tantos brasileiros lutaram acreditando ser a solução ideal para o Brasil.

§

Reverendo a literatura do após Segunda Grande Guerra, percebe-se quão utópicos e contraditórios eram nossos comunistas. Embora adeptos do socialismo científico, pouco diferiam de Fourier, Owen, Blanc, Saint-Simon e Proudhon, cognominados utópicos. A vitória da Rússia contra o nazismo, que não teria acontecido, permanecessem os Estados Unidos neutro, assanhou-os. Num de seus livros de propaganda, Franklin de Oliveira afirmou categoricamente: “As revoluções democráticas nacionais não são mais revoluções burguesas. Só podem ser, agora, revoluções socialistas.” Explicou: “Porque o pressuposto do capitalismo deixou de existir. As revoluções nos Países pobres são verdadeiras corridas contra o tempo. Como vivem sob pressão demográfica explosiva, têm que atender com maior rapidez às experiências de bem-estar de suas populações.” E concluiu: “As revoluções socialistas são a fatalidade incoercível do

nosso tempo.” Dentro dessa convicção generalizada, o monopólio estatal do petróleo estabelecido pela Lei 2004 estaria definitivamente consolidado. As previsões socialistas-marxistas não se realizaram. A lei fundamental da evolução do capitalismo — aparição, desenvolvimento, extinção — que diziam descoberta por Marx sobre a qual descansava o caráter inevitável da revolução socialista e da instauração da ditadura do proletariado, não sendo comprovada na experiência do dia a dia, deixou de ser científica. O mérito concedido a Lenin por identificar no imperialismo a fase superior e derradeira do capitalismo esgotou-se quando a Rússia Socialista tornou-se Imperialista ao dominar Letônia, Estônia, Lituânia, Polônia, Tchecoslováquia, Hungria, Bulgária, Romênia e Alemanha Oriental! Quando o monge Schwartz descobriu a pólvora, os armeiros do canhão, com poder de derrubar muralhas, os barões feudais não perceberam que nova ordem passava a reinar na Europa. Passava do sistema regional para o sistema nacional. Acontece que os que vivem na época não estão aptos a entender a transformação. O mesmo acontece no mundo de hoje. Evoluímos do sistema nacional para o mundial. O mundo encurtou. A caravela de Cabral levou meses para chegar ao Brasil. O avião, horas. As telecomunicações ultrapassam fronteiras. Videla, presidente da Argentina, ao visitar a fronteira com o Brasil surpreendeu-se. A população falava portunhol! Quem pode impedi-la? Seus programas de TV não têm mulheres bonitas como os nossos! O resultado da internacionalização está à vista, no

Mercado Comum Europeu. Eternamente faz-se a economia sofrer mudanças com a espantosa expansão das pequenas empresas, que a escola socialista dizia desaparecer no capitalismo absorvidas pelas grandes.

Capítulo 16

LUPIONISMO TRIUNFANTE

*Estou certo de que precisamos
planificar o trabalho partindo de
dados rigorosamente objetivos.*

Moisés Lupion

Historiadores paranaenses consideram que o discurso da modernidade não começou com Moisés Lupion, estava presente em Manoel Ribas. A tese é inaceitável. Não há modernidade sem infraestrutura compatível. Progresso, sem boas vias de comunicação e disponibilidade de energia elétrica. Em três lustros, dois terços em regime discricionário, Ribas não deu um quilômetro de pavimento asfáltico, tampouco um quilovate além da potência já instalada que encontrou em 1932. Diretor da Cooperativa de Consumo da Rede Ferroviária do Rio Grande do Sul que, embora gerida por trustee norte-americano, manteve a burocracia administrativa francesa, Ribas não podia assimilar modernidade. Viveu trinta anos em Santa Maria da Boca do Monte, região de pecuaristas. Sem formação universitária, faltou-lhe horizonte para entender o sentido da moderna planificação aplicada à administração pública. Governo de rotina. Rotina que perdurou até sua deposição.

Diferente, tendo trabalhado na cidade de São Paulo, ansioso de mostrar serviço, em 1948 Moisés Lupion empenhou-se na elaboração do PLANO DE OBRAS. Realizou reuniões no interior do Estado. Auscultou a opinião do povo em geral. No seu entender planificação não pode ser obra direta dos políticos, mas dos técnicos e interessados. Na realidade não elaborou um Plano de Desenvolvimento Econômico. Simplesmente programou obras de significativo avanço no caminho da modernidade administrativa, comparado à rotina dos anos anteriores. Planejamento visa a estabelecer objetivos a alcançar em longo prazo. É posto em execução através de programas plurianuais de obras e serviços, em ordem de prioridades. Envolve métodos a seguir, orgânica a adotar, no sentido de selecionar os investimentos. Na consulta Lupion apenas elaborou rol de necessidades, mais prementes na opinião das populações consultadas. Nem podia ser diferente. Faltou-lhe mão de obra especializada, arejada, para planificar. No longo período, Manoel Ribas não mandou sequer um engenheiro ao estrangeiro para conhecer a tecnologia de pós-guerra. Então, depois de colher dados e opiniões, Lupion formulou o rol de necessidades:

- I. Dar sentido paranista ao sistema ferroviário;
- II. Ampliar a rede rodoviária;
- III. Construir aeroportos em União da Vitória, Laranjeiras e Guarapuava;
- IV. Ampliar o cais dos portos de Paranaguá e Antonina;

V. Vibrar o sertão com o desenvolvimento planejado da colonização;

VI. Aumentar a potência instalada de trinta e cinco para sessenta e cinco mil quilovates;

e outras mais, rotinas de qualquer administração: escolas, hospitais, postos de saúde, cadeias, coletorias etc. etc...

Em incessante peroração repetiu cansativamente:

— Faremos organizar um plano

— É preciso planificar e controlar depois a fidelidade da execução

— É preciso que a rotina não nos detenha

— Não podemos aceitar as situações encontradas como definitivas...

Coincidência ou não, repetiu-se no Paraná o que acontecera na esfera federal. Também o presidente Dutra rompeu quinze anos de rotina getuliana...

§

Na abordagem do sistema ferroviário, aceitou o plano de 1938 da SVOP (pg. 678 - Toiro Passante IV), com modificações de menor importância. Mas relacionou uma sequência de ramais ferroviários:

— Bandeirantes-Santo Antônio da Platina

— Jataizinho-Monte Alegre

— Araiporanga-Ventania-Joaquim Murtinho

— Apucarana-Tibagi-Reserva-Ipiranga-RVPSC

— Joaquim Murtinho-Socavão-Açungui

- Guarapuava-Porto Moledo
- Guarapuava-Campo Mourão-Porto Camargo
- Campo Mourão-Reserva-Tibagi-Castro-Socavão
- Rio Branco-Colombo-Piraquara

Verdadeiro festival de ferrovias, sem qualquer previsão da provável demanda de carga. Onde, porém, buscar investimentos? Ou cargas para convencer os órgãos financiadores? Em 1949 foram exportados por Paranaguá dois milhões de sacas de café, cento e vinte mil toneladas. Considerando que cinquenta por cento dessa carga optou pelo transporte rodoviário, seriam necessárias apenas trinta composições anuais, menos de três mensais, para leva-la ao porto! Em 1950 a madeira exportada alcançou cinquenta mil metros cúbicos, ou trinta e cinco mil toneladas. Se sessenta por cento optasse pelo transporte ferroviário seriam necessários dez trens de duas mil toneladas por ano, menos de um por mês. Em 1949 a exportação de mate alcançou doze mil toneladas, ou seis trens de duas mil toneladas de carga útil por ano. No rol elaborado encontram-se ramais absurdos: Campo Mourão-Socavão, Joaquim Murtinho-Socavão-Açungui. Na ânsia de dar sentido paranista ao nosso sistema ferroviário, Lupion passeou sobre a carta geográfica sem tomar conhecimento do modelado do terreno, como se costurasse panos. Propôs o prolongamento do ramal Guarapuava-Campo Mourão-Porto Camargo para penetrar em Mato Grosso por uma das vertentes da Serra dos Dourados, até encontrar OS DISFARÇADOS

contrafortes da Serra de Maracaju e entroncar, em Campo Grande, com a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Absorto no sentido da modernidade, Lúpion perdeu o sentido da realidade. Seu programa de ferrovias foi utopia, irreal.

§

No sistema rodoviário comportou-se com mais modéstia. Também não planificou, no sentido exato do vocábulo, que definiria a função de cada rodovia da malha. Simplesmente enumerou vinte e duas ligações que julgou importantes, algumas absurdas, a exemplo da Jaguariaíva-Serro Azul-Antonina; a vertical Palmas-Guarapuava, que alcançaria a porta do céu; a inoportuna Reserva-Ortigueira. Nenhuma referência a respeito da modernização ou atualização das condições técnicas das rodovias. A mesma plataforma de sete metros e meio, sem acostamentos, que não permitia pavimentação; o mesmo acanhado raio mínimo de sessenta metros; nenhuma alusão à pavimentação. Enfim a tecnologia ribista da estrada do Cerne.

§

Na programação de obras do porto de Paranaguá foi mais realista:

- Prolongamento do cais, de quatrocentos para seiscentos e setenta metros;
- Construção de dois armazéns;
- Parque de madeira;
- Oficinas;
- Caixas d'água;
- Usina diesel de 350HP.

Para Antonina, píer de aço cobreado na parte submersa. Além disso, pleiteou do governo federal concessão para organizar os terminais fluviais de Porto São José, Porto Mendes, Porto Santa Helena e Foz do Iguaçu, de seu interesse, proprietário de imensos pinheirais na região oeste.

§

No programa energético, ao contrário de Manoel Ribas, ensaiou alguns passos à frente. A situação era preocupante:

- Potência Total Instala 36.696 Kw
- De uso particular (Klabin etc.). 13.700 Kw
- Disponibilidade da População 22.996 Kw

A serem distribuídas e consumidas por dois milhões de habitantes. A deficiência de energia atrasou o desenvolvimento industrial do Paraná. Indicam os censos do IBGE.

Para corrigir, Lupion prometeu elevar a potência instalada ao patamar de sessenta mil quilovates no prazo de dez anos. Três soluções foram aventadas:

- Capivari-Cachoeira, na região central;
- Salto Grande (Iguaçu), na região sul;
- Salto Capivara (Paranapanema) na região norte.

Os estudos foram iniciados nos rios Capivari e Cachoeira. A primeira etapa seria a construção da Usina de Cotia, vinte e dois mil quilovates, Salto Grande e Capivara, respectivamente com cinquen-

ta mil e trinta e seis mil quilovates ficaram para a segunda etapa.

A esse tempo Lupion ainda não se desgastara com as críticas da oposição que ele mesmo criara ao despachar a UDN do seu governo. Mostrava-se otimista.

Não é de excluir o advento de uma industrialização em grande escala, como aconteceu na capital de São Paulo e conforme é previsto para a cidade industrial de Curitiba. Neste caso é de se preverem as possibilidades de usinas mais potentes, pois somente a grande produção pode ser levada ao consumo por preços realmente econômicos.

Diante da ausência de profissionais de engenharia habilitados a projetar usinas hidrelétricas, contratou os serviços do engenheiro eletricitista italiano Luiz Orlando, que iniciou o projeto de Cotia.

§

Para incentivar o sertão mediante o desenvolvimento planejado da colonização, Lupion criou em 1947 o Departamento Administrativo do Oeste, em 1948 o Departamento de Fronteira, ligados diretamente ao Palácio do Governo. O primeiro compreendia os municípios de Foz do Iguaçu, Laranjeiras do Sul, Pato Branco, Francisco Beltrão, Santo Antônio, Capanema, Guaraniaçu, Cascavel, Guaíra e parte de Peabiru.

§

Época repleta de esperança. No governo, ao invés do ultrapassado Manoel Ribas, tínhamos

o jovem Lupion, bem casado, mentalidade industrial, ideias novas. Também muitas promessas de um Paraná maior. Nesses anos, o povo deslumbrou-se com o lupionismo deslumbrante.

Capítulo 17

LUPIONISMO OPERANTE

*No que à energia elétrica se refere...
todas as soluções anteriores se fizeram
sem obedecer a nenhum esquema de conjunto.*
Moisés Lupion

Lupion não se satisfez com o Plano de Obras. Transformou-o na Lei nº 105 de forma simplista e classificou-as em duas categorias: Obras e Serviços, Correntes e Fundamentais. As primeiras encontravam-se na planificação anterior. As segundas compreendiam:

I. Rodovia Ponta Grossa-Curitiba-Paranaguá, de elevado nível técnico, revestida de concreto, asfalto ou paralelepípedo;

II. Rodovia de primeira classe, revestida, ligando Antonina-Serro Azul-Jaguariaíva;

III. Ampliação e reaparelhamento do porto de Paranaguá, e construção do porto de Antonina;

IV. Aproveitamento hidrelétrico dos rios Capivari-Cachoeira com instalação da Usina Central de Cotia; do salto Capivara, no rio Paranaíba, do salto Grande no rio Iguaçu;

V. Serviços de água e esgoto em cidades do interior, combate a pragas das lavouras, epizootias e enzootias, quando misturou obras com pra-

gas na lavoura.

Para financiá-las o artigo 5º da Lei nº 105 concedeu autorização ao Poder Executivo de realizar operações de crédito, no país ou no exterior, até o limite de novecentos milhões de cruzeiros, prazo, tipo, juro e modalidade julgada mais conveniente aos interesses do Estado, desde que o serviço com amortização e juros não ultrapassasse a terça parte da receita orçamentária anual do Estado, podendo dar em garantia verbas previstas no artigo 4º ou renda de determinados impostos ou taxas. Lei igual, votada pela Assembléia Legislativa... só na monarquia dos Bourbons... À repartição dos recursos obedeceu a seguinte ordem: Rodovia Ponta Grossa-Curitiba-Paranaguá, trezentos milhões de cruzeiros; Jaguariaíva-Antonina, noventa milhões; Serviços de saneamento, cento e cinquenta milhões; demais estradas, portos, despesas com operações de crédito, trezentos e sessenta milhões. Essa previsão simplista, infantil, na maneira de programar obras públicas de grande vulto, entusiasmou os seguidores de Lupion. Não perguntaram que mágica transformaria apólices em moeda sonante ao gosto das firmas empreiteiras. A outro lado, adversários acusavam o retorno ao tempo do presidente Afonso Camargo, quando apólices estaduais foram negociadas por agiotas com deságios de até cinquenta por cento.

O mirabolante programa ferroviário incluído na planificação inicial minguiu. Restou a Ferrovia Central do Paraná, de real importância para nossa economia. Devia ligar Apucarana a Ponta Grossa,

encurtando trezentos quilômetros no caminho para o mar, feito por Jacarezinho-Joaquim Murtinho. A obra de trezentos e vinte quilômetros, orçada em quatrocentos e oitenta milhões de cruzeiros, duzentos e noventa milhões em moedas fortes, foi concedida a uma só empresa, a Byington & Cia, que jamais trabalhara em ferrovias. Em 1949 emitiu-se a primeira nota de serviço, sendo atacada nas duas extremidades.

§

Não obstante a modernização na esfera federal, com o DNER e o Fundo Rodoviário, o DER do Paraná, organizado na mesma ocasião, permaneceu na mesma rotina implantada no governo Ribas. As rodovias continuaram com sete metros de largura, sem acostamentos, raios horizontais de sessenta metros. Lupion nada alterou. Iniciou a construção de segmentos rodoviários isolados, sem sujeição a qualquer planificação global. Foram iniciados os trechos Mello Peixoto-Bandeirantes, Curitiba-União da Vitória, Mello Peixoto-Jacarezinho, Tibagi-Ortigueira-Apucarana, Palmeira-Irati-Relógio, Jaguariaíva-Joaquim Murtinho, Castro-Ponta Grossa, Garuva-Guaratuba, Boqueirão-Miriguava. Como única exceção a autoestrada Curitiba-Paranaguá, duas pistas e modernas condições técnicas. Mas repetiu o erro cometido na Ferrovia Central do Paraná. Concedeu empreitada a uma só empresa, Lisímaco Costa & Cia, sem suporte financeiro. Ao vencer a concorrência só dispunha de um trator no pátio da estação ferroviária de Guarapuava e antiquada

usina de asfalto, ainda em Roma. Essa construtora assumiu o compromisso de entregar a rodovia pronta em vinte e seis meses... após a última nota de serviço. Encarregada do projeto, só entregaria essa nota quando lhe fosse conveniente... As rodovias Curitiba-Ponta Grossa e Jaguariaíva-Antonina não saíram do papel. A segunda, com dotação de noventa milhões em apólices — entre seus sócios havia um irmão de Getúlio Vargas — tinha a finalidade de transportar boi ao porto antoninense...

§

Obras portuárias iniciadas por Manoel Ribas, prosseguiram. O cais do porto de Paranaguá recebeu ampliação de duzentos e setenta metros. O porto de Antonina não saiu do papel...

O mais sério obstáculo ao desenvolvimento industrial do Estado residia na insuficiência de energia elétrica, problema que Manoel Ribas esqueceu. Em mensagem à Assembléia Lupion denunciou. As soluções anteriores se fizeram sem obediência a nenhum esquema de conjunto. Iniciativas municipais dispersas, precaríssimas, emergenciais, inadequadas. A essa altura deve ter pensado que o julgamento histórico da administração ribista seria feito à luz, não do que realizou, mas do que deixou de realizar. Sem contar com investimentos da iniciativa privada, Lupion enveredou pelo caminho da estatização. Dividiu o território em três sistemas: sul, norte e oeste. Mas a situação tornava-se cada dia mais dramática. No norte do Paraná brotavam cidades como cogumelos. Das barrancas do Itararé às do Paraná. Lupion não en-

controu outra alternativa senão instalar pequenas usinas hidrelétricas ou diesel para suprir as novas cidades. Do plano inicial restou o sistema Capivari-Cachoeira. Sua preferência recaiu na Central de Cotia, com vinte mil quilovates de potência instalada.

Capítulo 18

LUPIONISMO DECADENTE

A imprevidência e a desordem financeira não souberam aproveitar as condições excepcionais em que a evolução do Estado se processou ultimamente.

Bento Munhoz da Rocha Neto

Bastaram quatro anos para Lupion ter seu prestígio caído a ponto de deixar o Palácio São Francisco humilhado. Político do estilo Adhemar de Barros, falava a linguagem do povo. Conhecia seus eleitores pelo nome. Sua maneira simplória de conversar deixava-os à vontade. Que causas o teriam levado ao desgaste?

§

O mirabolante programa ferroviário desabou. Restou a ferrovia Central do Paraná. Sem recursos do Tesouro, amparado na Lei nº 105 autorizou a emissão de cento e setenta e cinco milhões de cruzeiros em Apólices E.F. Central do Paraná. A seguir cometeu grave erro. Contratou a obra, trezentos e vinte quilômetros, com uma só empresa, Byington & Cia, especializada em engenharia elétrica. A ela foram entregues cento e vinte sete milhões em apólices, caucionadas em bancos paulis-

tas. A incapacidade da empreiteira logo se revelou. Dispunha de meia dúzia de tratores e escavadeiras. A empreitada exigia centenas, inclusive para abertura de túneis. Após assinar o contrato alegou dificuldades na importação de equipamentos. No final do período governamental havia escavado apenas cinquenta e cinco mil metros cúbicos, do total de milhões.

§

No setor rodoviário não foi mais feliz. Faltou-lhe alguém orientador. Iniciou a rodovia Curitiba-Porto São José pelo trecho médio, Tibagi-Apucarana. Tibagi ligava-se a Ponta Grossa por péssima estrada vicinal; Ponta Grossa a Curitiba pela velha e imperial estrada de Mato Grosso. A rodovia Mello Peixoto-Londrina-Apucarana embora modesta estrada de penetração construída pela empresa colonizadora da região Norte do Paraná, em certos trechos, a exemplo de Cambé-Londrina, possuía densidade de tráfego, equivalente à da Via Dutra, entre Rio e São Paulo. Lupion atacou apenas o trecho Mello Peixoto-Bandeirantes e, enquanto emitia setenta milhões em apólices para custear a rodovia Jaguariaíva-Antonina, sem qualquer valia para a economia do Estado. Então o cavalo de batalha passou a ser a autoestrada Curitiba-Paranaguá, projetada em excelentes condições técnicas, com duas pistas pavimentadas. Mas o governador recaiu no mesmo erro da ferrovia. Entregou os cem quilômetros a uma só firma empreiteira, sem suporte financeiro, a Lisímaco Costa & Irmão. A construção dessa importante rodovia prolongou-se até

os anos sessenta, quando o contrato foi rescindido e a obra entregue ao DNER. Com tantos erros, pouco a pouco se reduziu a credibilidade do governador Lupion. Já não mais parecia aquele entusiasta político que em União da Vitória prometera uma estrada vertical entre Palmas e Guarapuava.

§

Do Plano Hidrelétrico restou a usina de Cotia, outro absurdo em matéria de geração de energia. O projeto previa captação de pequenos mananciais tributários do rio Cachoeira, que deságua na baía de Antonina. A tubulação de baixa pressão e os canais desenvolviam-se na encosta oriental da Serra do Mar, numa extensão de vinte e cinco quilômetros. As águas coletadas abasteceriam o reservatório de acumulação com capacidade de oitenta mil metros cúbicos. Dele partiriam duas tubulações forçadas, dois mil e quatrocentos metros de extensão, para alimentar quatro turbinas, trezentos e trinta e oito metros abaixo, proporcionando vinte e dois mil quilovates de potência instalada. Submetido à Consultora Édison, de Milão, o projeto foi condenado. A análise econômico-financeira mostrou que posto em prática sua produtividade média anual seria de setenta e cinco milhões de quilovates hora, que produziria receita equivalente a trinta ou quarenta milhões de dólares, e despesa de quarenta milhões. A mesma consultoria italiana alegou que a falta de volume de água de alguma importância na extremidade da tubulação adutora tornaria impossível a regularização das vazões, depreciando a qualidade da energia produzida.

Embora com bons propósitos, o governador foi pessimamente assessorado na elaboração do seu Plano Hidrelétrico. As obras de Cotia foram abandonadas com grande prejuízo para o Estado.

§

No gerenciamento do sistema financeiro estadual o governador Lupion ficou marcado pela emissão de vultoso festival de apólices, fato não acontecido sequer nas administrações anteriores a 1930. Ao concluir seu mandato a dívida consolidada do Estado apresentava os seguintes valores:

	Cr\$ (milhões)
Dívidas de governos anteriores e atual	123
Apólices Plano de Saneamento	150
Apólices Obras Públicas	143
Apólices E.F. Central do Paraná	45
Empréstimo no Banco do Brasil	60
Apólices Rod. Jaguariaíva-Antonina	70
Apólices Obras Públicas (à venda em bancos)	153
Apólices autoestrada Ponta Grossa-Paraguá	170
Apólices E. F. Central do Paraná (em bancos)	127

Subtraindo-se as apólices caucionadas no Banco do Brasil, em garantia de empréstimos, a dívida consolidada chegou a oitocentos e vinte e

quatro milhões de cruzeiros, com juros anuais de sessenta milhões. Somado o valor da dívida flutuante, oitocentos e trinta e dois milhões, em janeiro de 1951 o novo governador recebeu o Estado com passivo de um bilhão e duzentos milhões de cruzeiros.

§

Entanto, a decadência do lupionismo, tão entusiasta nos primeiros anos, não decorreu do fracasso de sua planificação de obras, tampouco da situação financeira do Tesouro estadual. O eleitor não entende dessas coisas. Levou-o à derrocada, afirmou seu sucessor Munhoz da Rocha, a liquidação do patrimônio estadual em curto prazo. O Departamento de Terras e Colonização converteu-se em balcão de venda de terras em benefício de intermediários. Os legítimos agricultores dele não foram beneficiados. Lembrava a Ceia dos Tubarões. Em torno da carniça, as excelentes terras do oeste, amontoaram-se ministros, deputados, oficiais gerais e aventureiros vindos sobretudo da capital federal. Não lutavam pela posse da terra, mas do protocolo de requerimento. Tendo-o em mãos de imediato o felizardo passava procuções a outrem, recebia o valor real da terra em moeda sonante que transformava em luxuosos apartamentos em Copacabana. A corrida não teve origem somente devido à grande disparidade entre o preço pago ao Estado e o valor real da terra. Também nas facilidades proporcionadas pela administração estadual a exemplo da redução dos prazos de trinta para dez dias, dos editais; para as

vistas, de quatro a dez dias para quarenta e oito horas; para pagamento das prestações de quatro para um mês. A desmoralização chegou a ponto de transformar cafés da rua XV em locais de venda de requerimentos, proporcionando elevados lucros aos protegidos da política dominante. Mais tarde, ao projetar no plano horizontal, verificou-se terem sido algumas glebas loteadas em três andares, três propriedades para cada lote. Esse vendaval de negociatas liquidou a confiança no lupionismo. Vendesse as terras ao custo real, o governo teria auferido receitas para trocar suas obras sem o recurso à emissão de apólices.

Capítulo 19

CAMPO LARGO DA PIEDADE

*Um vulto, quase lendário,
destaca-se em sua primitiva história.*
Otilia Barbosa Braga

Quinze de abril de 1871. Manhã clara e fria. O branco da geada cobria as goivas dos sobradinhos da Rua das Flores. Margem do Ivo. Muitos curiosos. Natural. Na cidade quase nada acontecia. Súbito cessou o murmurinho. O único ruído, do malho na bigorna, vinha da ferraria instalada na rua do Comércio. De sobrecasaca escura e cartola o presidente Venâncio Lisboa acenou para os presentes. Com a colher de pedreiro lançou argamassa nos blocos de pedra da fundação da ponte. Assim deu início à construção da Estrada de Mato Grosso.

§

Estaca zero no corte do rio Ivo, rua das Flores. Depois cruzava o campo, hoje praça Osório. Seguia pela rua do Oceano Pacífico, depois Mato Grosso, hoje Comendador Araújo. Transpunha o rio Barigui. Colônia Orleans e Augusta ainda não haviam sido fundadas. Passava por Campo Comprido. Até 1873 a construção esteve sob a direção

do engenheiro Maurício Schwartz. Neste mesmo ano, tendo concluído a estrada da Graciosa, então a mais urgente aspiração da Província, assumiu-a o engenheiro Monteiro Tourinho. Nela trabalharam os empreiteiros Manoel de Oliveira Franco, Albino Schimmelpfeng e Lino de Souza Ferreira. Em 1878, já macadamizado, foi inaugurado o trecho até Campo Largo. A cidade comemorou. Compareceu o presidente Rodrigo Otávio. Cidadãos campo-larguenses presentearam o capitão Monteiro Tourinho com o Dicionário Larousse, quinze volumes papel bíblia, em francês, com dedicatória em letras douradas na capa.

§

Fazia minha estreia na política. Licenciado do Exército disputava cadeira na Assembléia Estadual. Em Campo Largo visitei o deputado Atilio Barbosa, candidato à reeleição. Gozava grande prestígio. Farmacêutico, fazia o papel dos médicos, ainda raros no interior. Após ligeiro café no Hotel do Titio, segui viagem. Sem companheiro, recordei o que me contara o João Barbosa, filho do deputado Atilio. O que o capitão Tônico fora para Morretes, foi o capitão Tigre para Campo Largo. Luiz Damin, assim se chamava, era natural de Santana do Parnaíba, São Paulo, onde nascera em 1648. Mais tarde transferiu-se para Paranaguá, onde casou com dona Ana Rodrigues França, filha bastarda do capitão João Rodrigues França com sua amante Maria da Conceição. Esse parentesco por certo felicitou-lhe obter as sesmarias Ilha, Rondinha, Rodeio, Tamanduá, Campina do Rio Verde,

nos anos entre 1683 e 1706. A seguir, Jaquecaên e Ressaca. Alguns tiveram a escritura passada no Rio de Janeiro, assinadas por Dom Fernando Martins de Mascarenhas de Lencastre. Até 1702 residiu na sesmaria da Ilha, quando se transferiu para Tamanduá. Sua fama aumentou ao descobrir ouro no morro Itambé. Em Curitiba exerceu elevados cargos. Juiz Ordinário e Procurador do Conselho da Câmara, entre 1700 e 1718. Em 1693 foi signatário da petição dirigida a Matheus Leme, solicitando a criação da Justiça e Câmara de Curitiba. Faleceu aos noventa anos, em 1793.

Ultrapassei o Itaquí, tributário do Iguaçu. À minha frente desenhou-se o perfil da Serrinha do Purunã, limite oriental dos Campos Gerais. Continuei a matutar. Até 1870 a população da região era exclusivamente nacional. Dos três mil e setecentos habitantes menos de vinte carregavam sobrenomes estrangeiros. Entre 1876 e 1888 as terras foram vendidas a imigrantes. O governo provincial fundou as Colônias Thomas Coelho, Dom Pedro, Rebouças, Alice, Santa Christina, Santa Mariana e Balbino Cunha. Os colonos vieram da Itália e da Polônia, com predominância dos primeiros. Plantaram milho, centeio. Cultivaram videiras. Criaram galinhas e suínos. A produção era vendida em Curitiba. Mais tarde, graças à boa qualidade das argilas, desenvolveu-se a cerâmica. Hoje em lista telefônica, são mais frequentes Sobrenomes estrangeiros: Schiese, Zorek, Barrichelo, Benato, Francaro, Dobrzanski, Rivabem, Lunardon, Schiavon, Bonato, Puppi, Lamogria, Robacker, Ro-

chinski, Marzani, Bassani, Druzik, Sávio, Guadagnin, Marthaus, Chenin, Cavalli, Godk, Novakoski, Rincoski, Winhersi, Pierre e outros mais, que através de casamentos, complicaram o melting pot do município do Campo Largo...

Capítulo 20

ONDE ENTRAM GEOLOGIA E BENTO

*Há um ponto em que o geógrafo se
emparelha com o geólogo: na geografia física.*

Paulino Franco de Carvalho

A velha estrada do Mato Grosso vence a Serrinha do Purunã na altitude de mil e duzentos metros. Galguei o talude. No lado da nascente observei a porção sul do planalto curitibano, plano ao sul, dobrado ao norte até serem interceptados pela cordilheira marítima. Assinalado pela poeira dos caminhões, distingui o traço da rodovia que antecede a escarpa. Recitei:

Essa estrada que aí vês
Outrora já foi caminho
Por obra, graça e carinho
Do capitão Monteiro Tourinho

Voltei-me para o poente. Campos e mais campos, aqui e ali, capões verde-escuro e mata ciliar — os célebres Campos Gerais — ligeiramente ondulados, sobre os quais corriam as águas dos afluentes do Iguaçu e Tibagi.

Embora deslumbrante, o cenário não impediu observações de natureza geográfica. As duas

paisagens, a de leste e a de oeste, são frutos do trabalho dos agentes de duas dinâmicas. A interna, responsável pelos movimentos orogênicos que perturbaram a crosta nos primeiros tempos geológicos; a externa, ininterrupta, persistente, pela ação dos agentes atmosféricos, sobretudo precipitações e força viva das águas correntes. Se estes são responsáveis pelas linhas de relevo mais suaves do modelado, dando-lhe o toque jamais acabado da paisagem geográfica, o outro balizou as linhas mestres do relevo, de arestas vivas, como a Serra do Mar. Então, pelo reagir sem agir desse misterioso mecanismo de associação de ideias, meu pensamento regrediu ao ano de 1934.

Bento foi o primeiro da turma em 1926. Turma esquisita. Seis alunos. Amorety Osório, capitão de artilharia, em 1935 seria excluído do Exército acusado de comunista. Ary Saldanha da Costa e Hugo de Mattos Moura, ex-cadetes, expulsos da Escola de Realengo na rebelião de 1922. Anistiado em 1930, Mattos Moura integrou a Força Expedicionária Brasileira, na década de vinte. Foi professor de Termodinâmica na nossa Faculdade. Carlos Ernesto Schultz, da família Schultz, estabelecida com papelaria na rua Barão do Serro Azul, nomeado por Manoel Ribas, prefeito de Cerro Azul, também foi cassado pelos mesmos motivos. Benjamim Mourão, ponta-grossense, assistente do professor Lysímaco Costa na cadeira de Física, no ginásio Paranaense, foi fraterno amigo de Bento, desde o internato do Ginásio, dos padres Redentoristas. Desavieram-se em 1946, Mourão tornou-se lupio-

nista.

§

Só o irritante vento sul gelado, pode arrancar-me da cisma em que meu pensamento mergulhara. Justo no alto da escama da Serrinha do Purunã. Num instante retornei ao tempo presente, mas ainda voltado ao passado mais remoto. Comigo pensei: o que diria Saint-Hilaire se visse o estado de miséria, deserto de gente e de gado, a que ficara reduzido o seu paraíso dos Campos Gerais? Entretanto já haviam se passado cento e trinta anos! A seguir, obstinado, outra vez retornou a figura de Bento. Tinha agora, por adversário na disputa eleitoral pela governança do Estado, o engenheiro Ângelo Lopes, turma de 1925, com experiência na política e na administração pública, que nos governos de Ribas e Lupion já exercera as funções de Secretário de Estado e prefeito da capital.

§

Proseguí a viagem. À direita, em convidativa depressão, descobri o povoado de São Luis do Purunã, antigo pouso de tropeiros, parada obrigatória dos carroções russos carregados de erva para os engenhos de Curitiba. O hotel Boutin não mais existia. Nele hospedava-se meu avô Monteiro Tourinho, engenheiro-chefe da construção da Estrada de Mato Grosso. Nos bosques que circundavam o povoado, disse Taunay, havia belíssimos exemplares de musgos, odontoglossos, anelídios, bromeliazinhas, avencas de extraordinária delicadeza. Alguns quilômetros alcancei a ponte do rio

dos Papagaios. Arcos de alvenaria construídos com blocos de arenito. Dela disse o imperador Pedro II ao meu avô: Seu Tourinho, sua estrada é boa, mas a ponte não resistirá ao tempo. O rio dos Papagaios é tributário do Iguaçu. Suas nascentes confrontam-se com as do Tibagi, que verte no Paranapanema. Tibagi, Ivaí, Piquiri, Iguaçu, quatro grandes rios, têm seus talvegues embutidos na vertente oriental, e nível de base relativo no Rio Paraná.

No Spréa tomei café. Apanhei o caderno de anotações. Calculei: Se a vertente leste mede aproximadamente cento e cinquenta mil quilômetros quadrados, se a precipitação anual é de mil e quinhentos milímetros, então ela despeja duzentos e vinte e cinco bilhões de metros cúbicos a cada ano! A cifra é assustadora. Fosse o Paraná um tanque, em um ano o nível das águas alcançaria 2,25 quilômetros de altura!

§

O Spréa presenteou-me com um queijo crioulo, bojudo. A caminho de Palmeira, voltei a pensar nas eleições. Até então o Paraná só tivera um engenheiro no governo, o capitão Carlos Cavalcanti. No momento os dois candidatos eram engenheiros. Ângelo Lopes não possuía a cultura polimorfa de Bento, mas levava a vantagem de maior experiência administrativa, e a desvantagem de carregar nos ombros o fardo Lupion. No momento o governador pagava o erro de ter rompido prematuramente com a UDN, que congregava brilhantes oradores. Quanto ao PTB, escorraçado pelo PSD

após a vitória de 1946, aderira à candidatura de Bento. Com ele vinha o eleitorado getulista... embora na esfera federal Bento apoiasse o brigadeiro Eduardo Gomes. Enfim: Bento ou Ângelo? — eis a questão.

Como sempre, concluí, o trunfo ficava nas mãos do exilado e agora candidato Getúlio Vargas. No Paraná venceria quem ele apoiasse...

Capítulo 21

CAPELA CURADA DA FREGUESIA DE TAMANDUÁ

*“...esse sacerdote se havia com excesso e
descompostura, facilmente excomungando”*
Christovão de Oliveira Rosa — Vigário de Paranaguá

Não cheguei a ver o sítio onde outrora florescera a Freguesia de Tamanduá. A estrada tangenciava São Luis do Purunã. Contou-me João Barbosa. Os moradores dos Campos Gerais não tinham capela onde cumprir obrigações religiosas. A mais próxima ficava em Curitiba. Se a distância impedia-os de comparecer à missa, não pagavam o dízimo. As Ordenações então vigentes na Igreja rezavam que as crianças deviam ser batizadas até oito dias após nascerem. Onde os moradores do Viamão cumpriam suas obrigações religiosas? — concluiu com um sorriso nos lábios.

Surpreendi-me.

— Do Viamão? Confirmou.

— Sim, do Viamão. Embora na Lagoa dos Patos, no extremo sul, essa povoação pertencia à paróquia de Curitiba. O vigário Ignácio Lopes não admitia ausências. Excedia-se em descompostu-

ras, excomungava a valer...

— Cristianismo vero? — caçoei.

Concordou e prosseguiu.

— Condoído da sorte dos moradores do segundo planalto, o capitão Tigre pôs fim ao drama. No começo do século doou a Nossa Senhora do Carmo meia légua de terra da fazenda no Tamanduá. Nela os carmelitas construíram a primeira Capela Curada dos Campos Gerais, modesta igreja de madeira... que passou a servir o povo do Viamão.

— Por quê não Campo Largo? — perguntei.

Não titubeou.

— Tamanduá era ponto de passagem das tropas que do Viamão vinham para Sorocaba. Foi a célula-mater de Campo Largo. O registro de gado ficava na margem direita do rio Iguaçu, no lugar ainda hoje conhecido por esse nome, próximo a Tamanduá e Rodeio, conforme mapa desenhado pelo Ouvidor Dr. Antonio dos Santos Soares. Porém, mesmo antes da abertura da estrada do Motta...

Tornei a interrompê-lo.

Do Motta ou da Mata?

— ... o gado vinha pelo Caminho da Praia. A partir de São Francisco galgava o planalto pelo Caminho dos Ambrósios. O gado transpunha o Iguaçu a nado. Era contado e taxado. Cavalos, mulas e bois pagavam direitos diferentes. Mais tarde o registro foi transferido para o antigo Porto de Nos-

sa Senhora da Conceição do Caiacanga, hoje Porto Amazonas. Ali foi construída ponte de madeira, cabeceiras e pilares de alvenaria de pedra, pelo conhecido Mestre Manoel...

— E a Estrada do Motta? – insisti.

Explicou.

— Denominação local. Como o sargento-mor Francisco de Souza Faria, que partira do morro dos Conventos, não desse notícias, isso em 1728, o General Governador de São Paulo resolveu enviar bandeira ao seu encontro. Chefiou o vereador mais velho, Manoel Rodrigues da Motta. Iniciou a picada em direção ao sul. Não encontrou ninguém. Regressou a Curitiba. Segundo Francisco Negrão, o fracasso deveu-se à sovínice das autoridades portuguesas. Não concederam nenhuma ajuda alimentar tampouco soldos. Nem instruções, ainda que simples roteiro a ser seguido. O trecho aberto ficou conhecido por estrada do Motta...

— E Tamanduá? O que aconteceu para desaparecer do mapa?

— O povoado fora assentado em suave colina, lugar mais alto da região. Era visto de longe. Chegava-se a ele por rua com moradias de taipa de um lado e outro, até a capela, no largo. Em 1730 foi inaugurada nova capela de alvenaria, coberta com telhas goivas fabricadas no lugar hoje denominado Olaria. Com a abertura da Estrada da Mata, a freguesia adquiriu grande importância. Pontas de gado, de quinhentas e mais cabeças, eram trazidas do Rio Grande. Faziam pouso nos

inúmeros currais existentes. Em seguida os animais eram levados para a feira de Sorocaba...

— Saint-Hilaire esteve no povoado em 1820. Dele deixou interessante descrição.

— Em 1780 rivalizava com a vila de Curitiba...

— Muitas fazendas?

— Muitas. Espalhadas nos Campos Gerais. Fazenda dos Carros de São Luis do Purunã, dos Capados, Papagaios, Pedro Doutor, Rodeio, Capão Grande, Padre Ignácio, Capitão João Pereira Braga, do Cabo e outras. Os proprietários eram aparentados. Pertenciam ao tronco João Rodrigues de França...

— Mesmo assim a freguesia aos poucos perdeu alento.

— Novos caminhos desviaram Tamanduá. Seus moradores desertaram. O capitão João Pereira Braga transferiu sua residência para o Capão Alto, atual Monge, na Lapa. Em 1830 a paróquia foi extinta, e a capela anexada à paróquia de Nossa Senhora da Piedade, de Campo Largo. Aviltou-se o preço do gado pelo excesso de oferta. Então o tenente Manoel José de Araújo, homem de grande prestígio, residente em Tamanduá, aconselhou o padre Antonio Duarte de Passos a mudar a freguesia para o Rincão do Buraco, hoje Palmeira. No século passado a Estrada de Mato Grosso desviou Tamanduá.

Neste século a ferrovia, que subia a escarpa da Serrinha por Restinga Seca, mudou o traça-

do para a margem esquerda do Iguaçu. Com isso Tamanduá isolou-se. Sua capela em abandono...

Capítulo 22

OCUPAÇÃO DOS CAMPOS GERAIS

O estudo do relevo do solo é a parte mais importante da geografia física.

De Martonne

Após transpor o rio dos Papagaios, a velha estrada de Mato Grosso galga o divisor de águas Iguaçu-Tibagi, oferecendo ao viajante a beleza da paisagem dos Campos Gerais. Eles começam a partir da escarpa de arenitos ao poente de Campo Largo, que se desenvolve do sul para o norte com as denominações de Serrinha, serra de São Luis do Purunã, Itaiacoca, São Joaquim e Furnas. Na opinião do geólogo Paulino Franco de Carvalho, há evidente confusão. Serra, ou ridge dos ingleses, é toda e qualquer saliência entre vales. A escarpa da Serrinha não satisfaz a definição. Se quer constitui divisor de águas. O Iapó, que banha Castro, nasce no primeiro planalto, mas penetra no segundo através de estreito cânion no arenito das Furnas, fruto de diaclase ou de falha, que dá vazão às suas águas. O mesmo acontece com o Iguaçu. Euclides da Cunha comentou que nossas cartas geográficas ostentam o Brasil como desmesurada Suíça. Paulino Franco de Carvalho definiu

como serra, região acidentada, cortada de vales e contrafortes, com diversificação de bacias fluviais. A Serrinha nada mais é que escarpa de planalto a que os franceses denominam côte, os espanhóis celtas.

§

Veio-me à cabeça o concurso de livre docência. O meio geográfico, não resta dúvida, tem influência no destino dos povos. Mas não os escraviza. Ao contrário. A cada avanço tecnológico mais o homem domina-o. O conceito do inglês Buckle de que a natureza dos nossos rios correntosos restringiria as forças evolutivas do Brasil, perdeu substância com a invenção da turbina hidráulica. Ela transformou-se em fontes de produção de energia elétrica. Na Serra do Mar favoreceram a construção das usinas de Ribeirão das Lajes, Cubatão e Castelhanos.

§

Segundo ensina o geólogo Paulino Franco de Carvalho, a paisagem dos Campos Gerais apresenta tal regularidade de linhas sensivelmente niveladas, que denuncia desde logo sua gênese: planalto submetido à ação de uma erosão normal. Como modificadores secundários figuram os diques e sills de diabásio; também as falhas. Os diques retardam o rebaixamento. Obrigam seguir o ritmo lento dessas verdadeiras barragens ao escoamento rápido das águas das chuvas. O folhelho de Ponta Grossa, menos resistente à erosão, faz com que os rios que nele correm apresentem paralelismo entre o desgaste das margens e a erosão

do talvegue. Essa a razão dos vales apresentarem aspecto senil. Ao contrário, no arenito das Furnas a erosão do talvegue supera o desgaste das margens. Formam-se canions. Dão a paisagem aspecto juvenil. O rio Pitanguí, nas proximidades de Ponta Grossa, tem seu vale em caixão, no arenito das Furnas, entre as duas usinas da Companhia Prada, porém aberto e simétrico nos folhelhos de Ponta Grossa até a foz no rio Tibagi, como exemplo da modificação da paisagem por falhas, o geólogo mencionou o relevo da Serrinha, entre as estações de Joaquim Murtinho e Jaguariaíva.

Fartamente irrigadas, as terras dos Campos Gerais descambam suavemente para o ocidente, em largas ondulações, capeadas por belíssimo manto de gramíneas, aqui e ali pontilhadas por capões de mato, nas depressões e ao longo dos rios.

§

A rodovia abandonou o divisor. Tomou o rumo do noroeste. Ingressa na bacia do Tibagi. A beleza dos capões é incomparável. Sobretudo nas nascentes dos riachos formadores do Tibagi. De forma circular, os mais desenvolvidos apresentam aspecto de mata. Na sua parte central predominam árvores da formação Araucária. A angustifolia, ela faz lembrar cuidadosa mãe a vigiar os filhos. Sob sua copa abrigam-se diversas árvores menores. Imbuia, canela amarela, canela lajeana, pitangueiras, e o cedro, com alturas de cinco a oito metros. Ao longo dos cursos d'água, desenvolveu-se a mata de galeria ou ciliar, com coloração verde-escuro. A paisagem é de tal beleza que encantou o

naturalista francês Saint-Hilaire, quando nos visitou no começo do século passado.

§

Estas notas foram escritas em 1973. Na ocasião a professora Altiva Pilatti Balhana, do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná - UFPR, contou-me as partes interessantes sobre a ocupação dos Campos Gerais. Os primeiros donos foram homens ricos da cidade de São Paulo, das vilas de Santos e Paranaguá. Disse Oliveira Viana que a ocupação dos Campos Gerais não obedeceu ao modelo de expansão paulista para o sul, caracterizado pela bandeira de povoamento. Francisco Dias Velho, Francisco Brito Peixoto e Correia Pinto, partiram para ocupar as terras de Santa Catarina em caráter definitivo. Levaram a família, os escravos pretos e vermelhos, o gado grosso e miúdo, as ferramentas e armas. Ao contrário, nos Campos Gerais a ocupação foi encarada como negócio a ser explorado comercialmente, jamais com o objetivo de ali estabelecer nova sociedade. As primeiras fazendas formaram-se nas margens do caminho de Sorocaba e São Paulo. Mas não serviram de residência aos proprietários. Vieram prepostos com alguns escravos para oficializar a posse, trazendo algumas cabeças de gado. Depois, alegando a posse, requereram a sesmaria. Entre 1724 e 1725 cerca de noventa sesmarias foram concedidas a pessoas de São Paulo, Santos e Paranaguá. Variavam entre quatro e oito mil alqueires paulistas. Os requerentes são nossos velhos conhecidos: Bartolomeu Paes de Abreu,

José Góes de Moraes, Pinto Guedes, Toledo Lara, Morato, Taques, Teixeira de Azevedo, Castanho, Pedroso de Barros, Manoel Gonçalves de Aguiar e outros. Diante da inoperância desses latifundiários, protestou a Câmara de Curitiba, em 1777, perante a Rainha: ...sendo todas as fazendas principais, de homens que moram na cidade de São Paulo, vilas de Santos e Paranaguá, os quais as desfrutam por fazendeiros que nela têm sem resultar utilidade a terra. Também havia sítios, pequenas propriedades instaladas nas proximidades dos povoados ou à beira dos caminhos. Depois as fazendas foram adentrando até o limite ocidental dos Campos Gerais. Alcançaram as margens do Tibagi na direção da serra de Agudos, quando encontraram oposição dos índios, que cobiçavam as ferramentas. A Câmara de Castro pediu providências. Em 1802, o Príncipe Regente mandou recomençar as expedições a Guarapuava e Tibagi. Enquanto uma expedição partiu para consolidar definitivamente a conquista dos Campos de Guarapuava, outra, em 1812, sob o comando de José Felix da Silva, um dos maiores fazendeiros dos Campos Gerais, à sua custa levou uma companhia de aventureiros aos Campos de Tibagi, estabelecendo-se na Fazenda Fortaleza. Então os homens dos Campos Gerais sentiram-se atraídos pelo rendoso negócio de conduzir tropas. Iam a província do Rio Grande. Compravam mulas. Invernavam-nas nas fazendas dos Campos Gerais. Vendiam os animais na feira de Sorocaba. Nas primeiras décadas do século XIX as famílias começaram a residir nas fazendas.

A sociedade de latifundiários estabilizou-se. Os principais pousos de tropeiros tornaram-se vilas: Castro, Ponta Grossa, Palmeira e Lapa. Viajando de Antonina para Mato Grosso, o tenente de engenheiros Souza Pitanga descreve-nos o Paraná de 1857. Em Ponta Grossa o comércio estava distribuído por trinta casas, sendo doze de fazendas e dezoito de armazéns de secos e molhados. No final do século, com a indústria da madeira e a construção da ferrovia, tudo mudou...

Capítulo 23

PARAÍSO FRUSTRADO

*Manto verde de relva sobre laje estéril
de arenito! Os russos tinham razão.*

Dom Pedro II

Os Campos Gerais oferecem encantadora paisagem. Tão encantadora que embotou a mente de Saint-Hilaire, o erudito naturalista francês. Ao visitar-nos em 1820. Deslumbrou-se. Dentre as regiões por ele percorridas, disse, não encontrou outra em que se poderia estabelecer com melhor resultado uma colônia de agricultores europeus. Animados pelo entusiasmo do sábio gaulês, nossos presidentes de Província não estabeleceram só uma colônia, mas diversas, com imigrantes recrutados por empresas colonizadoras.

§

No Pugas, novecentos metros de altitude, a estrada descamba para o Tibagi. Estranho silêncio. O único ruído vinha do motor. Inclinado para o norte o sol ganhava altura. Encurtava a sombra dos pinheiros no chão de gramíneas. Há setenta anos Monteiro Tourinho apreciara o mesmo espetáculo. Há cento e trinta, Saint-Hilaire. Há quatrocentos anos, o soberbo capitão de Castela, Dom Alvar Nunes Cabeza de Vaca. Entanto, concordei,

a paisagem física pouco ou quase nada mudara. Os agentes da dinâmica interna não se manifestaram. Para os da dinâmica externa o tempo exíguo. As águas correntes mal erodiram os talwegues ou aprofundaram os cânions.

Caminhei na plataforma banhada pelo sol de inverno, impotente para aquecer a pele fustigada pelo vento sul. Observei os camponeses. Teimosamente aravam o solo pedregoso. Mulheres com largas saias que arrastavam, no chão, a rabeça protegida por lenços coloridos atados sob o queixo. Sem dúvida descendiam daqueles alemães do Volga ali assentados pelo Presidente Rodrigo Otávio. No tempo de Cabeza de Vaca, a paisagem humana era outra. Só havia silvícolas. Viviam em regime de comunhão de bens. Não conheciam a propriedade privada da terra. Sua principal atividade resumia-se na caça e na pesca. Não obedeciam a horários para refeições. Alimentavam-se quando sentiam fome. Não comiam. Empanturravam-se. Nem faziam provisão. Pouco lhes importa o dia seguinte. Os imigrantes eram diferentes. Vieram das gélidas estepes, da planície do Vístula ou das margens do Volga. Lá, quem não trabalhar no verão morre de fome no inverno. Habitados ao regime de produção feudal, deviam sentir-se felizes ao receberem o título de propriedade de um pedaço de terra. Foram assentados onde outrora ficavam os currais. A agricultura pôs fim à economia comunista dos selvagens. Impôs o individualismo. Cada um por si, Deus por todos, passou a ser o lema. Com isso alterou-se a pai-

sagem humana dos Campos Gerais. Melhorou o padrão de vida da população? Melhorou, mas trouxe insegurança. Insegurança do amanhã, que os índios não conheciam. Ao entrar o novo dia, sempre a mesma pergunta: Choverá no tempo certo? Geará fora do tempo? Quanto receberei pelo meu alqueire de milho? Mais feliz o índio não sofria essas inquietações capitalistas...

§

Os imigrantes chegaram a partir de 1878. Na Colônia Otávio — em homenagem ao presidente Rodrigo Otávio — foram assentados dois mil quatrocentos e vinte e dois russos-alemães procedentes do Volga, em dezessete núcleos. Mais setecentos e noventa e oito em seis núcleos da Colônia Sinimbu. A Colônia Otávio ficava no município de Ponta Grossa. A Sinimbu, no de Palmeira. A experiência fracassou. A maioria dos colonos debandou. O império arcou com repatriações. Frustrado, invectivou-os o presidente Rodrigo Otávio: “...muito ignorantes, teimosos, indolentes, invejosos, faltos do sentimento da verdadeira caridade.” Outros se transformaram em carroceiros. Introduziram na nossa paisagem rural o carroção russo. Transportavam erva-mate para os engenhos de Curitiba. Seria a causa do fracasso a indolência do colono ou a má qualidade do solo?

Entretido na construção da ponte do rio dos Papagaios, Monteiro Tourinho recebeu do presidente Rodrigo Otávio a incumbência de verificar a qualidade das terras do Capão da Anta. Seu parecer foi tranchant: não se prestavam para a agricul-

tura. Movido por interesses políticos, Rodrigo Otávio adquiriu-as para a Província. Ali instalou uma das colônias. Em 1880, na viagem que fez ao interior da Província, ao chegar em Palmeira o imperador Pedro II manifestou interesse em conhecer o célebre capão, embora as maquinações de alguns políticos da região para impedir sua visita, sob alegação do mau estado da estrada. Mesmo assim o imperador foi. Mandou seu ajudante-de-ordens cutucar o solo com a ponta do sabre. Então exclamou: Manto verde de relva sobre laje estéril de arenito! Os russos tinham razão.

§

Com exceção de Taunay, engenheiro militar, bacharel em ciências físicas e matemáticas, os demais presidentes da Província eram bacharéis de borla e capelo, indiferentes às ciências da natureza. Não sabiam que o barão Justus von Liebig (1803-1873) iniciara a ciência que cuida dos vegetais, estabelecendo as bases da alimentação mineral das plantas e da adubação racional, única maneira de obter bons resultados em solos pobres. Que o frade Gregor Mendel (1822-1884) descobrira as leis que regem a transmissão dos caracteres individuais, a Teoria da Hereditariedade, que possibilitou a criação de tipos especiais de sementes resistentes ao frio, à seca, à umidade. E agora, que eu acabara de iniciar-me na Estatística não podia deixar de render homenagem a Irving Fischer (1867-1947), introdutor da experimentação biológica, que prevê os resultados a esperar dos elementos postos em jogo...

§

Voltei ao automóvel. Mas continuei a remexer na ferida. Mais tarde aprendi com meu filho Luiz Carlos, professor de Solos da nossa Universidade que os solos do Devoniano, de Palmeira e de Ponta Grossa, devido à pobreza da rocha em elementos químicos, formadas predominantemente por quartzo com cimento caolínico, e ao clima úmido da região, são relativamente pobres, com baixa saturação de bases e consequente aridez elevada exigindo calagens periódicas. Mais pobres, ainda, aqueles que beiram a orla da escarpa, lavados pelos mil e quinhentos milímetros de águas pluviais que anualmente caem sobre os Campos Gerais.

Os russos tinham razão. Depois deles os Campos Gerais passaram a ser vistos como o paraíso frustrado de Saint-Hilaire!

Capítulo 24

PALMEIRA E PONTA GROSSA

*Tamanduá teve forças para dar origem
à Freguesia Nova (Palmeira), pelo
tenente Manoel José de Araújo — o Pimpão —
no Rincão dos Buracos, no ano de 1818.
João Augusto de Almeida Barbosa*

Paisagem monótona. Campos e campos. A intervalos, capões, borrrões verde-escuro no verde-claro da relva. Já a velha estrada tinha seu leito assentado no vale do Tibagi, cuja vertente oriental ganhava altura até alcançar a borda da escarpa devoniana. Quem até lá se aventurasse descortinaria a conturbada morfologia da região norte do planalto curitibano a bacia do Ribeira do Iguape. Alguém, em algum tempo, me soprara aos ouvidos: Dois antagonismos em presença! Certo. A antiga penepalanície ao norte de Curitiba esculpida em baixo relevo pela força viva das águas correntes, à procura do novo nível de base, rebaixado após o afundamento do continente de Gondwana. Ao contrário, na direção do ocidente desdobram-se os Campos Gerais. Com ligeiro declive para o norte, acompanham o curso do Tibagi afluente do Paranapanema. Então outra ideia subiu-me à cabeça: Palmeira e Ponta Grossa também não se-

riam dois antagonismos em presença?

§

Da instalação da Província, em 1853, à proclamação da República em 1889, Palmeira teve mais ascendência política que Ponta Grossa. Desta cidade o único representante no tempo de Província foi o deputado Augusto Lustoza de Andrade Ribas, sem notoriedade, eleito para o biênio 82/83. Palmeira foi diferente. Além de Gabriel Prestes e Manoel Marcondes de Sá, deu-nos um político de projeção nacional. Jesuíno Marcondes iniciou a carreira em 1854. Encerrou-a em 1889, com a mudança do regime. Nasceu em Palmeira, 1827, filho do alferes de milícias José Caetano de Oliveira, natural de Sorocaba, que em 1814 casou-se na capela curada do Tamanduá com dona Cherubina Rosa Marcondes de Sá, filha dos fundadores da povoação. Dona Cherubina pertencia ao tronco Carrasco dos Reis, importante e tradicional na Comarca. José Caetano não possuía títulos. Mas em pouco tempo impôs-se na comunidade como homem de bem, de respeito, de trabalho. Tanto que em 1832 participou da Comissão que foi a Palmas dirimir o conflito entre Pedro de Siqueira Côrtes e José Ferreira do Santos, na partilha dos campos que margeiam o rio Caldeiras. Viajava constantemente, a negócios, ao Viamão e Sorocaba. Politicamente foi simpático ao brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar, na Revolução Liberal que irrompeu em Sorocaba, em 1842, o que não o impediu de ser agraciado, juntamente com a esposa, com os títulos de barão e baronesa do Tibagi. Jesuíno foi o primeiro filho do

casal. Para Romário Martins, formou-se em Ciências Sociais e Jurídicas na Academia de Direito de Olinda. Para Francisco Negrão, na Faculdade de São Paulo. Elegeu-se deputado provincial para os biênios 54/55, 56/57, 60/61. Para a Câmara de Deputados do Império, na décima, décima segunda e décima terceira legislaturas. Foi vice-presidente da Província em 1878/79. Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, em 1864. Presidente da Província em 1889, quando abandonou a política, retirando-se para a Suíça, onde faleceu.

§

Entre pela rua principal. Se alguém pretendesse identificar o sítio pela aquarela de Debret, ficaria desapontado. Nenhuma semelhança. Apenas profunda canhada coberta de vegetação. Tenho comigo que o consagrado pintor francês esboçou suas telas já em Paris, de memória, após seu regresso à França. Parei um instante defronte da bela igreja matriz iniciada em 1820 pelo padre Antonio Duarte, e concluída em 1837. Graças a ela a povoação consolidou-se.

§

Outra vez na estrada, voltei ao assunto. Também no regime republicano Palmeira sobrepujou Ponta Grossa. Pode alguém argumentar:

Ponta Grossa deu Manoel Ribas, que governou o Estado durante treze anos. O argumento não é válido. Manoel Ribas foi um acidente de percurso, jamais militante político. Residia há trinta anos em Santa Maria da Boca do Monte, quando

Getúlio Vargas foi buscá-lo, aconselhado por algum político gaúcho desejoso de levar influência do Rio Grande do Sul até a margem austral do Paranapanema. Seus representantes na Assembléia Estadual foram Joaquim de Paula Xavier, José Pedro da Silva Carvalho, Brasília Ribas, Helvídio Silva, Aldo Laval, José Hoffmann, Brasil Pinheiro Machado. Destes, os de maior valor intelectual, Paula Xavier e Pinheiro Machado, não eram políticos. Helvídio nasceu em Curitiba. Rocha Xavier sempre atuou na capital. Finalmente o senador Flávio Guimarães, aparentado do interventor, mas que pouca influência teve na política estadual.

Político mesmo — pensei enquanto o carro rodava na estrada pedregulhada — era o deputado João Chede. Descendente de sírio-libaneses, João Chede nasceu em Palmeira, em 1904. Após cursar o secundário em Curitiba, matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo. Não concluiu o curso. Foi prefeito de Palmeira. Em 1947 elegeu-se deputado à Assembléia Constituinte Estadual, assumindo sua presidência. Inteligente e finamente educado, comercialmente acreditado, habilidoso político, privando da amizade pessoal do governador Lupion, graças à sua ação, Palmeira manteve a supremacia política no âmbito estadual. Entretanto — conjecturei: E se Bento Munhoz da Rocha vencer as próximas eleições?

§

Que condições propiciaram maior destaque aos políticos de Palmeira?

Tudo indica ter tido sua origem na Fregue-

sia de Tamanduá, de onde Palmeira recebeu a totalidade de sua população. Era uma sociedade organizada. Rivalizava com Curitiba. Na sua Capela Curada batizavam-se até as crianças do Viamão.

Capítulo 25

JESUÍNO E MONTEIRO TOURINHO

Todo homem sabe que os outros se enganam ao julgarem-no, mas não que ele se engana, ao julgar os outros!

Ditado Popular

Na precária ponte de madeira sobre o rio Papagaios Novos, voltei a resmungar: — O que teria Manuel Ribas na cabeça para deixar de lado o caminho das tropas, trilhando nas terras levemente onduladas dos Campos Gerais, para mergulhar a estrada do Cerne na buraqueira infernal da Bacia do Ribeira de Iguape? Mas ao subir a contra-encosta, que me obrigou a trocar de marcha, justifiquei o interventor: — Não sabia que o quilogrâmetro é o TRABALHO necessário para levantar um quilograma-peso a um metro de altura. Muito menos quantos quilogrâmetros seriam necessários para levantar um caminhão de vinte toneladas a 1.200 metros de altura, a fim de transpor os vales do Ribeirinha e do Açungui! E mil caminhões?

Erros desta natureza são mais nefastos que ocasionais desvios promovidos por servidores. A razão é simples. O prejuízo é continuado. O da estrada do Cerne durou enquanto não foi construída a nova estrada no planalto. Quanto ao prejuí-

zo consequente ao assentamento dos alemães do Volga, no Capão da Anta, cifrou-se no investimento inicial.

§

Jesuíno Marcondes e Monteiro Tourinho mantinham amistosas relações. Eram aparentados. Jesuíno casou-se com a antoninense Domitila Alves de Araújo, filha de Antonio José Alves, neta do primeiro matrimônio do capitão-mor de Antonina. Manoel José Alves. Monteiro Tourinho com Maria Leocádia Alves, filha do segundo matrimônio do mesmo capitão-mor. Assim, ainda que regulassem em idade. Maria Leocádia era tia de Domitila. A mesma amizade unia Jesuíno aos cunhados, o coronel Antonio Alves de Araújo e conselheiro Manoel Alves de Araújo, Ministro da Agricultura no Governo Imperial, todos apologistas de Antonina como principal porto marítimo da Província. Eis porque quando em 1872 Pedro Aloys Scherer, Pêcego Jr. e Silva Lemos obtiveram o privilégio para construir a ferrovia Paranaguá-Morretes, procurando estendê-la até Curitiba, o morretense Manoel Alves de Araújo, que tinha seus interesses comerciais em Antonina, escreveu da Corte:

“O Sinimbu pôs-nos em crise. Escrevi-lhe uma carta enérgica dirigindo-me ao Silveira Martins, Lafayette e Martinho de Campos sobre o mesmo assunto, e a todos declarei, positivamente, achar-me com o governo, na convicção única de manter e proteger os interesses da Província. Temos contra o Imperador, Laguna e Delaware.”

O governo imperial nomeou comissões para

estudar o assunto. Paranaguá venceu. Em 1875 caducou a concessão de Rebouças e Monteiro Tourinho, que já contava com a adesão de Mauá. Outra concessão foi outorgada aos paranaguenses que a transferiram a Compagnie Général de Chemins de Fer Bresiliens. Na ocasião Jesuíno escreveu a Monteiro Tourinho lamentando o fato consumado:

“A solução dada à questão da estrada de ferro do Paraná não consulta o interesse da Província. O remédio a esse mal é o apresentado em sua estimada de dezenove do corrente e muito folgo de achar-me de acordo com V.S. O vale do Cachoeira, com suas fertilíssimas terras contíguas ao eldorado do Açungui, e com perspectiva de unir a nossa linha ao sistema paulista e á Corte, é o que mereceu a minha preferência. O ramal de Antonina é um pis-aller. Neste sentido escrevo a alguns amigos. Com a nefasta notícia da resolução do governo sobre a estrada de ferro, chega-nos a do adiamento sine die das obras da estrada de Mato Grosso. O governo não conhece o Paraná. O que se está passando mostra a necessidade de esclarecê-lo o que espero será feito e conforme a opinião que vi na Corte de que a pasta da Agricultura deva ser exercida por homens do sul. Tenho esperanças que abertas as Câmaras, o Governo poderá modificar resoluções tomadas sobre o Paraná, cujos interesses quase foram compreendidos pelos conservadores”.

A amizade foi rompida quando Monteiro Tourinho, incumbido pelo presidente Rodrigo Otá-

vio, deu parecer contrário ao assentamento dos alemães do Volga no Capão da Anta. A propriedade pertencia a José Prudêncio Marcondes Sobrinho, sobrinho do conselheiro Jesuíno...

§

Quem tinha razão: Jesuíno ou Monteiro Tourinho? Todo o homem sabe que os outros se enganam ao julgarem-no, mas não que ele se engane ao julgar os outros.

Capítulo 26

PONTA GROSSA E PALMEIRA

Palmeira era, em seu todo, um grande patriarcado da poderosa estirpe dos Araújo.
Júlio Moreira

Na ponte de madeira sobre o Tibagi avistei Ponta Grossa. Grimpada em altaneira colina, em forma de uma estrela de três pontas — Oficinas, Uvaranas, Nova Rússia — lateralmente protegida da erosão por duro sill de diabásio, dominava os campos ao redor. Entrei por Vila Oficinas. Percorri as avenidas Vicente Machado e Balduino Taques: Saí pelo Nova Rússia. Alcancei a rodovia federal no Periquitos. Pensei comigo:

— Maior que Palmeira! Superior no comércio e na indústria.

O carro rodava no macadame em meio à poeira levantada pelos caminhões. Analisei as circunstâncias. Freguesias criadas na mesma época. Estrela, na vizinhança da Capela da Telha, bairro Ponta Grossa, desmembrada de Castro pelo alvará imperial de 15 de setembro de 1823. Palmeira, freguesia nova, fundada em 1833, sobre a invocação de Nossa Senhora da Conceição. A razão não podia ser imputada a supostas diferenças na

qualidade das populações. Ambas tiveram origem na atividade tropeira. Depois acolheram imigrantes germânicos e eslavos. Onde, pois, escondia-se a causa principal?

§

Voltei a cruzar o Tibagi, que em ampla curva envolve Ponta Grossa pelo sul. Apeei. Examinei a ponte de concreto que o presidente Vargas visitara em 1944. Algum tempo gastei observando um toco de madeira arrastado pela correnteza. Quantos dias levaria para chegar a Buenos Aires?

Então simulei a hipótese que me pareceu mais simpática. A vantagem pontagrossense advinha da posição geográfica e maior disponibilidade de potencial hidráulico. Recordei a conversa com meu professor de estradas dr. Arthur Martins Franco, companheiro de Romário Martins e Júlio Moreira no Instituto Histórico. Nascido em 1876, em Rondinha, Campo Largo, formouse engenheiro civil em 1902, na Politécnica de São Paulo. Ingressou como professor na nossa Faculdade de Engenharia, em 1912. Eu acabara de chegar de Itajaí do Norte. Como faltara à prova semestral — a frequência às aulas era livre — o professor marcou-a na sua residência, na rua David Carneiro, envolta em magnífico bosque. Ao concluí-la, conversamos amigavelmente. Disse-me:

“Os engenheiros de hoje temem o sertão. No começo do século percorri a região entre Guarapuava e o rio Paraná. Arlindo Ribeiro, ilustre historiador guarapuavano, contou-me que só em 1900 conseguiu vencer a serra da Esperança com

viatura tirada por dez cavalos!... Mesmo assim dois anos se passaram antes que se estabelecesse o transporte regular pela carroçável Ponta Grossa-Guarapuava, única via que ligava esta cidade com a parte civilizada do país, aberta na ocasião em que foi estendida a linha telegráfica até a Colônia Militar do Chopim. As estradas nos campos eram boas, embora desprovidas de pontes, o que obrigava a passar nos vaus. No sertão, porém, eram péssimas. Tornavam-se intransitáveis nas estações chuvosas. Vivi essa situação entre 1902 e 1905. Exerci o comissariado de terras. Visitei o rio Paraná. Chefeiei a comissão que fundou os núcleos coloniais do Ivaí, Tayó, Cruz Machado e Vera Guarani. Em 1912 deixei o interior. Assumi a Secretaria da Fazenda, na presidência do Carlos Cavalcanti.”

Ao término da conversa mostrou-me os originais do livro que escrevera sobre a conquista dos Campos de Guarapuava pela Real Expedição do tenente-coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal, comandante do Regimento de Cavalaria sediado em Curitiba.

§

Retomei a marcha. A nova rodovia desborda Imbituva — antes Cupim - pelo norte. A velha passa pela rua principal da cidade, complexo aglomerado de etnias. Os Dietriches Bühner, Ganz, Wiertel, Roesler, Hansen, Albert, Sponholz, Venske, Schmidlin, Sheidt, germânicos. Pietrowski, Wosnika, Tebinka, Lapezak, Boska, Ivarech, Paluch, Suckow, eslavos. Barbison, Galli, Chemim, Cavassin, Filipon, Canteri, Martini, italianos. Como não podia

deixar de ser, também o sírio-libanês David Jorge Curi, em cuja loja parei para tomar um café, como fazia no tempo em que residia em Guarapuava.

§

A caminho de Prudentópolis voltei ao assunto. Se Palmeira permanecera servida só pela estrada de Mato Grosso e a picada boiadeira para Porto União da Vitória. Ponta Grossa tornara-se entroncamento. Incumbido de consolidar a posse dos Campos de Guarapuava, iniciada com a expedição de Afonso Botelho, em 1774, a seguir paralisada, Diogo Pinto de Azevedo Portugal partiu de Curitiba no dia 3 de agosto de 1809, com destino a São Felipe, primeiro pouso da expedição de Afonso Botelho, situado entre Ponta Grossa e Cupim. Após muitas dificuldades chegou a Guarapuava no dia 18 de maio do ano seguinte! Embora precário, o novo caminho abriu para Ponta Grossa o comércio com Guarapuava e Palmas. A antiga freguesia ganhou importância. A picada dos tropeiros ligava-se ao norte, com Sorocaba e São Paulo; ao sul, com Curitiba e Viamão. A entrada de Diogo Pinto ligou-a ao oeste. Palmeira, porém, permaneceu simples pouso de tropeiros. Embora com maior representatividade política, comentaria Júlio Moreira, permaneceu patriarcado da poderosa estirpe dos Araújo, que por mais de cem anos reinou naquelas paragens. No fim do século o prolongamento da linha telegráfica até a Colônia Militar do Chopim, via Chopim e Guarapuava, exigiu a abertura de larga picada para o transporte em carroças do equipamento necessário, que consolidou a posição

de Ponta Grossa. Finalmente, já neste século, tornou-se entroncamento ferroviário. Ligou-se a São Paulo via Itararé. Ao Norte Pioneiro, via Jaguariaíva até Jacarezinho. Ao sul, com Curitiba, e Santa Maria, no Rio Grande do Sul, via Porto União da Vitória.

Alcansei Prudentópolis. Concluí:

— Contingências geográficas... o determinismo do alemão Ratzel...

§

Alcansei Guamiranga, povoado plantado a 956 metros de altitude, no divisor de águas Tibagi-Ivaí. A partir daí a rodovia desce. Atravessa o rio do Pastos, a 750 metros de altitude. Logo adiante, na contra-encosta, onde outro Firmino Mendes tinha sua estância, vi Prudentópolis, que devia chamar-se Prudentopolisk. Antes foi São João do Capanema, em homenagem ao engenheiro Guilherme Schüch, barão de Capanema, diretor dos telégrafos, que ali estivera em viagem de inspeção aos trabalhos da linha telegráfica, quando fez amizade com Fermino Mendes.

A nova picada não só permitiu o trânsito de carroças como provocou a corrida dos colonos. No final de 1894 o engenheiro Cândido Ferreira de Abreu, diretor da Colônia, achou melhor denominá-la Prudentópolis, em homenagem ao então presidente Prudente de Moraes.

Diferente das demais cidades paranaenses, onde se misturam alemães, italianos e eslavos, Prudentópolis é quase exclusivamente núcleo

populacional eslavo. Sobrenomes complicados: Brozowski, Szuber, Durski, Lubacheski, Michalowski, Ratuchnei, Klosowski, Osowski, Boiko, Boacsuk, Bucowski, Saviski, Antoniuk, Gruskoski, Bileski, Radoniski, Onesko, Garbaczewski, Matuilko, Kran-tchuk, Techy e outros mais. Interessante. Vivem pacificamente, embora a secular inimizade entre poloneses e ucranianos.

Almocei no Novo Restaurante Hotel, do Vitoaldo Radominski. A comida eslava é farta. Sobre-tudo muita panqueca, de queijo e requeijão; muita carne, de porco, galinha, caça; também sopa, que me recordou o tempo de aspirante na estrada da Ribeira, quando almoçava no acampamento do empreiteiro russo Fedik. Então, bem acomodado na cadeira de assento palhinha, cadeira de polaco, analisei o problema da energia elétrica nas duas cidades montadas sobre o antigo Caminho das Tropas.

A ausência de visão de conjunto do pro-blema energético pelo interventor Manoel Ribas transferiu a responsabilidade aos municípios. Palmeira aproveitou o único rio disponível, o do Salto, um dos formadores do Tibagi. Construiu precária usina a 19 quilômetros da cidade. A barragem de 2 metros de altura proporcionou uma queda de 21 metros. Funcionava a fio d'água com potência de 312 kw. A título precário, com reforço, obtive o su-plemento de 100 HP da usina de Caiacanga, cedi-do pela prefeitura de Porto Amazonas. Somados a alguns geradores diesel, a disponibilidade glo-bal do município era tão insignificante que vedava

qualquer pretensão à industrialização.

Ponta Grossa foi melhor aquinhoadada. Aproveitou o rio Pitangui. Nasce no primeiro planalto, na altura de Abapã, na estrada do Cerne, a 1.014 metros de altitude. Ingressa nos Campos Gerais através de profundo canion. Ali a concessionária, Companhia Prada de Eletricidade, construiu em 1933 as hidrelétricas de Pitangui, Sumidouro e São Jorge. Somadas à de duas usinas térmicas, a potência instalada chegou a 9 mil kw, sem contar as instalações particulares de algumas indústrias. Embora tamanha escassez, ainda assim estabeleceram-se as indústrias madeireiras Colleone e Wagner, a fábrica de serras Schiffer, o frigorífico Wilson, a Cervejaria Adriática, as oficinas da RVPSC.

§

Despedi-me do Vitoldo. Parti disposto a enfrentar a Serra da Esperança. Não a muralha granítica que se antepõe à entrada do grande planalto de Guarapuava, como a definiu ilustre professor de geografia, mas a de lençóis de diabásio intercalados entre pacotes de arenito...

Capítulo 27

CAMPOS DO PARANÁ

Campo é terra sem mato.

O toque de alvorada quebrou o silêncio da madrugada. Os raios do sol nascente tangenciam a borda superior da Serra da Esperança, pondo fim ao espetáculo do crepúsculo matutino e fazendo rebrilhar as águas do tanque conhecido por Aqueronte. Além dos campos muito verdes que cercam a cidade, e da mata ciliar que enfeita as margens do rio Coutinho, via-se a floresta de pinheiros, que de tão densa apresentava coloração azulada, estende-se até esbarrar no espigão da Serra do Chagu, com seus dois cocurutos que lembram o dorso de um camelo.

A exemplo de todas as cidades do interior, também Guarapuava não possui bons hotéis. Hospedei-me no quartel que eu construía para o 15º Regimento de Cavalaria Independente, agora ocupado por um só esquadrão, sob o comando do capitão Carlos Gândara Martins, paulista do vale do Paraíba, meu colega de Realengo. Não eram ainda sete horas o primeiro pelotão partiu para o campo. Os recrutas cantavam:

Cavalaria! Cavalaria!

Tu és na guerra nossa estrela guia
Arma ligeira que transpõe os montes...

Aproveitei a manhã. Visitei os amigos. Tarefa difícil. Eleitorado dividido. A fatia maior cabia ao PSD, nas mãos do fazendeiro Lustoza de Oliveira; outra à UDN do ilustre médico dr. Fleury da Rocha; a terceira, do PTB. Impossível romper o cerco. Os mangueirões estavam prontos para abrigar os eleitores de cabresto, que manifestariam livremente seu direito de votar. Em troca recebiam um espeto com churrasco e dois pães. Tudo o que a Aliança Liberal prometera na campanha eleitoral, Getúlio Vargas derrogara com o golpe branco de 1937. Enfim, como dizia o ditado popular... na casa de Abrantes tudo como dantes.

§

Almocei com o capitão Gândara e os demais tenentes. Do outro lado da estrada vi o solar dos Virmonds, sólida construção remanescente do século anterior. Paredes externas caiadas de branco, telhas goivas cobertas de limo, pé direito elevado, beiral desprovido de calhas, amplos cômodos, maciças portas de madeira de lei, assoalho de largas tábuas de peroba serrada a mão, molduras coroando as vergas. Enfim, pensei comigo, mansão apropriada para rodar filmes de terror. Quem sabe, até, se em noites de tormenta, quando o vento sul uivava na copa do arvoredo e penetrava pelas frinchas das portas e janelas, o clarão das faíscas elétricas riscava de amarelo o negrume do céu, o ribombar do trovão ecoava de coxilha em coxilha,

saltava o corte do Jordão, perdia-se nos campos da banda de Pitanga, nele se reuniam os espectros de Afonso Botelho, do guarda-mor Lustoza, de Cândido Xavier, Diogo Pinto de Azevedo Portugal, padre Francisco das Chagas Lima, capitão Rocha Loures e do cacique Condá, para recordar a epopeia de antes, durante e depois da construção do forte de Atalaia... e da posse definitiva daqueles campos!

§

Permaneceu o tenente veterinário. Os demais oficiais foram tratar de seus afazeres. Aproveitei para deslindar outro mistério que há muito me intrigava. A existência de campos entre florestas em região de clima nada árido. Interpelei-o. Aceitou o desafio. Fiquei satisfeito.

— Campo — definiu — é terra sem mato. Flora sub-xerófito. Para o botânico Kuhlman, campo limpo caracteriza-se pela vegetação herbácea e ausência de árvores. É estepe se as plantas aparecem dispersas deixando parte do solo descoberto. Pradaria quando a cobertura é densa e contínua. Há os campos sujos com espécies sub-arbustivas, superpostas às espécies herbáceas. Formam moitas irregularmente dispostas. Por último o cerrado, de árvores baixas, troncos e galhos tortuosos, espalhadas sem ordem...

— Quero saber dos campos do Paraná! Reclamei, e ajuntei: - Eles me intrigam — disse-lhe, ao mesmo tempo que observava os pés dos móveis em forma de patas de cavalo!

O tenente concordou. Antes providenciou café. Aproveitei para lembrar os três anos que passara adido àquele regimento. Então dei conta do orgulho dos oficiais de Cavalaria pela sua arma. O amor pelos cavalos era tanto que até os pés dos móveis eram patas! Convivi com eles. Fiz grandes amigos. Os infantes, servi um ano adido ao 13º Regimento de Ponta Grossa, são mais sisudos e mais crentes. Já os artilheiros são difíceis de lidar. Julgam-se cientistas. Não dão um tiro sem antes consultar a tábua de logaritmos das funções trigonométricas... Felizmente nunca tive obras em quartéis da artilharia...

O veterinário serviu-me café. Voltou ao assunto.

Quem descreveu os campos do Paraná foi o dr. Anacreonte Ávila de Araújo. Em 1949 publicou interessante trabalho sobre o assunto. São sete os tipos principais:

- I- Curitiba e São José dos Pinhais;
- II- Lapa e Campo do Tenente;
- III- Ponta Grossa;
- IV- Castro e Piraí do Sul;
- V- Guarapuava;
- VI- Palmas e Clevelândia;
- VII- Esparsos.

Os primeiros assentam nas argilas de depósitos fluviais e lacustres do quaternário ou do complexo cristalino. Foram muito alterados em duzentos anos de exploração. Hoje só servem

às granjas de leite ou animais de trabalho. Os da Lapa e Campo do Tenente são prolongamentos dos Campos Gerais, assentes sobre arenitos e argelitos glaciais, bastante ácidos, do permiano. Embora acidatados, apresentam bons abrigos para o gado na mata ciliar que acompanha os regatos. Os de Ponta Grossa têm por base as formações devonianas e, em pequena porção, a glacial. São muito ácidos. Têm pH entre 4 e 4,5. A vegetação é sub-xerófila, com capões e mata ciliar. Pobres em fósforo, ricos em leguminosas, das quais a mais frequente é o amendoim do campo.

— Os de Castro não são idênticos? — perguntei.

Fez com a cabeça sinal negativo.

— Não! Estão no primeiro planalto. Os de Piraí no segundo... Os de Castro assentam num solo originário do quartzo-pórfiro, mais fértil que o devoniano, base dos campos de Piraí...

E os de Guarapuava?

Excessivamente descalcificados. Seu pH médio é de 4,5. Campos grossos, altos, dobrados, ora limpos, ora revestidos de ervas e sub-arbustos. Quando as gramíneas cespitosas crescem, tornam-se duros, macegosos. O gado pouco encontra o que comer. As gramíneas baixas, consideradas melhores, são afogadas pelas altas, sem vitalidade e sem produção forrageira.

— Restam os afamados campos de Palmas!

— Assentam na mesma formação geológica dos de Guarapuava. Os de cima, ou de Pal-

mas propriamente dito, se parecem com os do Rio Grande do Sul. O pH é 4,5. Fartos em capim mimoso e palhas largas, capim verde claro, suculento, enfolhado, forte, que resiste ao inverno pelo menos até o mês de junho. Acontece que a falta de abrigos provoca o emagrecimento rápido do gado. Em compensação engorda-os melhor e com maior rapidez. Os campos de baixo abrangem os de Clevelândia. São mais servidos de capões e mato como pinhais. Mas a flora é a mesma dos de cima. Todos somados perfazem 20.500 km² do nosso território, ou 10%.

Tomei a palavra.

— O que me intriga é se situarem em regiões climáticas cuja precipitação anual flutua entre 1.000 e 1.500 mm anuais. Segundo o geólogo Maack a forma de vegetação dos nossos campos está em contradição com os fatores climáticos. Isso levou o climatologista José Setzer a considerá-los formação vegetal secundária, consequência da queima da mata pelo homem. A hipótese é também de Laboriau. Fundamenta-se no fato que anteriormente os campos estavam cobertos por matas de araucárias, tanto que até hoje são encontrados nós de pinho até a um metro de profundidade. Pauwels, porém, os considera fruto de sucessivas mudanças climáticas. A princípio a vegetação era xerófita, com ocorrência de matas à margem de rios e lagos. Com a transformação do clima os campos invadiram a mata. A seguir nova alteração paralisou a ofensiva. Tanto que, exemplificou, a mata destruída pelas roçadas só raramen-

te, e em condições locais especiais, restaurou-se espontaneamente no seu antigo viço, mesmo onde na vizinhança ainda existia mata. As formações sucedâneas são capoeiras e outras vegetações, nitidamente xerófitas. O tenente veterinário encerrou a palestra.

— O geólogo Maack, apoiado em pesquisas geológicas que identificaram a presença de solos cuja formação requer um período de seca regular anual e elevada evaporação na superfície pela insolação, concorda ter existido um clima semiárido, com um período de seca anual. Exemplifica com o clima da região noroeste do Estado e acha possível sua extensão para o sul, em tempos remotos, tendo os nossos campos remanescentes daquela época. Depois, tendo aumentado a sua precipitação e sua melhor distribuição pelos meses do ano, as matas avançaram dos vales para as encostas, ocupando paulatinamente a região dos campos. Tanto a hipótese é válida que hoje a manutenção de uma área de gramíneas destinada ao pasto só pode ser obtida artificialmente e com muito trato, pois do contrário cederá lugar ao carrascal, à capoeira, ao samambaial...

Com o indicador apontou para as vacas que indiferentes à nossa conversa pastavam nos campos ao redor do quartel, e concluiu:

— Como as plantas, também os animais retiram do solo os sais minerais indispensáveis ao seu sustento, sobretudo os compostos de cálcio e fósforo...

Capítulo 28

NO SOLAR VIRMOND ARRUDA

*Nada melhor para alegrar o espírito
que uma taça de vinho forte e puro.*

— Solar Virmond Arruda?

Essa indagação fiz ao major Nicanor Porto Virmond, quando visitou Guarapuava em 1945.

§

A escuridão envolvia os campos. Não era novidade. Naquela altitude o crepúsculo dura pouco na estação invernososa. Silêncio absoluto, rompido, a intervalos, pelo relinchar dos animais nas baias. Cruzei a estratégica. Mais alguns passos, defrontei-me com a fachada do solar dos Virmond Arruda, onde residia o capitão Gândara.

§

O major Nicanor, acomodou-se na única poltrona do meu escritório de engenharia, arranjado num dos pavilhões já concluídos. Sentei-me no banco que servia à prancheta de desenho. Desenvolvi a estória.

— Quem poderia imaginar que Frederico Guilherme Virmond, alemão nascido em 1791 na cidade de Colônia, que havia combatido Napoleão

em Waterloo, acabaria no cemitério da Lapa, em 1876!

Aparte: — Só em 1872 a Vila Nova do Príncipe foi elevada a cidade, com o nome de Lapa. Possuía cerca de 8 mil habitantes.

Prosseguiu.

— Em 1818, por razões políticas, Virmond emigrou para o Brasil. No Rio de Janeiro conheceu a portuguesa Maria Izabel Quadros de Andrade...

— ...miscigenação em marcha...

— ...nascida em Funchal, ilha da Madeira, a bordo da nau Real João, que fazia parte da esquadra que transportou a corte portuguesa para o Brasil. Segundo David Carneiro, a mãe de Maria Izabel, Edeltrudes Quadros, era açafta da rainha dona Maria 1ª...

— ...a Louca...

— Frederico não se aclimatou no Rio de Janeiro. Emigrou para o sul com a família. Conheceu a Lapa. Gostou. Ficou. Para a cidade um prêmio. O alemão sabia tudo. Foi o primeiro a dedicar-se ao ensino de desenho. Miniaturista exímio, legou-nos verdadeiras obras de arte. Médico da pobreza, único na vila em muitos anos... também primeiro engenheiro, projetou e construiu edifícios e pontes...

— Sua prole?

— Calma com o ardor ou o santo cai! - brincou. Mas desenrolou o fio da meada: - Maria Luiza, filha mais velha, nascida no Rio de Janeiro, casou-se com o francês Jean François Etienne Victor Marie de Suplicy...

—...ativando a miscigenação...

— A segunda, Carolina Amália, com Manoel Marcondes de Sá...

—...Araújo dos Campos Gerais...

O primeiro varão, Frederico Guilherme Virmond Jr, também nascido no Rio de Janeiro, em 1828, instalou-se em Guarapuava...

— Fazendeiro, deputado, farmacêutico, vice-presidente do Estado, casou-se com Maria de Belém Mendes de Araújo...

—...prima da viscondessa de Guarapuava.

Concordei. Continuou.

— Desse consórcio, o primogênito foi o coronel Frederico Ernesto Virmond, aqui nascido em 1851. Fez o curso da Escola Militar, no Rio de Janeiro. Abolicionista, republicano, florianista, deputado estadual, prefeito da cidade!

— Casou-se com...

—...Nincia Bandeira de Lacerda...

—...provavelmente da Lapa.

— Do consórcio nasceram: Frederico Ventura, casado com Ocalina Cordeiro...

—...Antonio Virmond, seu amigo, mais conhecido por seu Nico, casado com Noêmia Bastos, irmã de Trajano e Generoso, comerciantes da cidade...

—...Maria do Belém, casada com o desembargador Dr. João José Arruda.

—...progenitor do meu amigo, colega de cinco anos ginasiais, Oscar Virmond Arruda, Juiz

de Direito da Comarca de Cornélio Procópio...

—...e ainda o engenheiro Eugênio Virmond, o advogado Mario Virmond e Gertrudes, casada com Oscar Pimpão...

Abandonei a banqueta. Encerrei a conversa.

— Entendi. Na partilha o solar coube a dona Maria do Belém... eis porque solar Virmond Arruda. Certo?

— Certíssimo! — confirmou e ajuntou: — Assim terminou a estória que começou na Alemanha, na cidade de Colônia, passou pelo campo de batalha de Waterloo, pela ilha da Madeira, Rio de Janeiro, Lapa... e afinal chegou aos campos de Guarapuava...

O cão de guarda anunciou-me. Aspirante de Cavalaria, Gândara Martins, paulista do vale do Paraíba, chegou em Castro em 1934. Comentavam as comadres: Nenhum oficial solteiro resistia aos encantos das moças casadeiras da cidade. A presunção tinha origem no que acontecera em abril de 1894, quando o coronel Firmino Pires Ferreira, comandante da 1ª Divisão das Forças Legais em operação no Paraná, entrou na cidade, obrigando os maragatos a migrar para o sul. Porta-bandeira da coluna florianista, o guapo alferes Cândido Flaryz da Cruz, ao desfilar na rua principal, tornou-se alvo predileto da moçada. Nunca mais deixou Castro. Casou-se com a moça Nathalia, filha do capitão João José da Fonseca, herói da guerra do Paraguai, casado com dona Francisca Mathilde

Carneiro, ambos descendentes de velhos troncos paulistas. Com Gândara aconteceu o mesmo. Casou-se com a moça Dinah, filha do casal Antonio Rolim de Moura e Maria Clara Marcondes de Albuquerque. Rolim de Moura foi prefeito da cidade em 1926. Maria Clara pertencia à tradicional família dos Marcondes de Albuquerque, ligada aos Martins, Borba, Araújo, Negrão, Correia, Alves, através de casamentos.

Fiscal das obras da unidade do Exército ali sediada, em 1941, semanalmente eu visitava a cidade. Interessei-me pela sua história. Começou em 1704, quando a Família Taques, de São Paulo, na pessoa do capitão-mor Pedro Taques de Almeida tentou apossar-se de extenso latifúndio às margens do rio Iapó. A Coroa não deferiu sua pretensão. Tendo falecido, substituiu-o na empreitada o filho José Góes e Moraes. Mais sabido que o pai, usou o estratagema de requerer as sesmarias em separado, pelos diversos membros da família, respeitando assim as dimensões estipuladas. A partir daí originou-se o povoado. Com a construção da Capela de Sant'Ana do Iapó, subordinada à Câmara de Curitiba. A elevação a vila deu-se em 1788. A solenidade realizou-se em 20 de janeiro de 1789, - seis meses antes da queda da Bastilha! - na presença dos homens bons das famílias Rendon, Martins, Carneiro Lobo, Taques de Almeida, Lemos, Betim, Ribas, Cunha, Magalhães, Monteiro Braga, Moura, Machado Guimarães e outras. Mas mudou o nome. Passou a chamar-se Vila Nova de Castro, em homenagem ao ministro português

Martinho de Mello e Castro. Ao iniciar-se o comércio de tropas entre Viamão e Sorocaba, tornou-se pouso obrigatório, e seus homens bons tropeiros!

§

Nico Virmond morava ao lado. Figura obrigatória nas reuniões na casa do capitão. Diferente dos irmãos, todos portadores de diplomas universitários, não estudou. Não ligava a dinheiro. Talvez fosse o mais feliz deles. No convívio com a peonada, que diariamente vinha à cidade fazer compras, assenhoreou-se da maneira de falar do guarapuavano. Como gostava de caçadas, vez ou outra impingia estórias difíceis de engolir. Durante o aperitivo, contou-me a do macaco que trepado num galho de árvore foi arrastado por terrível vendaval... indo parar em Foz do Iguaçu!

A seguir, não sei explicar o motivo, veio à baila assunto que nada tinha com o momento que estávamos vivendo: Os esquisitos nomes dados às nossas avós. Disse-lhes.

— Folheando a genealogia do Francisco Negrão, só na letra “A” encontrei os seguintes: Abdolmira, Acacira, Acacilda, Acestina, Acilda, Adia, Acirema, Adalmira, Airisina, Acirena, Aiveti, Aladia, Alfredina, Almedina, Amazilda, Ambrosina, Ananina, Anardina, Anastácia, Apolinária e outras...

O capitão brincou com seu Nico.

— Você seria capaz de casar-se com moça de nome Ambrosina?

A resposta foi inteligente:

— Quando a moça é bonita... o nome fica

bonito...

Encerrei o assunto.

— Das 22 Ambrosinas do livro do Negrão quase todas casaram... mas o nome mais frequente é Ana...

§

Oito horas bateu o relógio. Dinah anunciou o jantar. Passamos da espaçosa sala de visitas à não menos espaçosa copa-cozinha. O ambiente cheirava a carne assada. Não errei. Paca assada, arroz carreteiro, feijão tropeiro, tudo regado a vinho tinto caseiro fabricado em Castro. Caçador experiente, seu Nico não perdeu a oportunidade.

— Antigamente havia caça a dar com os pés. Caça de pelo e caça de pena.

Entre no assunto.

— Os demarcadores da nossa fronteira oeste, isso em 1750, contam o mesmo no diário que deixaram.

Seu Nico continuou.

— Muito porco do mato, muito veado de carne saborosa, mas nenhuma comparável à da paca. Também cacei muito tatu.

Riu.

— Certa vez o diabo do tatu não queria sair do buraco em que se meteu. Os caboclos puxavam, puxavam e nada. Então foi a minha vez. Meti a mão no buraco. Fiz um coceguinha no rabo dele... pronto. Saiu todo dengoso, se rebolando.

— Não era de Cavalaria... — comentou o

capitão. E ajuntou: — Os índios comiam até macacos, que depois de mortos, retirado o couro, pareciam seres humanos.

Seu Nico concordou com um gesto de cabeça. Continuou:

— Da caça de pena a que os índios mais gostavam era do uru , espécie de perdiz do mato, tamanho da codorna, cacei muito jacu, muita jacutinga, muito macuco, este de excelente carne. Também saracuras e patos...

— E lagarto? – perguntei... dizem ser sua carne mais gostosa que da galinha.

A conversa prosseguiu. Felicitei Dinah pelo excelente jantar. O capitão Gândara levantou a taça de vinho. Brindou-nos:

“Nada melhor para alegrar o espírito, que uma taça de vinho forte e puro”.

Capítulo 29

AGOSTO DE CINQUENTA

Todos concebem claramente o direito e o dever: o direito para si, o dever para os outros.

Já se passavam vinte e cinco anos da última vez que conversei com meu pai. Foi dias antes de viajar para Guarapuava. Encontrei-o no escritório. Relia os originais da *Astronomia*. Abraçou-me. Caminhou até a janela. Espiou o largo Dezenove, onde residia desde 1912. Parecia despedir-se. Lúcido, abordava com conhecimento os mais diferentes temas. Professor de *Astronomia*, media tempo e espaço em unidades de anos-luz. Diferente dos políticos, que regra geral demonstravam publicamente seu devotamento aos que detinham o bastão de mando, jamais pertenceu ao círculo dos louvaminheiros. Conduta familiar ilibada, a ele bem assentavam os Versos de Ouro de Pitágoras: “Bom filho, reto irmão, terno esposo e bom pai...”

§

Diretor da Faculdade de Engenharia, ao iniciar-se o ano letivo de 1950 surpreendido com violenta greve dos alunos. Greve sempre é greve. Acontecimento rotineiro na vida universitária. Da-

quela vez foi diferente. Sempre que havia oportunidade de conturbar a ordem, fazia-se presente o Partido Comunista, embora na ilegalidade. A Direção do movimento foi tomada de assalto por meia dúzia de estudantes a ele filiados, originários do Nordeste, sem qualquer vínculo familiar em Curitiba. Entrincheirados na sede do Diretório Acadêmico, edifício frontal ao da Faculdade, desencadearam grosseira e desbocada campanha de insultos dirigidos aos professores que não lhes eram simpáticos. Só depois de algum tempo retornaram às aulas. A Faculdade foi pacificada. Mas restou a mágoa. Mágoa de quem a dirigia e há quatro décadas lecionava percebendo irrisório salário, pois o estabelecimento ainda era particular. Na ocasião, confessou-me: — Meu sentimento de tristeza diante de tão sórdido espetáculo não foi tanto pelo comportamento dos estudantes nordestinos, sem qualquer vínculo em Curitiba, que pouco valor emprestavam às nossas tradições, mas pela apatia e indiferença dos estudantes paranaenses, sem ânimo para reagir em defesa da Faculdade, patrimônio da população curitibana...

A eterna timidez — pensei comigo — inculcada na mente de nossa gente em quinze anos de ribismo: “Não faça isso que seu Ribas não quer”: A partir desse movimento, como igual não acontecera em Curitiba, mesmo nas greves operárias, sua saúde não foi a mesma. Começou a decair fisicamente, embora ainda não tivesse alcançado os setenta anos. Mergulhava em longos períodos de meditação. Parecia pressentir que seu fim estava

próximo...

§

Apontou para o sol que tombava. Disse-me: — Bendito seja quem inclinou o plano da eclíptica! Sem isso não assistiríamos ao belo espetáculo da chegada da primavera, dentro de mais alguns dias...

Voltou à mesa de trabalho.

— O Antigo Testamento fala de uma série de fatos sem a menor importância. Exemplo? O adultério de Betsabé com o rei David. A maneira de construir um altar.... Como deve ser comido o que sobrou do sacrifício aos deuses etc. etc... Mas nenhuma menção faz à obliquidade do plano da eclíptica...

Bateu a ponta do cigarro na mesa.

— Sem ela, não haveria a sucessão de estações. Nosso planeta tornar-se-ia insosso, monótono. O primeiro a medi-la foi o matemático, astrônomo e filósofo grego Eratóstenes. Viveu 300 anos antes de Cristo. Seu erro foi desprezível. Apenas meio grau. Imaginou o que seria nossa vida sem a primavera?

§

Acendeu o cigarro. Mudou de assunto.

— Essas estórias da tentação de Eva, do dilúvio e outras foram copiadas de lendas dos povos que viveram na Mesopotâmia, três mil anos antes de Cristo!

Aguardou minha contestação. Permaneci calado. Continuou.

— Você acredita que acima da justiça dos homens, sempre falha, haja uma justiça superior, que os cristãos dizem Divina, capaz de pesar os imponderáveis?

— Pesar o que não tem peso? — reagi.

Sorriu.

— Você disse bem: Pesar o que não tem peso.... Algum tribunal terreno já pesou a honestidade, a caridade, a inveja, a avareza?

Voltou a sorrir.

— Nenhum! — exclamou, triunfante. E ajuntou: — Diz o ditado popular: “Do mundo nada se leva...” Acredita? Eu não!

Expeliu uma baforada de fumaça.

— Deste mundo o homem só leva o espírito de humanidade... que consiste em ouvir...

— Ouvir?

— Sim. Ouvir o próximo... nem que seja para dizer não! Diariamente encontramos gente que piamente acredita estar a salvação na ingestão da hóstia, ou na aspensão de alguns pingos de água benta. Sem dúvida isto tornaria o caminho do céu muito suave. Comigo tenho que o incrédulo que jamais comungou, mas pratica o bem sem olhar a quem, sem esperar retribuição após a morte, tem mais méritos perante o Tribunal Divino, que pesa os imponderáveis, que o crente que semanalmente comparece à igreja para rasurar seus pecados registrados na sua folha corrida, usando os instrumentos da confissão e da comunhão...

Apagou o cigarro.

— Não acha isso futilidade? Mas que fazer se arreceiam-se de trilhar novos caminhos?

Voltou à janela.

— Razão tinha Lao-Tsê, o maior dos filósofos anteriores a Confúcio. Viveu 600 anos antes de Cristo. Aconselhou: “Para pôr fim às inquietações devemos renunciar e aprender”. Teriam nossos índios inquietações?

Concluiu.

Uma coisa é certa. Ninguém pode negar que o conhecimento cresce ininterruptamente, enquanto a Teologia permanece inalterável. Daí o choque entre ciências e religião na sociedade em que vivemos... Na minha opinião, a culpa é de Galileu Galilei...

Foi à cozinha pedir café. Conjetei com meus botões. Embora 500 anos o separassem do donatário Pero do Campo Tourinho, nele havia a mesma altivez, a mesma língua rebelde, o mesmo amor ao trabalho, a mesma ingenuidade política, o mesmo horror ao clericalismo.

§

— Por quê Galileu? Quer saber?

Sim. Quero.

— Galileu é o anti-Aristóteles. Este ensinava ser a gravidade uma tendência inata nos corpos de se dirigir para o cento do mundo. O ópio fazia dormir por ser dotado de virtude dormitiva...

— Na época não havia telescópio. Microscópio, tampouco relógio de minutos e segundos...

— Por isso os gregos não faziam mais que

observar passivamente. Dominados por estes conceitos a ciência grega não evoluiu. Abandonou os estudos quantitativos. Limitou-se aos qualitativos. A Cosmogonia de Aristóteles usou apenas as formas dos poliedros regulares. Na mecânica, o movimento circular, incriado, imperecível, perfeito, porque só o círculo é perfeito. Em resumo... o número cedeu lugar a forma...

— Com Galileu Galilei...

—...tudo mudou... dois mil anos depois! Nesse intervalo os doutores da Igreja adotaram a filosofia aristotélica. A substituição do politeísmo helênico pelo monoteísmo cristão não mudou a maneira de interpretar o verdadeiro destino da ciência. A Escolástica encampou as ideias de Aristóteles... até surgir Galileu...

—...que demonstrou, experimentalmente, o erro da lei da queda dos corpos enunciada por Aristóteles...

— O principal não reside nisso. Reside em que, ao observar as quedas dos graves, descobriu a relação de carácter funcional entre tempo e espaço... O tempo de duração em queda livre, e os espaços percorridos no mesmo intervalo de tempo, de tal forma estão ligados — disse — que as variações de um implicavam nas variações de outro...

—...conhecendo o valor do tempo, tinha-se o valor do espaço...

— Exato. Por isso escreveu, $h=f(t)$, isto é, o espaço percorrido é função do tempo gasto em percorrê-lo...

—...descobrimo a função matemática...

—...que propiciou a introdução dessa ciência no estudo dos fenômenos astronômicos e físicos.

Bateu-me amigavelmente nos ombros.

— Felizmente a Santa Inquisição não percebeu a importância da função matemática. Ela promoveu revolução mais profunda que o Cristianismo. A Igreja estava preocupada com o movimento de rotação da Terra em torno do eixo, afirmado por Galileu. Com o emprego da função seguiram-se os descobrimentos científicos de Kepler, Newton, Gauss, Lavoisier, Laplace... e Einstein! Bem disse Sprenger: Tornou-se o símbolo de uma Nova Era.

— A Santa Inquisição não percebeu?

— Felizmente não! – exclamou, já cansado de tanto falar. E juntou: - Galileu deitou por terra os conceitos-coisa da filosofia aristotélica. Implantou os conceitos-relação, que propiciaram a entrada triunfante do racionalismo funcional, pondo fim ao racionalismo contemplativo do pensamento escolástico.

§

Ao regressar da viagem a Guarapuava cheguei em Curitiba na noite de 30 de agosto. Encontrei-o no leito mortuário. O professor Durval Ribeiro, seu aluno e amigo intransigente, disse-me: — É inacreditável Getúlio ter trocado um homem desse quilate... pelo Ribas! Seu pai distinguia claramente seu direito e seu dever... Mas há algo na natureza dos acontecimentos que torce o curso da história

numa direção jamais pretendida pelo homem. Assim foi na revolução de 1930.

Capítulo 30

JANEIRO DE CINQUENTA E UM

É impossível vencer o subdesenvolvimento econômico sem vencer paralelamente o subdesenvolvimento cultural.
San Tiago Dantas

Verão, janeiro de 1951. O sol ilumina a fachada do velho quartel construído por Monteiro Tourinho para o Regimento de Cavalaria Ligeira... como se a Cavalaria já não fosse ligeira... Em uniforme de passeio, os alunos encontravam-se na sala de aula. Levantaram-se à minha entrada. Educação Moral e Cívica. Eu fugia daquele ramerrão que ouvia desde quando assentara praça em Realengo: “As cores da bandeira nacional...”. Afinal, tinha diante de mim estudantes de engenharia civil. Mereciam coisa melhor. Só não adivinhava ser aquela minha última aula no CPOR de Curitiba...

§

A realidade ferroviária brasileira não se apresenta animadora. Nossas ferrovias foram construídas sem se proceder qualquer estudo econômico da região à qual iam servir, a fim de comprovar a existência de carga suficiente capaz de assegurar a remuneração do capital investido. Nasceram deficitárias. A seguir o transporte rodoviário asse-

nhorou-se das mercadorias nobres — café — que podiam suportar fretes elevados, deixando para as ferrovias o milho, o feijão, o gado. Duramente afetadas nas suas finanças, não renovaram o material rodante. Tampouco conservaram a via permanente. Das 4 mil locomotivas, metade tem mais de meio século de vida! Dos 37 mil quilômetros da rede, 80% pertencem a União.

§

O Paraná não apresenta panorama mais alentador. A ligação ferroviária Planalto-Porto se faz por estrada quase centenária, que começou a operar em 1885. As condições em rampa máxima e raio mínimo — 3,5% e 90 metros — mostram seu obsoleto. Mas nossos homens públicos persistem em exaltar a beleza da paisagem que nos oferece na descida da Serra do Mar. Não dão conta que dentro de mais alguns anos não poderá atender ao fluxo de exportação.

A linha Itararé-Uruguaí foi construída para estabelecer ligação entre São Paulo e Rio Grande do Sul. As condições técnicas não são melhores. Vai ser substituída pelo Tronco Sul — Itapeva-Ponta Grossa-Engenheiro Bley-Rio Negro-Lages-Bento Gonçalves... Mas quando? Talvez dentro de vinte ou trinta anos. A ligação Riozinho-Guarapuava, embora iniciada no final da década de vinte, apresenta péssimas condições técnicas. Tudo isso nos leva a acreditar que embora o transporte ferroviário apresenta custo social inferior ao rodoviário, será dentro em pouco superado. A ferrovia Apucarana-Ponta Grossa, iniciada pelo governador Lupion,

encurtará em 300km o percurso Londrina-Paranaguá... Mas quando será concluída, entregue a uma só firma construtora?

§

Embora o presidente Dutra tenha dado considerável impulso ao rodoviarismo, com a criação do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e a construção, em tempo recorde, da nova Rio-São Paulo, nosso Estado não aproveitou o exemplo. A ligação com Londrina ainda se faz pela estrada do Cerne, com 5 metros de largura e condições técnicas idênticas à da Graciosa, concluída em 1873, para viaturas de tração animal. As rodovias em construção pelo atual governo já são antiquadas. A plataforma de sete metros, sem acostamentos, impede a pavimentação. As condições técnicas são as mesmas da rodovia Curitiba-Ribeira, iniciada em 1932. A autoestrada Curitiba-Paranaguá, Curitiba-Ribeira, iniciada em 1932. A autoestrada Curitiba-Paranaguá, com duas pistas, raio mínimo de 160 metros, iniciada pelo atual governo, como a ferrovia de Apucarana padece do mesmo mal. Foi contratada com uma só empreiteira, sem suporte pois transpõe a Serra do Mar... Quando estará concluída?... Talvez dentro de 20 ou 30 anos!

§

O Brasil tem 30.000km de ferrovias; os Estados Unidos 600.000 km! Sendo a extensão territorial de ambos quase a mesma, segue-se que, enquanto eles têm 740m de ferrovia por quilômetro quadrado, nós temos apenas 4! Com o sistema

rodoviário acontece pior ainda. Eles possuem 6 milhões de quilômetros de rodovias pavimentadas, enquanto nós não chegamos a 10 mil, com maior concentração em São Paulo. No Paraná, exceto pequeno trecho da Graciosa calçada de paralelepípedos, não dispomos de mais nenhuma rodovia pavimentada...

É preciso compreender que a circulação de bens não é somente um fato de transformação material da superfície da terra, mas um transformador de qualidades e aptidões das aglomerações humanas. A situação dos transportes no Brasil mede o seu subdesenvolvimento. Mas é impossível vencer o desenvolvimento econômico sem vencer paralelamente o subdesenvolvimento cultural. Eis porque procuro incutir na mente de vocês, futuros engenheiros, a necessidade de criar uma mentalidade tecnológica, sem a qual seremos sempre um país do terceiro mundo...

§

Não pude prosseguir. Chamaram-me com urgência ao telefone. Atendi. Bento Munhoz da Rocha, recém-eleito governador, pedia-me para ir imediatamente a sua residência. Aleguei estar em uniforme de campanha.

— Não importa. Preciso conversar com você.

Capítulo 31

CAMINHADA

Age quod agis.

Três ou quatro quadras da Brigadeiro Franco separavam o quartel da residência do Bento. Resolvi fazer o trajeto a pé. Na caminhada sob o sol do meio dia, matutei: — O que teria Bento para falar comigo com tanta urgência?

§

Entre os anos 40 e 50 a população do Paraná quase dobrou. Éramos agora dois milhões, dos quais 68% na zona rural. Com ela cresceu o eleitorado. Mas, se mantinha o mesmo comportamento nos pleitos proporcionais, não acontecia o mesmo nas eleições majoritárias. Nos candidatos a deputação o eleitor votava por relações de amizade ou de dependência econômica. Para governador e presidente, não! Neste caso tinha opinião própria formada através da imprensa falada ou dos comícios em praça pública. No interior do Estado o PSD possuía chefes políticos de grande prestígio. Lustoza de Oliveira (Guarapuava), Cândido Machado Neto (Pato Branco), Emílio Carazzai (Cornélio Procope), Guataçara Borba (Tibagi), Hélio Setti (Jaca-

rezinho), Iracy Viana (Palmas), João Chede (Palmeira), Ribeiro Jr. (Uraí), Mário Faraco (Campo Largo), Waldemiro Pedroso (Norte Velho), Anísio Luz (Porecatu), Accioly Filho (Norte Novíssimo)... mas nenhum com a verborragia fluente dos oradores udenistas. Além disso, embora os dois candidatos ao governo fossem engenheiros, enquanto Bento possuía cultura humanista e discurso bonito, Ângelo era engenheiro de obras, não familiarizado com a oratória requerida nos palanques. Entretanto, o mais impertinente inimigo de Moisés Lupion foi outro ilustre engenheiro. Othon Mader não poupou os adversários. Acusou Lupion de manter negócios escusos com as Empresas Incorporadoras, órgão criado por Getúlio Vargas para gerir o formidável acervo da antiga Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, que incluía enormes extensões de terras no sudoeste paranaense. Também de ter efetuado a compra maravilhosa de grande área de terras no oeste, que pertencia a empresa Argentina. De nada valeu a Lupion argumentar que em 1946, quando o engenheiro Othon lhe ofereceu o apoio da UDN contra a candidatura de Bento, ele já sabia dos seus negócios particulares, por se acharem os contratos averbados em cartório... e nada de mal viu nesse comprometimento. Mas a psicologia do leitor é interessante. Acredita piamente nas acusações, não se interessa pelos elogios. Assim o candidato Ângelo Lopes carregou na sua candidatura a pecha de continuador da corrupção administrativa implantada pelo PSD lupionista.

Atravessei a Comendador Araújo, antes do

Oceano Pacífico, depois Mato Grosso. Prossegui na análise do que acontecera nas últimas eleições. Ainda que a candidatura de Bento fosse a preferida pelo eleitor comum, a palavra decisiva seria a de Getúlio Vargas no comício que realizaria em Curitiba. A situação política era caótica. Só renomado equilibrista, como o ex-ditador, agora democrata, que em 1929 embrulhara o presidente Washington Luis, seria capaz de desatar o nó. Registrado pelo PTB, Getúlio cristianizara o candidato do PSD, Christiano Machado. Tendo como principal adversário o candidato da UDN, brigadeiro Eduardo Gomes, ficaria mal apoiar no Paraná o candidato registrado por esta agremiação. Porém havia a atenuante de também pertencer ao PTB. No íntimo, porém, Getúlio devia ter outro pensamento. Bento era filho e genro de dois ex-presidentes do Estado, Caetano Munhoz da Rocha e Afonso Carmargo, que com ele, Getúlio, haviam sido eleitos, antes da Revolução de Trinta, pelo carcomido Partido Republicano. Esse argumento — pensei comigo — devia ter pesado muito na sua consciência a ponto de levá-lo a trair o partido que fundara após 1930, o PSD. Mas não se declarou abertamente. Simplesmente, ao nominar os candidatos, deu mais ênfase ao nome de Bento, arrancando da multidão que lotava a avenida João Pessoa, hoje Luiz Xavier ou Boca Maldita, frenéticos aplausos dos petebistas, udenistas e pessepistas ali presentes... embora Bento fosse brigadeirista!

§

Depois de vencer a rua Vicente Machado

passsei a conjeturar sobre a divisão de forças na Assembléia Estadual. Confirmando a preponderância no interior, graças a sua organização, e, sobretudo, aos chefes políticos, muitos dos quais remanescentes da era Ribista, embora derrotado nas eleições majoritárias, o PSD foi vitorioso nas proporcionais. A composição do legislativo estadual passou a ser a seguinte: PSD, 21; PTB, 10; UDN, 6; PR, 5; PSP, 2; PRP, 1, que sem dúvida subordinava o governador ao Partido Trabalhista. E ainda, para obter maioria mais folgada, precisa contar com o apoio do PSP de Adhemar de Barros e do PRP de Plínio Salgado. Felizmente, para sorte do governador eleito, na bancada pessedista só o deputado Accioly Filho possui cultura e tarimba para fazer oposição. Os demais eram médicos do interior, comerciantes, fazendeiros e alguns advogados de causas menores. O mesmo não acontecia na bancada governista. Nela pontificava Laertes Munhoz, dono de exuberante oratória e não menor cultura jurídica. Nessas condições Bento teria de usar muita cautela na organização de seu secretariado. Eis porque, ao entrar na sua asa, resmunguei baixinho: *Age quod agis...* atenção no que vai fazer!

Capítulo 32

FORMAÇÃO DE BENTO

Sem que pretendesse, o exercício da política, em sua vida, foi pedagógico e exemplar.

Norton Macedo

Alguém disse: a biblioteca retrata o dono. Recordo-me a de meu pai. Armários entulhados. Livros de matemática superior, dentre os quais as apostilas das aulas de Cálculo Infinitesimal professadas pelo coronel Trompowski na Escola Militar da Praia Vermelha. Compêndios de Mecânica Racional, Estradas, Construção Civil, estes da famosa École des Ponts et Chaussée, de Paris, pois nossa engenharia nutria-se exclusivamente na tecnologia francesa. Também compêndios da coleção BCTP - *Bibliothèque Du Conducteur de Travaux Publics*. Incluía Topografia, Alvenaria, Fundações, Hidráulica, Termodinâmica, Estradas e Caminhos Vicinais, Arquitetura e outros mais. Armário especial guardava os tratados de Astronomia e Geodésia dos grandes mestres dessa ciência: Delambre, Andoyer, Comte, Chauvenet, Dubois, Delaunay, Laplace, Arago, Clairaut, Einstein, Briot, Flammarion, Amoroso Lima, Tasso Fragoso, Alírio de Mato, Djalma Poli Coelho, Themístocles Brasil. Ainda menino, já lendo francês corretamente, vezes sem

conta deleitei-me na leitura da *Astronomia Popular*, de Flamarion. Estudante de engenharia, experimentei a Tábua de Logaritmos de Andoyer, a 17 decimais, na resolução de problemas técnicos. Quanto à literatura propriamente dita, Euclides da Cunha, Alberto Rangel, Machado de Assis, Coelho Neto, Pereira Sampaio, Flamarion, abade Moreaux, Faye, Larousse e Eça de Queiroz. Também Emil Ludwig, Axel Munthe, Reihold Scheneider, Zsolt Harsanye (Galileu Galilei), Maurois, Stephan Zweig, Batista Pereira, Calógeras e outros que no momento não me acodem à memória. Serviram-me cafezinho. Bento logo viria. Conversava com políticos da UDN chegados de Londrina. Então, voltando ao assunto, concluí, pela análise do conteúdo da sua biblioteca, não ser meu pai tão militar de carreira, quanto professor de nível superior na área de engenharia. Na realidade, no Exército mais atuou como engenheiro que como soldado. Construiu o quartel de Rio Claro, em São Paulo. Do 13º Regimento de Infantaria, em Ponta Grossa. Do Batalhão de Infantaria, na Lapa. Do 15º Batalhão de Caçadores e do Regimento de Cavalaria (Boqueirão), em Curitiba. Não obstante, simples major, em 1930 assumiu o Comando da Região Militar em momento de crise, quando na madrugada de 5 de outubro chefiou a revolução no Paraná.

Levantei-me da poltrona. Passei os olhos nas prateleiras repletas de livros. Do assoalho ao teto. Para minha surpresa, nada de Matemática, Física, Mecânica, Construção Civil, Estradas, Concreto Armado, Fundações, Hidráulica. Só História,

Filosofia, Sociologia, Economia, Política e muita literatura. De imediato saquei: Homem de cultura humanista, sedimentada, e leituras variadas. Sem dúvida em condições de discorrer sobre os grandes temas nacionais: Parlamentarismo, presidencialismo, federalismo, inflação, política cambial, temas esotéricos, nos quais, acima da lógica, dominam as paixões incontroláveis de fanáticos do liberalismo e do intervencionismo político e econômico. Embora formado em engenharia, Bento nunca exercera a profissão, fato que não me passou despercebido quando meu professor de geologia na faculdade. Não nascera para sondar capacidades de suporte de solos em kg/cm^2 ; calcular momentos fletores de vigas de concreto armado livremente apoiadas ou em balanços; projetar, nas pranchas topográficas, planta e perfil de rodovias e ferrovias; avaliar o potencial dos cursos d'água; drenar alagadiços para implantar cidades. Sua vocação era o parlamento. Nele o exercício da democracia é verbal, sem outras consequências. Na função executiva é diferente. Há que mergulhar nos pormenores do orçamento anual; priorizar a execução de obras; discutir salários com funcionários e professoras; aturar malcriações de deputados da oposição; afastar os eternos bajuladores; compor secretariado capaz; acima dos apetites partidários. Sobretudo, dar ordens e fiscalizar seu cumprimento. Como engenheiro só exercera funções burocráticas na Caixa Econômica Federal. Libertou-se dessas incômodas amarras elegendo-se para a Constituinte convocada em 1945, o que

bem poderia ter acontecido antes, não fora a implantação do Estado Novo getulista em 1937, que fechou as portas de todas as instituições democráticas. Então mergulhou em outro ambiente. Do debate parlamentar com a participação de grandes nomes nacionais. Ajudou-o sua cultura humanista e o dom oratório. Sua presença foi logo notada na Câmara Federal. A estreia deu-se em abril de 1946. Com exceção do deputado Lauro Sodré Lopes, por largo período presidente da Comissão do Orçamento, os demais representantes do Paraná não estavam tarimbados para a missão. Nem o futuro desembargador Munhoz de Mello. Tampouco os facultativos Erasto Gaertner e Aramis Athayde, o jornalista Gommy Jr., o fazendeiro João Aguiar, o bacharel Rubens de Mello Braga, o militar Fernando Flores. Então Bento esbaldou-se na tribuna, aparteado, como gostava, por Alde Sampaio, Aureliano Leite, Luiz Silveira, Hermes Lima, Raul Pilla, Tristão da Cunha, Gabriel Passos e outros.

Caminhei até a prateleira. Ao acaso saquei um volume. Folheei-o. *La Crisis de la Democracia*, Harold J. Laski, tradução castelhana de Armando Bazan. Saquei outro. *Contemporary Foreign Government*. Department of Social Sciences, New York, 1949: Li:

The Principle of government by a responsible ministry, for example, arose in part from historical accident that kings of the House of Hannover were for two generations little inserted an English government.

Devolvi os livros da prateleira. Voltei a ana-

lisar o pensamento do novo governador. Na discussão sobre os regimes políticos não se manifestou favorável ao presidencialismo, nem a imediata aplicação do parlamentarismo. Criticou o primeiro, por nele ver a semente do desprestígio do Parlamento, que conduzia ao desprestígio da Democracia, favorecendo os regimes que acentuam, acima de tudo e antes de tudo, as prerrogativas da autoridade e as imposições de ordem. Quanto ao Parlamentarismo, embora o reconhecesse como sistema que põe em contato permanente governo e correntes de opinião, é o único que se submete à dura prova da dependência e da confiança da nação através de seus partidos organizados, no momento, a transição do sistema de todo o poder do presidente, ao outro, de todo poder ao parlamento, bruscamente, poderia ocasionar para ampla fiscalização e censura do Poder Executivo.

De todo esse abundante arrazoado, observei, perdurou sempre seu temor de retorno aos regimes autoritários e seu encanto pela democracia.

Através da janela vi os políticos de Londrina despedirem-se. Como diz o Zé Povinho, deviam ter acertado as cartas do baralho. Então fiz a mim mesmo a última indagação: — De quem herdara Bento seu declarado amor pela democracia? Do pai, presidente Caetano Munhoz da Rocha, não podia ser. Além de extremado religioso, fanático discípulo da Igreja Católica Apostólica Romana, na política foi autocrata. Em 1925, após fazer a Assembléia Estadual aprovar a lei inconstitucional que autorizava seu governo a auxiliar com quantia

que julgar conveniente, a formação do patrimônio de duas novas dioceses no Estado, declarou:

“Na verdade, eu mesmo sugeri a ideia da mensagem ao Congresso Legislativo. Sancionei a Lei de Autorização, expedi o decreto fixando a quantia de auxílio e abrindo o necessário crédito.”

E aos que protestaram — Dario Vellozo, pitagórico; Flávio Luz e Lins de Vasconcelos, espíritas kardecistas; Luiz Lens de Araújo César, protestante; Júlio Hauer, materialista ateu, aplicou severas punições...

Capítulo 33

ATENÇÃO NO QUE VAI FAZER

Aos mandarins basta-lhe o prestígio do cargo, pois o povo admite que se os ocupam são dignos deles.

Keyserling

Bento cumprimentou-me afetuosamente. Nosso conhecimento datava de 1926. Ginasiano, acompanhei a turma de ‘engenheirandos’ na viagem por ferrovia a Paranaguá, coroamento da disciplina de Estradas de Ferro e de Rodagem, naquele ano lecionada por meu pai cumulativamente com Astronomia e Geodésia. Mais tarde, 1934, já tenente, fui seu aluno na cadeira de Geologia.

De início a conversa versou sobre as dificuldades que teria para governar, dado o equilíbrio de forças na Assembléia Estadual. Dos 45 deputados, embora derrotado fragorosamente no pleito majoritário, no proporcional o PSD fizera 21. Ainda que pudesse contar com o PSP e PRP, assim mesmo a maioria era relativamente magra. Então falou-me do Tribunal de Contas.

— Lupion alardeia como realização meritória a criação do Tribunal de Contas... mas não diz que para compô-lo nomeou amigos do peito e até

ex-empregados. Dois deles, Raul Vaz e Raul Viana, dominam o plenário. Interferem nos negócios do Estado. Eu poderia pô-los em disponibilidade. Nomear outros. Mas minha formação democrática não me induz a esse procedimento. A outro lado, na minha administração não haverá o que esconder aos olhos do povo. Mas que o tribunal vai me atrapalhar... isto vai! — exclamou.

Bateu-me amigavelmente no ombro. Chegou ao assunto principal para o qual me convocara.

— Uma das grandes dificuldades reside no Departamento de Estradas de Rodagem. É onde corre o dinheiro. Tenho informações que altos funcionários do Estado e políticos acuam os empreiteiros. Isso precisa acabar. É um escândalo. Eis porque pedi que viesse até aqui. Quero convidá-lo a aceitar a Diretoria Geral do DER. Preciso de alguém sem nenhuma relação com empreiteiros. Conheço sua vida profissional. Trabalhou, a partir dos 20 anos, nas estradas da Ribeira, Joinville e Rio Negro-Lages. Sobretudo o nome de seu pai, que foi meu professor de Astronomia e de Estradas, é uma garantia do seu comportamento. Também meu irmão Miguel, engenheiro, que foi seu aluno no CPOR, faz a seu respeito as melhores referências. Espero que aceite o convite...

Tomado de surpresa não me manifestei de imediato. Depois adverti:

Você bem sabe, Bento, que o PSP não lhe deu apoio oficial, embora todo ele tenha votado em você. E vai apoiá-lo na Assembléia. Falei a respei-

to com o deputado Atílio Barbosa...

— Isso não vem ao caso— interrompeu-me.

E ajuntou: — A campanha política terminou. A hora é de trabalho. Dou-lhe dois dias para pensar...

— Cinco...

Ficamos em três. Agradei as referências ao meu pai e a confiança depositada em mim. Ao fechar o portão que dá para a rua voltei a repetir:

— Atenção no que vai fazer!

Capítulo 34

PARANAGUÁ, ANO 7230 D.C.

Dezembro de 1949. Paranaguá. Deixo o Colégio dos Jesuítas, à margem do Itiberê. Magras pirogas, conduzidas por esqueléticos caboclos munidos de remos de cabo curto, proas ligeiramente levantadas, cortam as águas barrentas. Atrás, o rastro de espumas. Desolado, pensei: iguais às dos carijós do tempo de Gabriel de Lara.

Achego-me à beira do cais. Quem o construiu? Não sei. Que aspecto teria a rua da Praia antes dele? Não sei. Sei, porém, por ter lido alguns, talvez em Moimbeg, que a cidade é uma forma de apossamento do solo por grupos humanos. Acreditaria Gabriel de Lara no futuro de Paranaguá que fundara às margens do rio Pequerê? Não! Esse problema jamais o preocupou, como também aos fundadores de Atenas, Roma, Paris, Londres, Nova Iorque. Lara tinha interesse nas minas de ouro. Por isso ficou. Fincou o pé em Paranaguá. Construiu o Pelourinho, símbolo da autoridade Real. A Igreja, símbolo da fé. Constituiu o governo. Criou a administração municipal. A cidade cresceu. Cresceu como crescem as plantas. As partes novas justapondo-se às partes velhas,

mas continuando cada parte a manter parentesco dinâmico, funcional, com as demais. Infelizmente eu não dispunha da sequência de mapas urbanos que permitem conhecer a maneira como se desenvolveu a cidade de Lara à luz das linhas de relevo, da geologia do solo, do revestimento florístico, das fontes de água, da direção dos ventos. Só assim seria possível saber em que sentido cresceu. E por que cresceu nesse sentido.

Na última planta, que vi na parede do hotel, a parte velha distingue-se perfeitamente da nova. Aquela não obedeceu ao clássico reticulado greco-romano, de ruas que se cruzam em ângulo reto. Nem às Ordenações Afonsinas, Manuelinas ou Filipinas. Ruas tortuosas. Enviesadas. Irregulares. Quarteirões desconformes. Ficou apertada entre o rio e o manguezal. Ambos comandaram sua morfologia. Das ordenações só adotou o lema climático: cidades em clima quente, ruas estreitas, para haver sombra. Não obstante, com boa vontade aceito que a posição das ruas principais, Quinze e da Praia, deixam entrever certa forma de urbanismo, muito incipiente, próximas aos locais de embarque e desembarque. Pena ter lhe faltado o que sobrava em Recife. O genial Pieter Post, arquiteto da corte de Maurício de Nassau, autor das diretrizes do Plano Mauritzstadt. O que seria Paranaguá se a invasão holandesa tivesse ocorrido aqui?

Penso no destino das cidades. Onde estariam Eridu, Ur, Uruk, Larsa, Lagash, Nippur, Nisin, outrora florescentes, edificadas nos férteis aluviões dos vales dos Eufrates e do Tigre? As ruínas

de Nippur, encontradas sob vinte metros de sedimentos, datam de 5.262 anos antes de Cristo... e 7.230 do tormentoso momento que vivemos! Como em Paranaguá, nelas havia agricultura, comércio, indústria. Homens lutavam por moeda e crédito. Também leis e governo. Calendário, medicina, matemática. Sabiam marcar o tempo. Possuíam papel, tinta e cerâmica. Pagavam impostos. Mulheres usavam artigos de beleza, joias, berloques. Jogava-se bola, como hoje o futebol. Havia monogamia, poligamia, prostituição. Bibliotecas e escolas. Templos e sacerdotes. Deuses bons e maus. Guerra e paz. Fartura e fome. Ricos e pobres. Secas e inundações. Mães que adoravam seus filhos, filhos que adoravam suas mães. E o amor florescia entre os jovens que, como os de hoje, não pensavam no dia de amanhã!

Faço meia volta. Retomo a direção do mercado.

E Paranaguá? Que será Paranaguá no ano 7.230 da nossa era? Estará soterrada sob vinte metros de sedimentos carregados pelo Itiberê? Alguém se recordará ter sido fundada pelo intrépido capitão Gabriel de Lara? Que um dos seus prefeitos foi o tenente coronel da Guarda Nacional Teodorico Júlio dos Santos. Que o Mercado de Peixe, construído por Caetano Munhoz da Rocha, custou exatamente 59:347\$070? Que em 1909, na gestão do prefeito Eliseu da Siqueira Pereira Alves foram abertas as propostas de captação do rio Miranda para abastecer a cidade de água potável? E terão essas informações algum significado para os ho-

mens do ano 7.230? Não são as Atas da Câmara Municipal semelhantes às tabletas de cerâmica encontradas na cidade de Ur, que continham o rol de reis e as datas de coroação? As da Câmara de Paranaguá, não sofriam do mesmo vício de parcialidade dos que as escreveram no alfabeto sumeriano? Que impressão terão os historiadores do 73º século ao lerem os discursos dos vereadores que reclamam contra a presença de cães vadios nas ruas da cidade? Entanto, consignam: o orador foi vivamente cumprimentado pelos seus pares.

Interessante. Nossas ações podem tornar-se ridículas com o passar do tempo. Se hoje o príncipe Pedro gritasse “Independência ou Morte” às margens do Ipiranga – que não mais existe – seria internado no manicômio! Mas existe uma constante que permanece. O povo estava dividido, como o de hoje, em duas classes: a que explora e a que é explorada, tanto no regime capitalista como no comunista. Se na nossa era brilharam alguns espíritos evoluídos, Cristo, Castelli, Gandhi, antes dela, Urukagina, rei de Lagash, elaborou leis que visavam a abater a exploração dos pobres pelos ricos... e de todos pelos sacerdotes! Dou razão ao filósofo francês Brunhes. Os fenômenos humanos devem ser estudados como na Mecânica estuda-se o movimento de um ponto material. Precisa-los, no espaço e no tempo. Depois, indicar-lhes o sentido e a velocidade. Em resumo, uma trajetória balística, com origem, culminância, acaso...

Capítulo 35

PLANALTO GÓTICO

Se os homens pudessem ler a mente de seu próximo, que aconteceria?

Leonilda H. Justus

Cumprido o ritual de posse, os engenheiros cumprimentaram-me. Prata-da-casa, diplomados pela nossa faculdade da rua XV. Quatro, da turma de 49, tinham sido meus alunos. O mais velho, Eduardo Jaworski, turma de 30, trabalhara na estrada da Ribeira. Os demais deviam pensar: — Que vem fazer esse majorzinho no DER? Dar-nos ordem unida? Minha atenção voltou-se para as etnias: Jaworski, Lass, Sartori, Cassou, Mortensen, Talamini, Ribas, Dutra, Ribeiro, Hanke, Voloschen, Johnson, Robert, Guetter, Ferreira, Knopfohlz; Costa, Asinelli, Atherino, Silva, Nicz, Macedo, Bitencourt, Garbaccio, Arzúa, Leal, Schwab, Wescher, Gardolinski, Lemos, Zimmermann, Moscalewski, Sperandio, Dacheux, Freitas, Albuquerque, Amorim, Paula, Campos, Guimarães... verdadeiro coquetel de raças! Seguiram-se os servidores graduados. Depois visitei as divisões de Estudos, Projetos e Construção. Intei-me da situação. Estas repartições, como a Diretoria, estavam instaladas no Edifício Garcez, na avenida João Pessoa, hoje

Luiz Xavier. Ao entardecer fui ao palácio, no Alto de São Francisco, antiga residência da Família Garmatter, adquirida para o Estado pelo Interventor Manoel Ribas.

§

Conversa amena. Conteí-lhe o que pudera observar num primeiro contato. Na véspera eu visitara a estrada da Lapa, em construção. Que decepção! Diferente do DNER, criado na presidência do General Dutra, que em pouco tempo revolucionou a mentalidade rodoviária brasileira, a começar pela construção da nova Rio-São Paulo, o nosso DER ainda estava jungido à mentalidade tropeira de Manoel Ribas. Expus ao governador como eram antiquadas as condições técnicas. Raios de 60 metros, 7 metros de largura, sem acostamento, o que impedia a pavimentação asfáltica. De novidade só a nova Curitiba-Paranaguá, infelizmente amarrada a péssimo contrato.

Bento ponderou.

— No meu governo vou plantar perobas, não arbustos...

Concordei. Comuniquei-lhe que seguiria no dia seguinte em viagem de inspeção a fim de conhecer as residências instaladas em Ponta Grossa, Piraí do Sul, Jacarezinho, Londrina, Guarapuava, União da Vitória e São Mateus do Sul. No regresso lhe prestaria contas.

Voltou a interromper-me.

— A que se deve tamanho atraso?

Pensei alguns instantes. Depois respondi.

— A guerra trouxe avanços inacreditáveis. Hoje não basta ao engenheiro o curso de graduação. Deve especializar-se. Das conversas que tive com os mais antigos, fiquei sabendo que nenhum foi mandado fazer cursos nos Estados Unidos, pátria do moderno rodoviarismo... tampouco em São Paulo ou no Rio de Janeiro. Embora a quebra da rotina getuliana procedida no governo Dutra, no Paraná o DER prosseguiu na mesma rotina de repartição pública, do tempo do Departamento de Obras e Viação. O vento da modernidade não soprou por aqui. Não extirpamos a mentalidade pecuarista de extensão imposta por Manoel Ribas em treze anos de governo...

Tornou a apartear-me.

— Que no tempo de Ribas isto ocorresse... certo, pois se fez em região de criação de gado, no Rio Grande do Sul...

— ...como Getúlio...

— ...mas o Moisés Lupion, não há como negar, é inteligente e afeito às lides do comércio e ao processo industrial...

— ...mas nenhuma experiência possuía de administração pública — adverti. E ajuntei: — Ao viajar pelo interior dava ordens, a torto e direito... Sobre estradas, a engenheiros de edificações; sobre edificações, a engenheiros do DER!

— Esse despreparo para o exercício da função pública herdamos do português — argumentou — Ao contrário, o nobre inglês, a partir de quando nasce, disse Keyserling, é criado como animal de

raça. Seus instintos são submetidos a treino. No Brasil vige a improvisação... improvisação de políticos em administradores da coisa pública.

Concordei. Prosseguiu.

— O PSD é partido dominador. Desenvolveu-se no âmbito da ditadura. Com ele o traçado das estradas sofre o crivo de deputados e prefeitos. Grave erro. A política não pode e não deve interferir na técnica.

Seu secretário Raul Dantas, comunicou-lhe haver gente na antessala aguardando audiência. Não se preocupou. Perguntou-me:

— A qualidade dos engenheiros é boa?

A indagação não me surpreendeu. Respon-di o que sabia a respeito.

— Conheço poucos. Jaworski trabalhou na construção da estrada da Ribeira. Dois ou três foram alunos meus. Todos são formados pela nossa Faculdade, entre os anos 1930 e 1949. Metade de ascendência portuguesa. Os demais, poloneses, italianos, alemães... e até gregos!

O assunto despertou sua curiosidade. Outra vez o secretário Dantas interrompeu nossa conversa. Anunciou. Alguém tinha urgência em falar-lhe. Bento mandou esperar.

Serviram-nos café. Sorveu-o num gole. Assumiu o diálogo.

— Essa é a imagem clássica do nosso Estado — disse — Tão diferente daquele Brasil de Gilberto Freyre. No planalto frio do Paraná, que se poderia chamar de Planalto Gótico, uma vez que

o pinheiro que o caracteriza é uma árvore gótica, firmou-se uma nova imagem do nosso país. O primeiro contato dos povoadores, serra-acima, com o nosso meio, deu ao paranaense a consciência de sua diversificação regional em face da imagem convencional do Brasil. Desta latitude para o sul, através do planalto catarinense, até o planalto gaúcho dos pampas, nosso ambiente não era o comum, o que caracterizava a paisagem brasileira, mais divulgada e aceita. A identificação pelo nome acentua a tradição regional. Alemães vieram para o Paraná, mas em maior número para Santa Catarina e Rio Grande, enriquecendo o folclore desses estados. Italianos para os quatro estados, São Paulo à frente. Muitos para o Rio Grande e em proporção menor para Santa Catarina e Paraná. Poloneses para os três estados do sul, mas a maioria para o Paraná, de tal maneira que podemos afirmar: O polaco é nosso! Um dia eles desaparecerão, como tipo característico, como tipo regional, engolidos pela sociedade tecnicista, absorvidos pela crescente unidade cultural de uma grande Nação, que, entretanto, não extinguirá o pluralismo brasileiro. E no pluralismo brasileiro o Paraná há de sempre valorizar a contribuição cultural dos estrangeiros...

Outra vez fomos interrompidos pelo Raul Dantas. Havia muita gente aguardando audiência. Aleguei compromissos. Despedi-me. Voltaria a falar-lhe no regresso da viagem de inspeção às estradas do interior...

§

Subi ao morro conhecido por Alto São Fran-

cisco. Descansei na escada do Belvedere. Os últimos raios de sol poente iluminavam a vertente ocidental da Serra do Mar. No centro da cidade pontilhavam os primeiros arranha-céus. Matutei: — Estranha personalidade a do Bento! A campanha eleitoral fora violenta. Insultos de lado a lado. Mas dela não lhe restara nenhuma mágoa. Nenhum resquício de vingança. Os empreiteiros de estradas, naturalmente forçados, haviam contribuído financeiramente para a campanha do candidato oficial. Um deles fora filmado. Tendo o candidato Ângelo montado na sua garupa cantando o clássico refrão: Já ganhou! Já ganhou!, no último comício do PSD, realizado na praça Santos Andrade. Pois bem. Bento não me falou em cancelar contratos. Nem em proibir novos com os mesmos empreiteiros. Tampouco em transferir engenheiros lupionistas. Tudo apagou da memória com a borracha do esquecimento. Não guardou rancor a ninguém. Também não me pediu para empregar sequer um cantoneiro de estrada... que fosse! Sem dúvida, no tempo em que vivíamos, esse comportamento constituía uma heresia política. Se os udenistas, ávidos de cargos públicos, cheios de ódio ao lupionismo, tivessem podido ler a mente do candidato Bento, não o teriam apoiado...

Capítulo 36

BENTO, PARLAMENTAR

*Há males que as fórmulas constitu-
cionais não encerram a virtude
intrínseca de prevenir, como não
há bens que elas possuem o
talismã ingênito de estabelecer.*

Rui Barbosa

Assíduo colaborador da imprensa carioca, de longe o mais brilhante parlamentar de nossa história, no prever o futuro Rui Barbosa errou mais que a pitoniza de Delfos. Em 1898, ainda sob o impacto do regime presidencialista forte imposto pelo Marechal Floriano para debelar a rebelião da Armada e dos maragatos, profetizou: — Violar a posse velha de um princípio liberal, desapossar do seu gozo o país é uma dessas temeridades, a que os déspotas, armados se poderão aventurar talvez sem perigo, mas que um governo de casacas nunca se atreverá impunemente.

Passou o tempo. Rui faleceu em 1923. Tivesse vivido mais quatorze anos teria assistido ao golpe desferido pelo casaca Getúlio Vargas, em 1937, que desapossou os brasileiros das liberdades que usufruíam desde a Constituição de 1825, pois que determinou o fechamento de todas as ca-

sas legislativas, federais, estaduais e municipais. A recuperação dessa liberdade o povo brasileiro só alcançaria após a vitória das democracias na guerra que começou em 1939, quando as Forças Armadas, que o haviam posto na 'curul' presidencial, o depuseram...

§

Em 1891, na Assembléia Constituinte convocada pelo Governo Provisório do Marechal Deodoro da Fonseca, para as duas cadeiras que lhe cabiam, o Paraná elegeu dois ilustres capitães engenheiros militares que trabalhavam nas Colônias do Chopim e do Chapecó: Clementino Sant'Ilago Dantas, cujo nome foi dado ao Salto Santiago, no rio Iguaçu, e Marciano Augusto Botelho de Magalhães, irmão de Benjamim Constant. Na de 1934 o número de cadeiras aumentou para três. Para elas foram eleitos dois militares: o general de cavalaria Raul Munhoz e o coronel de engenharia e engenheiro militar Plínio Tourinho. A terceira vaga coube ao ilustre jurista Lacerda Pinto. Na Constituinte de 1946 o Paraná foi aquinhoadado com nove cadeiras, das quais duas foram ocupadas por militares: coronel médico Aramys Athayde (1900) e o capitão de infantaria Fernando Flores (1908). Para as restantes elegeu Brasil Pinheiro Machado (1907), João Teophilo Gummy Jr (1887), José Munhoz de Mello (1912), Lauro Sodrê Lopes (1898) e Rubens de Mello Braga (1910), bacharéis em Direito; ainda o engenheiro Bento Munhoz da Rocha Neto (1905) e o médico Dr. Erasto Gaertner (1900). Deste grupo apenas dois vão se destacar nos trabalhos par-

lamentares: Bento Munhoz da Rocha Neto e Lauro Sodré Lopes.

Constituinte de 1946, deputado federal até 1951, Bento Munhoz da Rocha Neto alcançou sucesso no Congresso, formando com Lauro Sodré Lopes uma dupla que só elevou o Paraná no seio da Federação, embora atuando em campos diferentes. Se Lauro Lopes deu preferência ao trabalho nas Comissões, a inclinação de Bento foi pelo debate, na tribuna, dos grandes temas nacionais. Eleito e reeleito presidente da Comissão de Orçamento, Lauro Lopes nela se manteve confinado durante todo o seu mandato parlamentar, por isso mesmo com menor projeção na imprensa. De índole diferente, embora engenheiro — Lauro Lopes era bacharel em Direito — Bento não se deixou aprisionar entre as paredes de uma sala de Comissão. Dono de rara eloquência, excelente aparência física, quando atraído pelo calor dos debates encantava o auditório. Sua inclinação pelo discurso o fez distanciar-se cada vez mais da Lógica e da Física, que estudara na Faculdade de Engenharia, aproximando-o da Moral. Lógica, Física e Moral, aprendi nas aulas do positivista professor João Perнета, na introdução das disciplinas de Geometria Analítica e Cálculo Infinitesimal. Compreendiam, para os gregos, todos os conhecimentos humanos. A Lógica, qualificada pela palavra Matemática, foi a mais antiga das ciências, a primeira a iniciar a apreciação abstrata da Ordem Universal nos seus atributos mais simples: Número, Extensão, Movimento, ou Cálculo, Geometria, Mecânica. Por Físi-

ca entendia-se a ciência da ordem material. Compreendia a ordem material celeste, ou Astronomia; a Física propriamente dita e a Física Especial, ou Química. Essas duas ordens de conhecimento que Bento estudou no curso de Engenharia foram logo por ele abandonadas. Sua inclinação conduziu-o à Ordem Humana. Não a vital, ou Biologia, mas a coletiva, a Sociologia, a História, a Política.

§

A estreia de Bento na tribuna parlamentar deu-se em 26 de abril de 1946, quando discutiu presidencialismo e parlamentarismo. De início apontou os vícios do primeiro sistema de governo:

— Como se praticava no Brasil e na América Latina, é a incapacidade da crítica de convencer... ou modificar um milímetro as intenções do governo...

— ...tivemos na presidência homens de forte vocação para o serviço social... mas pelo funcionamento da máquina administrativa se encontraram segregados de qualquer opinião ou ideia discrepante...

— ... a opinião pública era alguma coisa abstrata e indefinível...

— ... podia haver ou não sensibilidade à opinião pública, que as coisas continuavam no mesmo modo...

— ... os grupos que cercam o presidente o envenenam...

— divide-se a nação em dois setores: dos que estão com o presidente e gozam o poder e dos que nada recebem...

— ... mesmo nos Estados Unidos o presidencialismo tem sido acusado de uma ditadura

quadrienal...

— ... a república presidencialista continuará as tendências dos nossos mandonismos...

— ... o presidente fica a dever seu posto a um partido.

Com base nessa argumentação, que não nos parece nada sólida, passa a defender o parlamentarismo. Considera-o o único sistema que põe em contato permanente o governo e as correntes de opinião. Mas demonstra receio em adotá-lo no Brasil ex abrupto. Então propôs um presidencialismo atenuado, resumido no seguinte lema: Dentro do regime presidencialista, todo o poder ao parlamento!

§

Três ingleses bebiam uísque em torno de uma mesa. Observando o céu, disse o primeiro:

— Eu acho que vai chover

... passou-se uma hora o segundo opinou:

— Eu acho que não vai chover.

... passou-se mais uma hora. Falou o terceiro:

— Vou-me embora porque não gosto de discussão...

Na aplicação dos sistemas de governo Bento não analisou o primordial: a natureza do material humano disponível no país...

§

O tempo correu. Na legislatura 55/59 tive como colega na Câmara Federal o deputado Manoel de Oliveira Franco Sobrinho, uma das mais brilhantes inteligências do Paraná, possuidor, sobretudo, de sólida cultura jurídica orientada no sentido do Direito Administrativo e do Direito Cons-

titucional. Com ele, troquei ideias a respeito de sistemas de governo. Alinhavou as seguintes razões em favor do presidencialismo no nosso país:

— Antes dos regimes políticos está a Nação. Como um corpo natural, um corpo social dando vida ao corpo político. É à Nação que devemos atender na sua formação geográfica, histórica e humana...

— ...se nas bases sociais encontramos valores históricos, geográficos, étnicos e morais... amadurecidos na experiência... são esses valores ‘conjuncionados’ que repelem artifícios, isto é, que não permitem construções político-administrativas alheias às formações sócio-naturais...

— ...a escolha do sistema independe na prática de doutrinas, teorias ou boas ideologias, mas das bases sociais da Nação...

—...no parlamentarismo vemos o sistema ‘confederacionar’ nações... no presidencialismo, federalizar, atendendo ambos a realidade geográficas, a pressupostos econômicos e a premissas sociais...

— ...uma República Federativa nascida de normal evolução histórica... não se pode dar ao luxo de uma transformação política institucional que venha alterar condicionantes geopolíticos...

— ...admitir sistemas que confederem a Nação... será alimentar o separatismo...

— ...não se trata de ser ou não parlamentarista ou presidencialista... porque são pensados para as nações, conforme as nações existem e vi-

vem socialmente...

— ...querer para o Brasil... um parlamentarismo divorciado do ingênito princípio federativo ou da realidade social-histórica da Federação, será o mesmo que contribuir para a perda dessa realidade e criar um presente opaco sem passado ou futuro, plasmado na deterioração dos fatores nacionais...

§

Ao escrever estas linhas no ano de 1996, assiste o Brasil ao desastre que o levou à adoção do presidencialismo atenuado adotado na Constituição de 1988. Como premonizou o presidente Sarney, o país tornou-se ingovernável.

§

Ainda no mesmo período parlamentar, 46/51, o deputado Bento Munhoz da Rocha abordou outros inúmeros temas, tais como o problema imigratório, diretrizes e bases da educação, lei bancária, política ferroviária, problema do trigo, êxodo rural e outros, mas, sobretudo, destacou-se na sua vitoriosa luta pelo retorno ao Paraná do Território do Iguazu, sesmado por Getúlio Vargas do nosso território sob os benevolentes aplausos do interventor Manoel Ribas.

Capítulo 37

NORTE PIONEIRO

Como a expressão Norte Velho feria alguns escrúpulos éticos, um radialista da região difundiu a expressão Norte Pioneiro.

Ruy Wachowicz

Edificada nas fraldas da escarpa da Serra Geral, em lugar que antecede em muito pouco o boqueirão que dá vazão às águas do rio Paranapanema, ao passarem para o terceiro planalto, Jacarezinho é uma bonita cidade. Agrada, não só pelo colorido verde-escuro de vegetação que a arroteia, mas, sobretudo, pelo traço retilíneo de suas ruas e avenidas, embora castigadas por íngremes aclives, que, prolongadas, teriam por ponto de fuga três morretes pontiagudos que à semelhança de dentes de serrote barram o horizonte. Chácara e sítios bem arranjados, dotados de confortáveis habitações, fazem esquecer os dias difíceis que viveram os pioneiros da colonização e, ao contrário, asseguram a estabilidade da lavoura cafeeira garantida pela fertilidade das terras e benevolência do clima. Ruas calçadas com paralelepípedos do basalto extraído das ocorrências

de diabase da Serra Geral. Belas praças, largas avenidas, forte comércio, bons colégios, bispado, servida de água e esgoto, não parece cidade de só 10 mil habitantes. É que, na posição chave em que se encontra, justo no gargalo das comunicações rodoferroviárias que levam a São Paulo, tornou-se o polo natural das populações de Cambará, Abatiá, Ribeirão Claro, Santo Antônio da Platina, Carlópolis, Ribeirão do Pinhal, Pinhalão, Jundiá do Sul e Santa Amélia.

— É um dos mais antigos municípios do Norte do Paraná — disse-me o doutor Teixeira de Assis, médico baiano há muito radicado na cidade. Com quem eu conversava num dos bancos da praça principal, defronte do Hotel Municipal. E aduziu: — O município tem 628 km², 0,31% da superfície do Estado. Nele vivem 50 mil habitantes, dos quais dois terços na zona rural.

O sol do meio dia inundava a praça com a claridade das manhãs de verão, tão diferente daquele sol triste, preguiçoso, que eu encontrara em União da Vitória, sem forças, no inverno, para furar as densas nuvens que se amontoavam nas encostas da Serra da Esperança. Então resolvemos almoçar no Hotel Municipal. Nele encontrei, na gerência, o simpático Franse. Eu o conhecera gerenciando o Hotel Municipal de Ponta Grossa. Porém, atrás de sua afável e risonha fisionomia, transparecia uma sombra de tristeza. É que durante a guerra perdera seu único filho varão, oficial da Aeronáutica, no patrulhamento das águas do Nordeste... na caça de submarinos de seus avós alemães!

Após o almoço caminhamos para fazer o quilo. A quentura do sol lembrava Paranaguá, situada a 2 graus e 20 minutos ao sul, mas ao nível do mar. Ocorre estar em Jacarezinho, embora a 436m de altitude, 17 minutos ao norte do Trópico de Capricórnio, portanto na zona tropical, que goza o privilégio de assistir ao sol passar duas vezes por ano no zênite. Seu dia mais longo dura 13h25min; o mais curto 10h36min. Nos meses de dezembro e janeiro os raios incidem verticalmente sobre a cidade, aumentando o calor... por ser o seno igual a 1 grau... completaria meu pai.

§

Caminhamos a esmo, sem rumo. Mas quando resolvemos provar o cafezinho, notei que meu companheiro tinha a intenção de contar-me a história da região conhecida por Norte Velho ou Norte Pioneiro. Interrompi a sua fala. Fui incisivo:

Antes de historiar é preciso definir.

E ajuntei:

— O que é Norte Velho?

A princípio titubeou. Depois respondeu:

— Norte Velho é uma porção de território que contém no sul os municípios de Wenceslau Braz, Ibaiti e Curiúva, incluídos; limitado à leste pelo rio Itararé, no oeste pelo Tibagi, ao norte pelo Paranapanema...

— ...o que supõe nele incluir Cornélio Procopio, Assaí, Jataizinho e São Jerônimo?

— Sim. Concorda?

— Discordo. Prefiro o critério geológico.

Para mim o limite sul está no paralelo de 24 graus; o leste no rio Itararé; o oeste na escarpa da Serra Geral; o norte no rio Paranapanema. Tem o formato de um triângulo com base no paralelo de 24 graus, o vértice em Jacarezinho. Concorda?

— Depende do critério...

— Agora pode historiar...

§

Aos poucos o azul do céu foi sendo substituído pela escuridão. Forte vento noroeste passou a soprar das bandas de Mato Grosso. Com ele chegavam nuvens pejudadas de água, prenunciadoras da continuidade das chuvas de verão que desabavam diuturnamente desde a minha partida de Curitiba, confirmando o ditado popular: Lua nova de setembro trovejada são seis meses de molhada. Ao retornarmos à praça principal, o doutor Assis contou-me a história do Norte Pioneiro.

— Verdadeira invasão mineira...

E ajuntou:

— Com certa dosagem de paulistas. Diferente dos argentinos, que amam a cidade e por isso aglomeram-se em Buenos Aires, o brasileiro carrega no sangue o espírito do bandeirante. Corre para onde cheira terra desocupada...

Interrompi:

— Em 1853 Curitiba sofreu a invasão dos baianos, sobretudo médicos, tendo à frente o ilustre doutor Muricy...

Prosseguiu.

— Em 1856, vindo de Itajubá com sua prole,

mais agregados e escravos, chegou o major Thomaz Pereira da Silva que se instalou às margens do rio das Cinzas...

— ...de onde derivou o nome Tomazina...

— Certo. Era um sertão bravio...

— ...Que por cobertura vegetal tinha a mata subtropical úmida naqueles saudosos tempos ocupava 50% do território da província, com ocorrência da Araucária quando a altitude excedia a 500 metros...

— Nada entendo de botânica ou de fitogeografia... — resmungou.

— Prossiga... — incentivei-o.

Prossiguiu.

— Jacarezinho começou com o fluminense José Calixto que ali se instalou em 1886. Dois anos depois chegaram Joaquim Severo Batista e Francisco Paula Figueiredo. Mas a expansão do povoado só começou com a presença, em 1886, da família Alcântara. Com ela, vieram inúmeros mineiros. Os Alcântara fundaram a Fazenda do Prata. A terceira leva chegou entre os anos 89 e 90, com o doutor Costa Júnior, e ainda Júlio Augusto Cezar e Baltazar Sodré.

Acendeu o cigarro.

— Em Colônia Mineira, hoje Siqueira Campos, o processo de colonização começou em 1842, com Joaquim José de Sepas, proprietário de muitas terras que passaram de mão em mão até os irmãos Carvalho. Eram três: José Caetano, Caetano José e Inocência. Vieram de Douradinho, municí-

pio de Santo Antônio do Machado, Minas Gerais...

— Sempre Minas! — exclamei.

— Que fazer? — arrematou — se lá havia excesso de gente e aqui ninguém? Por isso chamou-se Colônia Mineira até a Revolução de Trinta, quando passou a ser Siqueira Campos...

— O tenente revolucionário que morreu afogado no rio da Prata...

Aproveitei o intervalo do tempo que o doutor Assis gastou comprando cigarros, para lembrar minha passagem por Siqueira Campos, no dia anterior. Que cidade lúgubre! Dominava-a o Frei Beline. Parecia a reencarnação do frade Girolamo Savonarola, da ordem dos Dominicanos, que dominou e aterrorizou Florença na segunda metade do século XV. Em Siqueira Campos, pouca gente se via nas ruas. As mulheres, medrosas, espiavam os passantes através das persianas. Nenhum médico poderia ali estabelecer sua clínica sem receber o beneplácito do frei. Sem dúvida uma perfeita reconstituição do fanatismo religioso da Idade Média...

§

O doutor Assis — homem de setenta anos — apoiou-se no meu ombro. Então prosseguiu. Wenceslau Braz começou no povoado de São José do Cristianismo. A seguir, em São José da Boa Vista, quando ali chegou, em 1848, Domiciano Correia Machado, emigrado de São Caetano da Vargem, Minas Gerais, com mulher e filhos. De início tomou posse na margem esquerda do rio Ita-

raré, formando o povoado de São José do Cristianismo, entre a foz dos rios Pescaria e Jaguariaíva. Em 1872 a povoação já contava 3.572 habitantes. Depois chegou Manoel Bernardes...

— ...seria parente do futuro presidente Arthur Bernardes?

— ...que tratou de fundar novo povoado em lugar mais saudável, longe da malária que grassava no rio Itararé. Deu-lhe o nome de São José da Boa Vista. Finalmente, já 1915, com a construção da ferrovia Jaguariaíva-Jacarezinho. Nasceu Wenceslau Braz, denominação da estação, 21 km mais para oeste, onde se estabeleceu o sitiante Joaquim Miranda...

E Ribeirão Claro? — perguntei.

Não se esquivou.

— Ribeirão Claro teve origem na criação do Registro do Itararé, destinado a cobrar taxas pela passagem de gado vacum ou cavalariço, isso em 1800. Depois a povoação passou a ser nominada Espírito Santo do Itararé...

— ...santo que nunca mais se acaba!

— ...elevada a vila em 1904, mas sua sede foi transferida para o povoado de Ribeirão Claro, antigo Taquaral. Em 1890, José Pereira da Silva, conhecido por Pereirinha, havia se transferido de Avaré para Taquaral, onde fundou uma fazenda de café e montou a primeira máquina a vapor do Estado.

— E Santo Antônio da Platina?

— Também seus primeiros habitantes vie-

ram de Minas Gerais. Estabeleceram-se à margem do ribeirão Boi Pintado. Perto se erguia o morro do Brim, em cujas margens foi iniciada a povoação que deu origem a Santo Antônio da Platina...

Capítulo 38

MUARES E CAFEZAIS

O novo não se inventa, descobre-se.

L. Goldmann

Trem pára nas estações. O navio nos portos. Só o tempo não pára. Dispara. Ao escrever este capítulo já decorreram quarenta anos da minha primeira visita ao Norte Pioneiro. Março de 1951. Eu acabara de assumir a direção do DER. Chovia copiosamente. Chuva de verão. Aguaceiro após aguaceiro. Até Piraí do Sul tudo bem, sobre o leito ensaibrado da estrada do Cerne. Daí por diante, até Jacarezinho, aonde chegamos na madrugada do dia seguinte, foi uma calamidade. Um empurrar, um desencahar, um alavancar sem descanso na estrada de leito natural solúvel na água. Com a atenção voltada para a calamitosa situação da rodovia, não tive tempo de observar as cidades que ultrapassávamos: Wenceslau Braz, Siqueira Campos, Quatiguá, Joaquim Távora e Santo Antônio da Platina, grande parte do trajeto feito à noite. Tampouco as modificações que se processavam na paisagem após vencer o paralelo 24, quando os Campos Gerais ficaram para trás, embora as regiões pertençam ao mesmo planalto. Assim mal distingui a mudança na paisagem natural, tampou-

co as diferenças na atividade econômica.

Segundo R. Maack, de São Luiz do Purunã a Jaguariaíva os Campos Gerais assentam na formação devoniana do grupo Faxina-Furnas; o do Norte Pioneiro nos terrenos da série Tubarão, do carbonífero superior, mais moderno. Mas a grande diferença reside na cobertura vegetal. Os Campos Gerais são campos limpos, de matas ciliares ao longo dos rios e dos arroios. O Norte Pioneiro é diferente. Ao tempo do Brasil Colônia estava coberto pela densa mata pluvial subtropical, e nos anos cinquenta, por extensas lavouras de café, pastos artificiais e outras culturas. Enquanto seu clima é subtropical úmido, com ocorrência de até três geadas anuais, nos Campos Gerais impera o clima temperado, sempre úmido, podendo ocorrer até cinco geadas anuais. As diferenças expostas vão influir decididamente no tipo de atividade econômica optada pelos seus ocupantes, isso porque o Fator Natureza, complexa combinação de solos, clima, subsolos e energias naturais, influi no comportamento dos aglomerados humanos, que a eles devem adaptar-se, não numa relação determinista de causa e efeito, como queriam os geógrafos alemães, mas de excitação e reação, como propugnou a escola possibilista francesa.

§

Para o professor Brasil Pinheiro Machado não se pode diminuir a importância do mar na organização econômica do Brasil do século XVIII. Todo o sistema de transportes, do ouro, do café e de outros produtos importantes na época, fez-se

no lombo de burros. E ajuntou: — Foi sobre a exploração dos campos, a criação de gado, o comércio de muares, o trabalho escravo que se constitui a estrutura agrária dos Campos Gerais.

De início era o vazio. Vazio de gente, vazio de gado. Região de passagem das expedições exploradoras que partiam de Curitiba em demanda dos vales dos principais afluentes do rio Paraná. Mas os campos eram tão belos, tão encantadores, tão originais, que obliteraram a mente do naturalista francês Saint-Hilaire quando por aqui passou antes da nossa independência, apontando-os como terra ideal para instalar colonos europeus. Mas a esse tempo já começara a invasão de sesmeiros paulistas. Em 1704, José de Góes e Moraes, filho do ex-capitão mor Pedro Taques de Almeida requereu terras em sesmarias na região dos Campos Gerais. Seu pai seguiu-lhe o exemplo. Obteve para si e seus filhos extensa área compreendida entre os rios Jaguaticatu e Pitanguí, hoje equivalente a 18 mil alqueires paulistas! No seu rastro vieram outros paulistas. Assim, dos antigos pousos de tropas e tropeiros, brotaram Castro, Ponta Grossa, Palmeira, São Luiz do Purunã e demais povoados. Mas outras circunstâncias atuaram no mesmo sentido, a exemplo da insuficiência de gado, bovino, cavalar e muar, nos sertões de São Francisco, capaz de suprir as necessidades dos mineradores das Minas Gerais. Essa circunstância obrigou os fornecedores a recorrer ao extremo sul da Colônia. Mas já a esse tempo descobrira-se à vantagem do muar sobre o cavalo, no transporte de cargas. A

tal altura galgou o prestígio deste quadrúpede que anos depois o historiador Alfredo Ellis Júnior esboçaria novo ciclo das bandeiras, que denominou ciclo do luar. Outro fator a influir na valorização dos Campos Gerais foi o Édito Real que concedeu à Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul o monopólio de criação de muare, sob o pretexto de integrá-la definitivamente ao restante da Colônia, medida aplaudida pelo Morgado de Matheus, governador da Capitania de São Paulo. O monopólio sulino ativou o comércio de tropas entre o Sul e a feira de Sorocaba, não só através dos caminhos do Viamão, mas também pelo novo caminho das Missões, fruto da obstinação de Atanagildo e de Rocha Loures, que ainda mais movimentou o tropeirismo, transformando-o no maior requisitador de mão-de-obra nos Campos Gerais.

§

Para Pinheiro Machado, Westphalen e Balhana, em opúsculo intitulado “Nota Prévia ao Estudo da Ocupação da Terra no Paraná Moderno”, as posses nos Campos Gerais realizadas pelos habitantes de São Paulo, Santos e Paranaguá, não tiveram o objetivo de transladar uma sociedade inteira, já organizada. Simplesmente visavam negócios futuros, isto é, exploração comercial. Para fundar fazenda o futuro proprietário manda um feitor e escravos, conduzindo algumas cabeças de gado. Mais tarde alegando posse efetiva, requeria a sesmaria, fato natural na Colônia de larga extensão territorial e baixa densidade demográfica.

Na ocupação das terras do Norte Pioneiro o

processo foi diferente. Embora iniciada pelos paulistas, com a penetração no vale do rio Itararé, logo a seguir vieram os mineiros. Se os paulistas, em geral moradores da região de Sorocaba e arredores, não encontraram nos Campos Gerais grande diferença do solo, de cobertura vegetal, e de clima, o mesmo não aconteceria aos mineiros. Estes se trasladaram de uma região montanhosa, de solos provenientes da decomposição das rochas do complexo cristalino, para outra, mais plana, cujos solos resultaram da sedimentação permo-carbonífera. Diferentes dos paulistas, os novos invasores abandonaram suas fazendas de café no sul de Minas, trocando-as por terras incultas no Paraná, onde se estabeleceram como sociedade organizada, isto é, com as respectivas famílias, agregados, escravos e bens imóveis. Para seu espanto toparam com densa mata latifoliada, típica da terra roxa, embora solo dessa natureza só ocorresse em manchas isoladas entre os conseqüentes da sedimentação permo-carbonífera. Na opinião do historiador Rui Wachowski, foi um ocupar espontâneo, lento, de uma terra devoluta, isto é, sem títulos de propriedade.

De uma maneira simplista o Norte Pioneiro apresenta uma topografia em forma de cobertura de duas águas. Na parte central o divisor Itararé-Cinzas, ou linha de cumeada, que a ferrovia usou para assentar seus trilhos com pouca movimentação de terra, apresenta sensível declive para o norte, isto é, para a calha do rio Paranapanema: Wenceslau Braz (835m); Siqueira Campos (665m);

Quatiguá (678m); Joaquim Távora (638m); Santo Antonio da Platina (520m); Jacarezinho (435m). Dessa linha divisora vertem as águas, a leste, para o Itararé; a oeste, para o Cinzas.

Neste magnífico teatro de operações os invasores mineiros deram início ao Ciclo do Café no Paraná.

Capítulo 39

SANGRIA CURITIBANA

Como foi ruim ser colônia.

Walfrido Piloto

Os descobrimentos marítimos dos anos mil e quatrocentos e quinhentos, exauriram Portugal. O esforço foi demasiado para tão pouca gente. Com os curitibanos deu-se o mesmo, após as sangrias sofridas no final do século dezoito e começo do dezenove. Os recrutamentos de homens válidos para as guerras do Sul e expedições do Oeste, reduziram a natalidade. Consequentemente, a população ativa. Esse parece o motivo principal da não participação dos curitibanos na ocupação do Norte Pioneiro. Eles já haviam participado nas guerras no Sul, na conquista dos campos de Guarapuava e de Palmas, na abertura do novo caminho das Missões, na fundação de Cruz Alta e Passo Fundo.

§

Antonio Gonçalves e Manoel Garcez eram alegres meninos de Paranaguá e Curitiba. Divertiam-se nas horas de folga pescando lambaris nos rios Taguaré e Ivo. Um dia foram recrutados pelas autoridades portuguesas para integrar o Exército do Sul, na guerra de reconquista da Capitania de São Pedro do Rio Grande... Nunca mais regressa-

ram... Jazem no Cemitério de Porto Alegre.

§

Nos anos de 1773/74 houve a frustrada tentativa do governador de Buenos Aires, D. Vertis e Salcedo, de invadir a província de São Pedro do Rio Grande. Esse acontecimento fez cair em desgraça o Morgado de Matheus. Governador da Capitania de São Paulo, dera mais atenção à fronteira Oeste, que não corria perigo de invasão. Concentrou esforços na construção da Fortaleza de Nossa Senhora do Iguatemi, em Mato Grosso. Em 1775 foi substituído pelo Brigadeiro Lopo e Saldanha, que recebeu a missão de reconquistar as terras sulinas, outra vez invadidas pelos espanhóis, agora sob o comando do General Ceballos, que chegou a apoderar-se da ilha de Santa Catarina. Em 1776, partiram para o Sul o Regimento de Infantaria e seis corpos da Legião de Voluntários Reais, todos de São Paulo, integrados por grande número de “curitibanos”. Num dos seus inúmeros trabalhos comentou David Carneiro: Embora no tempo da Comarca tivessem os curitibanos contribuído grandemente, sempre ficaram ofuscados sob o manto avassalador da Capitania de São Paulo, à qual pertenciam às comarcas de Paranaguá e Curitiba. As unidades paulistas, com efetivo aproximado de dois mil homens, representavam cerca de um terço do Exército do Sul. No final de fevereiro de 1776 essa tropa já se encontrava em Porto Alegre. Permaneceu no Sul até 1778. Afirmou o historiador gaúcho Coronel Cláudio Moreira Bento, com pesado tributo em vidas. Ela expulsou os espanhóis do

Forte Santa Tecla, em 1776, e reconquistou a vila do Rio Grande, em 1777.

§

Não bastassem as guerras no Sul para ceifar vidas curitibanas, outra parcela foi requerida para conquistar a região oeste. Em 1768 partiu a expedição de Lopes Cascais, trinta homens, com a missão de explorar o rio do Registro, hoje Iguaçu. No mesmo ano seguiu a de Estevão Bayão, com 75 homens, a fim de reconhecer o rio Ivaí até a sua foz no rio Paraná e, ainda, as expedições de Francisco Nunes e de Silveira Peixoto, ao todo 105 homens, a primeira para socorrer Bayão, a segundo para prosseguir o reconhecimento do rio do Registro até sua foz no Paraná. No ano de 1770 partiram mais quatro expedições, num total de 126 homens. Bruno Filgueira para continuar a exploração do rio do Registro. José Monteiro na busca de Silveira Peixoto. Cândido Xavier para reconhecer os campos de Guarapuava, por ele descobertos. Francisco Lustoza, incumbido de explorar novo caminho para os campos de Guarapuava. Em 1771, outra vez Lustoza, com a mesma finalidade, e Afonso Botelho, que ocupou os mesmos campos. Finalmente, em 1773, a expedição de Chaves de Almeida, que somada as anteriores perfaz 700 homens, todos curitibanos válidos arrancados de seus afazeres sem qualquer contemplação.

Mas não parou por aí a raspadura nos arraiais curitibanos. A partir de 1809 começou a conquista definitiva dos campos de Guarapuava, com a expedição de Diogo Pinto de Azevedo Portugal,

que não só recorreu ao recrutamento forçado como à requisição de animais. A seguir vieram as campanhas da Cisplatina e de Buenos Aires, que exigiram novos contingentes para integrar o exército do General Labatut. Em 1835 eclodiu a revolução Farrroupilha. Em Rio Negro estacionou o exército do General Xavier Curado, que recrutou os homens válidos, e requisitou alimentos e cavalgaduras... Disse o historiador Romário Martins, que as guerras contra Artigas e Buenos Aires — como as demais e as expedições, acrescentamos — levaram os melhores homens para os corpos de Milicianos, das Ordenanças e dos Voluntariados Reais de Curitiba e Paranaguá, ou para as expedições exploratórias do oeste, sacrifício de que muito se ressentiram as nossas vilas incipientes.

Visitando o arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre, o historiador Coronel Cláudio Moreira Bento anotou, entre outros os seguintes registros de óbitos:

— ANTONIO GONÇALVES, 20 anos, voluntário da Companhia de Recrutas, 09.03.76, natural de Paranaguá;

— ANTONIO DA COSTA, 20 anos, voluntário da Companhia de Anastácio, 10.03.76, natural de Paranaguá;

— FRANCISCO (?), 25 anos, furriel voluntário da Companhia de Anastácio, 15.03.76, natural de Paranaguá;

— MANOEL GARCEZ, soldado da cavalaria, natural de Curitiba, 21.08.76.

Quem se recorda desses nomes ao historiara reconquista do Rio Grande do Sul? Razão tinha o poeta: Quando o pobre morre não nascem estrelas!

Capítulo 40

PARANÁ vs. SÃO PAULO

*O Paraná está para São Paulo
como o Brasil está para os EUA.*

Deixei o doutor Teixeira de Assis. Reencontrei-me com os engenheiros Sartori e Adelino com os quais viajara no dia anterior a partir de Wenceslau Braz. Levaram-me até a margem do magnífico rio Paranapanema, no local onde é transposto pelas pontes ferroviária e rodoviária. Apontando para esta última, construída em concreto armado, o engenheiro Sartori, meu contemporâneo na Faculdade de Engenharia, disse-me:

— ...facilitando — ajuntei — o transporte de nossa produção agrícola para o vizinho estado de São Paulo... e de lá trazendo bens de sua produção industrial... É o retrato da Europa no século dezoito. A Inglaterra, industrializada, pregava o livre cambismo. Queria transformar nos campos fornecedores da matéria prima e transformar-se na fábrica do mundo!

Apontei para a outra margem do rio. Disse-lhes.

— São Paulo está para o Paraná como a

Inglaterra foi para a Europa. Diariamente chegam caminhões e trens carregados de manufaturas: tecidos e ferramentas, bebidas e medicamentos, pneus e adubos, enlatados e plásticos, vergalhões de aço e óleos vegetais, cimento e material elétrico... e até telhas e tijolos, que pagamos com cereais, madeira e café!

— O Paraná está para São Paulo como o Brasil para os Estados Unidos — arriscou o engenheiro Adelino, pontagrossense da gema.

Expliquei.

— No momento o Paraná tem 70% da sua força de trabalho aplicada ao setor primário, taxa equivalente à dos Estados Unidos no recuado ano de 1830!

— E hoje, como estão os Estados Unidos? — indagou o engenheiro Sartori.

— Apenas 15%!

Apontei para o caminhão que acabara de entrar na ponte. Recitei: Vai-se a primeira pomba despertada... Acrescentei: — Com uma diferença. Os caminhões não esperam raiar a fresca e sanguínea madrugada. Rodam dia e noite. Levam nossa matéria prima e alimentos, trazem manufaturas. Não é isso uma dilapidação do nosso patrimônio natural?

— Ou espoliação — em regra... — concluiu Adelino.

Capítulo 41

SEGUNDA ONDA CAFEIEIRA

*“...era-nos impossível o avançar
pelos sertões em fora, levando a
civilização nos limpa trilhos”.*

Euclides da Cunha

Confinado ao trato de terra do Paraná Tradicional, não podiam os curitibanos, após tantas razias que levaram o melhor dos seus homens válidos, aventurar-se em novas expedições exploratórias, desta feita na vertente sul da bacia do rio Paranapanema. Para os paulistas era diferente. Na sua inexorável marcha rumo do sul, o café trouxe riqueza para o oeste do seu território. Mas, cedo reconheceram que a expansão cafeeira não se deteria ali. Avançaria até ser barrada no paralelo de 24 graus, além do qual havia a ameaça das geadas anuais. O exemplo fora dado pelos mineiros que colonizaram o Norte Pioneiro. Agora era avançar. Avançar no sentido do ocidente. Ultrapassar a crista da Serra Geral, limite oriental do planalto de terras roxas. Alcançar a margem direita do famoso rio de diamantes, o Tibagi, de fontes nas bandas dos Campos Gerais. Diferente do que fora o acesso ao planalto interior, que, no dizer de Euclides, atentos aos empecos naturais que dois

passos da costa nos repeliam, foi-nos impossível o avançar pelos sertões em fora, levando a civilização no limpa-trilhos, — diria o saudoso Serafim Machado, meu vaqueano no estudo do traçado da rodovia Curitiba-Joinville, em 1934. E ajuntaria: ‘manso pra mó de nele assentá a estrada!’ Nada mais, portanto, que prolongar os trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana que já alcançavam Ourinhos. Nessa empreitada teve mérito o fazendeiro Major Barbosa Ferraz, coadjuvado por seu filho Leovigildo. A ele associaram-se Wille da Fonseca Brabazon Davids, Gabriel e Antonio Ribeiro dos Santos, Manoel da Silveira Corrêa. Este grupo paulista fundou a Estrada de Ferro Noroeste do Paraná, mais tarde Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná, que nos primeiros anos da década de vinte iniciou a construção do trecho de 29 km entre Ourinhos e Cambará, numa região coberta pela densa mata característica da terra roxa. Mais tarde reconheceu Barbosa Ferraz ser a empreitada demasiadamente grande para tão pequeno grupo. Convidou para dela participar, Lord Lovat, que se encontrava em São Paulo integrando a Missão Econômica Inglesa chefiada por Lord Montagu. Em Cambará Lovat deslumbrou-se ao ver a fazenda plantada com um milhão de pés de café. Foi o imã que atraiu os capitais ingleses.

§

Assim começou a segunda onda cafeeira, desta feita comandada por pioneiros paulistas, dentre os quais, é de justiça salientar a figura de Barbosa Ferraz.

Essa porção de terra paranaense, que achamos por bem denominar Norte Pioneiro II, tem o formato de um triângulo retângulo, tendo os catetos sobre os cursos dos rios Tibagi e Paranapanema, a hipotenusa na crista da Serra Geral. Nela foram implantados sete núcleos populacionais importantes. Cambará começou em 1904, quando Alexandre Dutra e Francisco Matheus ali se estabeleceram na margem do rio Alambari. Foi elevada a município em 1923. Andirá data de 1927. Teve origem na estação ferroviária de Ingá, nas terras de Bráulio Barbosa Ferraz. Até 1920 o local onde hoje se situa Bandeirantes era sertão bruto, pouso de índios caingangues. Esta importante cidade data de 1930, quando foi inaugurada a estação ferroviária. Santa Mariana é mais nova. Nasceu em 1934, mas em 1947 foi elevada a município. Cornélio Procópio é obra do coronel Cornélio Procópio, vindo de Ribeirão Preto. Em 1924 ele iniciou o loteamento da gleba que possuía na região. Uraí é fruto da imigração japonesa, que ali fundou a cidade em 1936. Finalmente Jataizinho, antiga Colônia Militar de Jataí, fundada no Império, ao se fazer a exploração do rio Tibagi no sentido do sul para o norte.

§

Situados ao ocidente da escarpa da Serra Geral, os solos da região resultaram da decomposição do derrame de Trapp-Paraná — diabásios, meláfiros etc. — com arenitos sólidos intertrapp, origem da terra roxa. A topografia é mansa. Melo Peixoto, 367m; Cambará, 448m; Andirá, 479m;

Bandeirantes, 392m; Santa Mariana, 484m; Cornélio Procópio, 652m, Uraí, 400m; Jataizinho, 346m. As terras, fartamente irrigadas pelo rio Cinzas, Laranjinhas, Congonhas, Tibagi e seus afluentes, antes cobertas pela mata pluvial-tropical, hoje pelos cafezais e canaviais. Recebem precipitação anual entre 1600 e 1800mm, sendo o clima, segundo R. Maack, do tipo chuvoso, temperado.

§

Na opinião do geógrafo Ary França o povoamento da região do Norte Pioneiro II, deve-se a um desenvolvimento natural de expansão. Realmente, após a ocupação do Norte Pioneiro I pelos mineiros, os fazendeiros paulistas, apoiando-se na estação ferroviária de Ourinhos, inaugurada em 1908, então ainda boca do sertão, avançavam para o ocidente, levando a civilização limpa trilhos das locomotivas da ferrovia São Paulo-Paraná.

Capítulo 42

CORNÉLIO PROCÓPIO

A terra roxa é uma dádiva de Deus.

Semelhante a Jacarezinho, Cornélio Procópio tornou-se pólo. Atrai populações vizinhas. Sofrem sua influência moradores de Sertaneja, Leopoldina, Santa Mariana, Ural, Amoreira, Nova Fátima, Abatiá, Congonhinhas e outras.

Assente no cimo de elevada colina caracteriza-se a cidade pelo perfil ondulado de suas principais ruas. Embora o belo aspecto que oferece aos visitantes, não dispõe do mesmo conforto de Jacarezinho, quanto a hotéis, escolas, hospitais, culto religioso.

Cheguei às dez da manhã. Domingo esplendoroso. Sol de verão. Então mudei de guarda. Despediram-se os engenheiros que me acompanhavam desde Wenceslau Braz, substituídos pelo engenheiro Cássio Macedo, chefe do Distrito Rodoviário de Londrina. A cidade parecia em dia festivo. Ao contrário das do sul, que se esvaziam aos sábados e domingos, Cornélio Procópio tinha todo seu comércio funcionando. Era o único dia de folga dos trabalhadores da lavoura, que o aproveitavam para fazer as compras. Moçoilas, bem arrumadi-

nhas, faziam footing domingueiro, após a missa das dez. Bares e cafés repletos. Os trabalhadores da lavoura vestiam roupas de brim, calçam botinões de couro cru, chapéus de palha de abas largas. Fumam compridos cigarro de palhinha. O povão amontoa-se defronte das vitrines. Nas calçadas espertos camelôs vendem pedras de isqueiro, vistosos lenços, cheirosas brilhantinas, distintivos com imagens de Getúlio, Adhemar de Barros, São Jorge e São Sebastião. Também há pregadores, broches, colares, brincos, de falsos rubis, que atraem a curiosidade dos mais jovens. Sobretudo as raparigas. Passam a semana na lavoura de café ou de cana. Agora vestem saias e blusas de colorido berrante, meias de algodão, laço de fita nos cabelos, sapatos de solado grosso. Quedam-se defronte dos mostruários de bugigangas. Examinam peça por peça, indecisas na escolha. Comparam o prazer de possuir o adorno com a pena de desfazer-se dos minguados cruzeiros ganhos no árduo trabalho da lavoura. Ali se postavam, frente a frente, os dados do problema fundamental da economia, a Troca. Da economia pura, matemática, de Walras, de Pareto, de Stanley Jevons, imparcial sem preocupação de receitas ou prescrições de felicidade e bem-estar. Trocando cochichos, fazendo render o ato da troca, sem saber, materializavam a condicional das transformações deduzidas à luz do princípio hedônico, medindo até quanto compensaria trocar berloques por cruzeiros. Algumas, finalmente, decidiam-se pela troca. Então, após abrir a bolsinha de oleado, desfaziam-se de seus

minguados níqueis ganhos de sol a sol no cabo da enxada durante a semana que findara. Outras passavam a diante indiferentes. Preferiam sorvetes de creme a abacaxi ou voltas no carrossel montado na praça. Assim, inexoravelmente, o salário ganho com o suor do rosto era transferido para o bolso dos intermediários... como acontecia em todo mundo civilizado capitalista.

§

Levado por Pedro Mariucci, prestigioso político local, visitei o sítio de José Massamboni, nos arredores da cidade. Massamboni, que acabara de regressar da caçada, recebeu-nos prazerosamente na sede da sua fazenda, confortável casa de madeira, cercada de habitações destinadas aos colonos. Italianão paulista, estatura encorpada, vestia camisa de brim com lenço colorido atado em torno do pescoço. A meu pedido contou-me a sua odisseia.

— No ano em que aqui cheguei meu trabalho limitou-se ao desbravamento da mata e ao preparo da terra para a lavoura. No seguinte plantei quatro mil mudas de café, que não vingaram. No mesmo ano fiz nova plantação, desta vez seis mil pés. Em 1942 já eram doze mil, entre 5 e 6 anos de plantio. Então inclemente geada tudo destruiu. Perdi a colheita. Mas a seguir o café tornou a brotar. Resolvi plantar mais. Após 8 anos de lutas e sacrifícios consegui colher 700 sacas em coco que vendi a 4 mil réis cada uma. Assim estava vencida a primeira etapa, a mais difícil. Porém, para me acautelar, resolvi também plantar cereais. O

resultado foi muito bom. Não só serviu para o uso doméstico, como, vendido sustentava as despesas com a lavoura do café...

— Hoje o Massamboni é um homem enriquecido... — brincou Mariucci. José não negou.

— Rico... ainda não, mas arranjado, sim! Minha fazenda tem 16 mil pés de café que produzem por ano 2.500 sacas em coco. O corrente ano, todos sabem, é de baixa colheita, como acontece um ano sim outro não. Mas no próximo, espero colher 4 mil sacas em coco, que considero uma vitória, a terra roxa é uma dádiva de Deus...

Vinda do interior da casa, a esposa de Massamboni serviu-nos café recém passado, em canecões de louça esmaltada. Confesso. Nunca na minha vida havia provado café tão gostoso. Comigo pensei: café de uso caseiro, como o vinho dos italianos de Santa Felicidade...

A caminho da cidade, contou-me Pedro Mariucci.

— Lá por 1923 viveu no sertão brabo aqui do Norte um tal de João Alves, que ficou famoso por não temer a indiarada. Criava porcos que levava por ínvios carreiros aos postos mais próximos de comércio. A fama de João Alves correu mundo. Chegou aos ouvidos do Barbosa Ferraz, de Cambará. Dele diziam: destemido, honesto e homem de topar qualquer parada. Os Barbosa Ferraz o procuraram. Propuseram dar-lhe 50 alqueires de terra na região de Congonhas para que lá fosse morar. João aceitou a proposta. Já havia sido en-

ganado uma vez, mas sabia que agora lidava com gente séria, de palavra. Em 1927 foi com um dos Barbosa Ferraz para ver as terras. Gostou. Vendeu a propriedade que possuía. Rumou para o sertão com a família. E foi assim que o bravo João Alves se tornou o primeiro morador desta região mais tarde conhecida por Capital do Café. Depois do João, chegou o Jacinto Baiano. Tornou-se seu compadre. Mas os tempos eram brabos. O comércio mais próximo era o de Cambará.

Capítulo 43

O PAU-DE-ARARA

Este rio é permanente?

Ao deixarmos a cidade, às quatro da tarde, já o céu escuro ameaçava novas chuvas. O novo acompanhante, engenheiro Cássio Macedo, apontou para três caminhões carregados de gente. Estavam parados ao lado da estrada. Advertiu-me: — É a invasão dos paus de arara. Chegam diariamente aos montões, como gado...

Mandei o carro parar. Aproximei-me. Passageiros e veículos com a cor da terra roxa. Mulheres raquíticas amamentavam recém-nascidos. Homens de estatura baixa, atarracados, branquicéfalos, faces mongólicas... mas entes humanos que fugiam do Nordeste em busca da Terra da Promissão... o novo Paraná. Cearenses, pernambucanos, rio-grandenses do norte, baianos e até mineiros, viajavam amontoados nos caminhões, abrigados de baixo de um toldo de lona sustentado por paus no sentido longitudinal, daí o apelido: pau-de-arara. Era gente que passara noites e noites em claro, alimentada a rapadura e farinha de mandioca, que se destinava às fazendas que estavam sendo abertas em Paranaíba, Campo Mourão, Cruzeiro

do Oeste, Querência do Norte, Santa Izabel do Ivaí, Monte Castelo, Cianorte e outras regiões do Norte Novíssimo. Aquele povão de aspecto doentio, portador de germes de doenças endêmicas, de perigosas parasitoses, invadia diariamente a região do Norte do Paraná, por ferrovia ou rodovia, criando problemas angustiantes para os municípios que mal acabavam de nascer. Dentre os principais, pela sua influência na saúde da população já estabelecida, o da contaminação maciça e metódica, uma vez que, não existia aparelhamento sanitário para proceder ao exame individual. Sendo assim o Norte do Paraná era diariamente invadido pelas moléstias venéreas, eruptivas, bacilares, e também pela tuberculose, lepra e tracoma. A tudo isso o Governo Federal fechava os olhos, se bem que a experiência realizada em São Paulo demonstrava a capacidade de reação dessa gente quando submetida a tratamento eficaz, tão fácil nesta área dos antibióticos, mas evidentemente onerosa numa região de imigração maciça e indisciplinada como acontecia no Norte do Paraná. Enquanto os brasileiros assim penavam, sem que suas penas sequer tivessem sido pressentidas pelo presidente Vargas, o pai dos pobres, — mulheres grávidas, velhas e velhos, crianças imaturas, vestidas com trapos, olhos tristes, talvez já com saudades das caatingas nordestinas. Lá na ilha das Flores, na suntuosa baía da Guanabara, lugar aprazível e convidativo, imigrantes estrangeiros eram recebidos com carinho e instalados confortavelmente até arranjam emprego compensador. E tudo isso

acontecia num país eminentemente cristão — pensei comigo — abençoado por Deus, como diz a música popular...

Capítulo 44

NO PORTAL DO NORTE NOVO

O rio Tibagi é o São Francisco do Paraná.

Nuvens baixas, escuras, peçadas de água, começaram a fechar o horizonte. O engenheiro Cássio aconselhou irmos de avião. Em menos de uma hora estaríamos no aeroporto de Londrina. Com chuva, pela rodovia, só chegaríamos alta madrugada, além de obrigados a assistir ao triste espetáculo de centenas de caminhões atolados na pista ou nas sarjetas laterais. Se algum motorista soubesse estar presente o diretor do DER, por certo o esganaria, tal o mau conceito que o povão do Norte, em geral, tinha dos mandões de Curitiba...

O Cesna avançou para a cabeceira da pista. Tomou posição. Acelerou o motor. Disparou na pista. Alçou vôo com a facilidade de uma gaiivota. Voando baixo, permitiu-me apreciar a paisagem. Sempre a mesma. Café, café e mais café. Nas baixadas, por temor das geadas, forragens ou restos da mata original. Nos intervalos das fileiras formadas pelos pés de café, na ânsia de aproveitar a fertilidade da terra roxa, milho e feijão. Do alto seguiu o traço das duas estradas, projetadas no solo ondulado, a de ferro e a de rodagem, porfiando vencer

o vale do rio Congonhas cujas águas pairam a 250 metros abaixo do nível das ruas de Cornélio Procópio. O rio, de regular tamanho, largura entre 20 e 30 metros, tem as cabeceiras nas proximidades de Congonhas, borda da escarpa da Serra Geral. As águas correm para o norte. Juntam-se às do Tibagi, pouco antes deste desaguar no Paranapanema. Ultrapassado o Congonhas, avistei Uraí, à margem da ferrovia, cidade de exclusiva colonização japonesa. Ao topar com a Serra Morena, espigão que divide as águas dos rios Congonhas e Tibagi, até a confluência de ambos, as estradas se distanciam. A rodovia preferiu desbordá-lo pelo sul, a ferrovia encontrou passagem ao norte. A seguir descobri o casario de Leópolis, Sertaneja, Maiporã, as duas primeiras, sedes municipais; a terceira, exemplar fazenda modelo ligada à cidade de Assis, São Paulo, por excelente estrada que transpõe o rio Paranapanema em Porto Giovani, onde já existe ponte de concreto. Voltando os olhos para o noroeste, pude ver, na outra margem do Tibagi, Sertanópolis, um dos mais antigos centros cafeeiros do estado. Ao sul, Assaí, outro povoado de imigração japonesa. Então, plantada à margem do rio, descobri Jataizinho, antiga colônia militar visitada pelo meu avô Monteiro Tourinho, em 1885, em missão fiscalizadora; mais tarde, posto de proteção aos índios, agora sede de município com 25 mil habitantes...

Não obstante a beleza dos cafezais, do verde claro das pastagens, do risco roxo da rodovia acompanhando as ondulações do terreno, ou ain-

da distraído na geométrica simetria das plantações de café, demorei-me na apreciação do Tibagi, rio que tantas vezes eu atravessara entre Palmeira, Ponta Grossa e Imbituva, nos Campos Gerais. Com fontes assentes na borda ocidental da chamada Serrinha do São Luís do Purunã, o Tibagi, — concordei comigo — era para o Paraná como o São Francisco fora para o Brasil, traço de união entre o Sul tradicional, de imigração estrangeira, e o Norte paulista e mineiro, e também nordestino. Com extensão aproximada de 400 km, pertence exclusivamente ao Paraná, como seus irmãos Ivaí e Piquiri. Irriga solos devonianos, permianos e triássicos. Nascido no segundo planalto recebe afluentes do primeiro depois sururuca no terceiro através de largo boqueirão na Serra Geral, nas proximidades de São Jerônimo da Serra. Famoso por seus diamantes, algumas vezes sereno, outras revoltado, tropeça em diques de diabásio que se lhe opõem ao curso. Sua bacia irriga as terras de Palmeira e Ponta Grossa, de Teixeira Soares, Ipiranga, Tibagi, Ortigueira, Curiúva, São Jerônimo da Serra, Londrina, Assaí, Jataizinho, Ibiporã, Sertanópolis, Uraí, Sertaneja e Primeiro de Maio. Através de campos, das matas, das lavouras, vai sendo engrossado pelas águas dos rios Caniú, Pitangui, Capivari, Iapó, Imbaú, Apucarantina, Apucarana e finalmente do Congonhas. Em Jataizinho tem 300 metros de largura, quando é vencido pelas pontes da rodovia e ferrovia. Constitui o limite natural entre o Norte Velho, desbravado por pioneiros, e o Norte Novo, das companhias colonizadoras...

Capítulo 45

LONDRINA

— Londrina é um lamentável erro de planejamento urbano — assim comecei a conversa com o fazendeiro Justino Villela, que me fora especialmente recomendado pelo coronel Paula Soares.

Estávamos no terraço do Hotel São Jorge, trinta metros acima do nível da praça fronteira, único a oferecer hospedagem confortável na jovem cidade. Graças ao horário de verão o sol ainda ia alto. Na banda do rio Paraná o aguaceiro que desabara sobre a cidade agora estava entre Apucarana e Maringá. Sem qualquer empeco topográfico a barrar a visão, a curva do horizonte distanciava-se em todas as direções da rosa-dos-ventos. Apontando para os arranha-céus que começavam a despontar no centro da cidade, Justino Villela, que na ocasião representava o Paraná na Junta Administrativa do IBC, me pareceu não ter concordado com a minha afirmativa. Mas foi lacônico.

— Que razões, major, o levam a pensar assim?

Por alguns instantes permaneci imóvel. Observei os movimentos dos veículos que circulavam na avenida Paraná. A seguir expus meu ponto de

vista.

— Oriundos de regiões que já alcançara satisfatório nível de desenvolvimento industrial, digamos melhor, de um país estável, com pouca coisa mais por fazer, os ingleses não acreditavam em novos horizontes. Sua mentalidade era estritamente ferroviária. A entrada em cena, no começo do século, dos veículos de motores de combustão interna, não os abalou. Não perceberam que a locomotiva, escrava dos trilhos, não gozava da mesma flexibilidade de rota dos veículos autônomos, que transportam as cargas da fonte de produção aos locais de consumo...

— E que tem isso a ver com o traçado da cidade? — retrucou.

Fui incisivo.

— Muito, seu Justino... muito! — exclamei. E tratei de explicar: — Os ingleses projetaram Londrina usando o clássico reticulado greco-romano. As ruas cruzam-se em ângulo reto. São muito estreitas, o que dificulta o tráfego dos veículos autônomos, que já não são poucos nesta cidade, densidade engrossada com a passagem obrigatória dos pesados caminhões que demandam o oeste, e por falta da via de contorno são obrigados a cruzar o centro. E concluí:

— Se hoje a situação já é angustiante, imagine o que será dentro de trinta anos?

Justino hesitou um momento. Depois, compreendendo que minha argumentação era bastante convincente, preferiu transferir a conversa para

a história da fundação da cidade. Então me contou.

— Realmente, major, esta cidade foi projetada há vinte anos pelos cidadãos britânicos Arthur Thomas e Willie Davids, que sempre se mostraram orgulhosos do trabalho realizado. A cidade é tão inglesa, tão inglesa, que ganhou um Piccadilly Circus, imitação do de Londres. Na ocasião, 1930, isso aqui era habitado por índios. Ninguém podia prever que em vinte anos já teria arranha-céus!

— Em parte concordo — retruquei, mas não deixo de afirmar tratar-se de imprevisão urbanística, embora, na ocasião, ninguém adivinhasse o surto rodoviário que tomou conta do país, sobretudo no sul...

Começava a escurecer. Descemos para o jantar. A convite de Justino esperava-nos o mineiro José Hosken de Novais, um dos líderes da UDN local, notável advogado, sem dúvida o mais conceituado da região. Apontando para a maionese de camarão, Justino manifestou seu orgulho.

— Bom ou mau o traçado da cidade, aqui aconteceu um milagre. Há vinte anos só se comia palmito. Hoje podemos saborear camarão fresco pescado no litoral paulista... igual ao dos restaurantes da avenida Ipiranga...

— Só vinte anos?

— Só vinte anos, — confirmou. Tudo começou em 1929, mês de agosto, quando um punhado de homens, contratados pela Companhia de Terras Norte do Paraná, depois de pernoitar na maletosa Jataí, transpôs o rio Tibagi e avançou mais

22 quilômetros para alcançar o limite das terras adquiridas pela mesma Companhia. A tralha foi transportada no lombo de burros...

— Quantos serviços o Brasil deve aos burros! — exclamei.

Justino gostou da tirada. Mas nada comentou. Prosseguiu.

— Foi assim que chegaram ao Patrimônio Três Bocas. Imediatamente um grupo de carpinteiros portugueses, serrando madeira a mão, deu início à construção do primeiro hotel de pouso e do armazém da Companhia. Só em 1930 a estrada vicinal que terminava em Jataí alcançou o Patrimônio. Mas a primeira caravana de compradores de terras já havia chegado em 1929, transportada em jardineiras...

— Paulistas ou mineiros?

— Nem paulistas, nem mineiros. Oito japoneses trazidos pelo agenciador de terras Hikomo Udihara. Em 1930 foi construída a primeira casa de madeira, pertencente a Alberto Koch. A segunda, do David Dequeche, que ainda reside em Londrina... faz parte da sua história...

— Japoneses, alemães, sírios...

Justino concordou.

— Os pioneiros pertenciam às mais diversas nacionalidades. Schneider, Newberry, Rosemberg, Otranto, Baggio, Taran, Revenski, Davids, Rausguleeff, Dequeche... verdadeira liga das nações...

— E a ponta dos trilhos?

— O primeiro trem chegou em 1934. Foi re-

cebido festivamente. A seguir veio a linha telefônica. O município foi criado em 3 de dezembro de 1934, data oficial do nascimento da cidade, embora, na verdade, tenha nascido em 21 de agosto de 1929, quando o engenheiro Alexandre Rasgulaeff fincou o primeiro marco e começou a venda das terras...

Concluiu orgulhoso.

— Em 1930 o Patrimônio de Três Bocas não passava de um acampamento de pioneiros aberto na floresta virgem que cobria toda vastidão da terra roxa. Em 1933 já eram 396 as casas construídas...

Capítulo 46

A TERCEIRA ONDA

*O Brasil para ter posição sem rival
precisa apenas de bom governo.*

Lord Montagu

Noite de verão. Calor de abafar. Não podia ser diferente. Londrina paira a 600 metros de altitude e alguns minutos ao norte do Trópico de Capricórnio. Maack definiu-lhe o clima: cfa (classificação climática indicativa de clima subtropical com verão quente), reinante em toda zona tropical marginal do território paranaense. Sem poder conciliar o sono, debrucei-me na janela em busca de ar puro. Embora noite alta lá em baixo não cessara o movimento de caminhões. Pareciam formigas carregadeiras na faina de abastecer. Na verdade, era a 4ª onda, em andamento, agora para ocupar o que restava do Norte do Paraná, entre os rios Pirapó e Paraná. Mais colonos vindos de todo o país chegavam atraídos pela feracidade das terras, sonhando com nova vida mais desafogada. Então voltei a pensar o que acontecera com a 3ª onda que ocupou o espaço, então vazio de gente civilizada, entre os rios Tibagi e Pirapó, sem dúvida mais volumosa e mais importante que as precedentes. Que razões a teriam provocado?

Recordei os anos finais da década de vinte. O pânico causado pela quebra da Bolsa de Nova Iorque. Nosso café, milhões e milhões de sacas, armazenado em Santos ou nas regiões produtoras, sem qualquer esperança de exportá-lo. Então começou o êxodo na zona rural, paulista e mineira. Os colonos procuraram o Norte do Paraná, terra da Promissão. No primeiro ano da década seguinte estourou a revolução que levou Getúlio Vargas ao poder. São Paulo, que com Minas Gerais dominava a política nacional, foi posto em segundo plano. Esta perda do prestígio político e do comando da economia fez com que muitos paulistas se evadissem para o Paraná. Mas a causa mais importante, a causa determinante, sem dúvida foi à visita de Lord Lovat à fazenda de Bráulio Ferraz, em Cambará.

Nossa péssima situação financeira vinha de longe. Do império, que nasceu e morreu afogado em dívidas. Um empréstimo para pagar outro. Agravou-se na administração do presidente Epitácio Pessoa. Este paraibano desperdiçou recursos obtidos através de empréstimos externos em duas obras fracassadas: combate às secas e construção do impossível porto da Paraíba, hoje João Pessoa. Não satisfeito, esbanjou dinheiro nas festas do centenário da nossa independência e na visita do rei Alberto da Bélgica. Ao assumir o governo, em 1922, além da calamitosa situação do Tesouro Nacional, o presidente Arthur Bernardes teve de enfrentar a rebelião de 5 de julho de 1924, em São Paulo — rebelião do general Izidoro Dias

Lopes — e sua consequência, a Coluna Prestes, que o afligiu até o fim do mandato. Esses acontecimentos levaram o país ao descabro. Em 1928, somando ao funding loan de 1898, os empréstimos com ou sem garantias especiais realizados àque-la data, nossa dívida externa era a seguinte: 160 milhões de libras de ouro, 370 milhões de dólares, 230 milhões de francos ouro, 500 milhões de francos papel, 7 milhões de florins; que somados perfaziam 1,5 bilhões de dólares — cerca de 18 milhões de contos de réis — quando a receita da União alcançava apenas 2,2 milhões!

Em 1924 chegou ao Brasil a missão econômico-financeira inglesa chefiada por Lord Montagu. Para alguns historiadores, a convite do Governo. Para outros, por instigação ou imposição da Casa Bancária Rothschild, nossa maior credora. Dessa missão fazia parte Lord Lovat, diretor da Sudan Cotton Plantations Syndicate. Aproveitando a oportunidade, o fazendeiro Barboza Ferraz convidou Lord Lovat para visitar sua fazenda em Cambará. Seu interesse era ver se conseguia transferir o domínio da ferrovia Ourinhos-Cambará para os ingleses, pois vinha encontrando dificuldades em sua conclusão. Nesta época a ferrovia, já denominada Estrada de Ferro Noroeste do Paraná, tinha concessão para levar os trilhos até Guairá, frustrando o projeto da Antonina-Antofagasta, sonho dos nossos engenheiros do tempo de Província. Mas a ideia inicial do Lord inglês era outra. Viera com a intenção de desenvolver entre nós a cultura algodoeira para abastecer a indústria têxtil do seu

país. Mas assombrou-se em deparar com 6 milhões de cafeeiros plantados na fazenda de Cambará. Nunca havia visto coisa igual. Tão impressionado ficou que quis adquiri-la por 15 mil contos de réis, proposta não aceita por Bráulio Ferraz. Na ocasião foi informado do lucro que poderia proporcionar a colonização racional da terra roxa, levada com apoio da ferrovia. Habitado em seu país a lucros de 5% ao ano, espantou-se ao saber que em Jacarezinho meio quarteirão de terra vendido por 50 mil réis passara a valer 50 contos, só com a notícia da chegada da ferrovia. Regressando a Londres, para cá despachou o senhor Arthur Thomas com expressa recomendação de procurar em São Paulo o advogado João Sampaio. Ao mesmo tempo fundou a Brazil Plantations Syndicate, com capital de 200 mil libras esterlinas, bem como a subsidiária brasileira, Companhia de Terras Norte do Paraná, com capital de mil contos de réis, em 1925. Daí por diante negociou com o governo do Paraná, presidido pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha, através do advogado paranaense Dr. João de Oliveira Franco, a aquisição de 515 mil alqueires paulistas — o equivalente a 12.453 km² ou 6% da superfície do Estado, pela quantia de 8.712 contos de réis, ou 20 mil réis o alqueire!

O relógio da Matriz de Londrina bateu as doze badaladas da meia noite. Resolvi descansar... mas, antes concluí ter sido a Missão Montagu, indiretamente, a responsável imediata pelo desencadeamento da 3ª onda colonizadora do Norte do Paraná.

Capítulo 47

OCUPAÇÃO PROGRAMADA

É o mais convincente modelo de ocupação do solo agrícola já realizado no Brasil.

Passava do meio-dia. No Caloni, já encontrei o Justino Villela. O salão de refeições fazia jus ao progresso da cidade. Amplo, moderno, enviaçado, mas sem luxo. O cardápio nada devia aos restaurantes de São Paulo e Rio de Janeiro. Justino limitou-se ao prato de frios. Prefери camarão. Sussurrou-me Caloni, recenziño chegado de Santos via aérea. Embora todas as janelas abertas, ventiladores em pleno funcionamento, o calor continuava de abafar. Justino consolou-me: — Resigne-se, estamos a cavaleiro do trópico!

Pela manhã eu visitara as instalações da Residência Rodoviária. Depois percorrera a estrada Londrina-Cambé, cerca de 10 km. Que lástima! Centenas de caminhões atolados na pista de rolamento ou tombados na sarjeta. A muito custo nosso jeep, pneus acorrentados, conseguiu voltar. O engenheiro Cássio informou-me ser a densidade de tráfego da ordem de 4 mil veículos/dia, igual à da Via Dutra, entre São Paulo e Rio de Janeiro. A revolta era tamanha entre a população local que já se falava em separação. Ao norte do paralelo de 24

graus ficaria o Estado do Paranapanema. Nas estiagens os veículos eram obrigados a trafegar com os faróis acesos, para evitar trombadas. Inacreditável, pensei comigo, que os governadores Manoel Ribas e Moisés Lupion não tivessem sequer tentado remediar aquela situação de desespero em que vivia a população da região. Afastando-se da nossa mesa nas pontas dos pés, Caloni deu margem a que Justino começasse a falar.

— Gostou de Londrina? – perguntou-me com certa dose de orgulho. Fui delicado, embora não me agradasse o aspecto das casas com as fachadas tintas de roxo pela poeira levantada nas estiagens, tampouco o calçamento de paralelepípedo diretamente sobre o solo natural, a exumar lama pelos intervalos, que lembrava União da Vitória, com a diferença da coloração, lá negra, aqui vermelha.

— Gostei muito... Custa acreditar que vinte anos atrás isto aqui era domínio dos índios.

Justino gostou. Paulista de nascimento, nordeste paranaense de coração. Então desandou a falar.

— À medida que os trilhos da ferrovia avançavam sertão adentro, o povão ganhou confiança. Para trás ficaram Jacarezinho, Cambará, Bandeirantes, Cornélio Procópio, deixando, porém, grandes vazios, sobretudo ao sul, talvez por receio de afastar-se da ferrovia...

— Mas ocorreu outro movimento, vindo do norte, que transpôs o Paranapanema...

— Certo. Enquanto acontecia a ocupação

desta área, já começara a povoação da região a oeste do Tibagi. Pioneiros atravessaram o Paranapanema. Posicionaram-se onde hoje estão as cidades de Primeiro de Maio e Sertanópolis. Tratava-se de uma gleba de 50.000 hectares cedida pelo governo do Paraná. Sua ocupação começou em 1923. Foi de grande importância porque abriu outra fonte de colonização independente da que entrara por Ourinhos...

— ...embora as cidades de Primeiro de Maio e Sertanópolis não acompanhassem o progresso de Cornélio Procópio e Londrina...

— Concordo. Mas vejamos o que nos interessa no momento. A colonização intensiva da porção da área total adquirida pela Companhia de Terras Norte do Paraná, compreendida entre os rios Tibagi e Pirapó, começou em 1929, com a implantação de Londrina, destinada a ser o centro econômico da região. Sem dúvida é um dos mais convincentes modelos de ocupação racional do solo agrícola já tentado no Brasil. A Companhia de Terras Norte do Paraná adotou critérios rígidos, dos quais procurou não se afastar. As cidades destinadas a se tornarem futuros núcleos seriam plantadas de 100 a 100 quilômetros. Entre elas, distanciadas de 10 a 15 quilômetros, os patrimônios, que também se fizeram cidades, com funções de centros de comércio e abastecimento. Quer nas cidades como nos patrimônios, a área considerada urbana foi dividida em datas residenciais e comerciais. Ao redor da área urbana ficavam os cinturões verdes, faixa dividida em chácaras des-

tinadas a abastecer os núcleos populacionais com aves, ovos, carne, frutas, hortaliças e legumes. A área propriamente rural seria servida com estradas vicinais, de preferência montadas sobre os espigões divisores secundários das águas, de maneira a permitir a repartição da terra em lotes de 10, 15 e 20 alqueires, frente para as vicinais, fundos para os ribeirões...Interrompi.

— As três necessidades vitais que atribulam o homem desde que surgiu na face da Terra: abrigo, água, caminho...

Justino gostou da observação. Prosseguiu.

— Na parte alta, seria desenvolvida a atividade agrícola básica, no caso do café, na ordem de 1.500 pés por alqueire. Na parte baixa ficavam não só a casa, mas também a horta, o pomar, o estábulo, o galinheiro, a pocilga... e água, do ribeirão ou de poços. As casas dos lotes contíguos foram construídas à beira dos ribeirões, formando comunidades. Isso não só evitou o isolamento das famílias, mas, sobretudo, propiciou o trabalho de mutirão, útil na colheita do café, que exige mão-de-obra temporária. O trabalho de mutirão, sendo gratuito, resulta em lucro líquido da atividade principal da propriedade rural. O lucro marginal adviria da exploração do resto da terra no intervalo que o café amadurece, plantando feijão, milho, criando aves, porcos, gado leiteiro, em parte consumido pelos moradores da granja, outra parte comercializada. Finalmente, colhida a safra, o proprietário leva-a ao patrimônio, onde o café é beneficiado pelo pequeno maquinista, que o comercializa nos

centros maiores. Esta atividade movimentava o comércio de bens de consumo nos patrimônios...Voltei a intervir.

— Esse mecanismo lembra o circuito econômico do doutor Quesnay, fundador da Escola Fisiocrata...

— Concordo.

— Na teoria me parece perfeito. Nem latifúndios, nem minifúndios, as duas pragas que assolam nosso país. Mas o pessoal, a mão-de-obra sem a qual não produção? Bebericando o café, Justino foi incisivo.

A melhor do mundo. Gente habituada, vinda das lavouras de São Paulo, com larga experiência. Muitos são filhos e netos dos italianos que chegaram ao Brasil no século passado... gente acostumada ao cabo da enxada...

— ...verdadeira ocupação programada do solo, até então não adotada no nosso país! — concluí.

Capítulo 48

PAISAGEM ANTIGA

*O Prata é uma ilusão geográfica que
a pouco e pouco se apaga...*
Euclides da Cunha

O engenheiro Cássio me esperava na porta do hotel São Jorge. Havíamos programado visitar o trecho de estrada Londrina e Jataizinho. O sol reaparecera, brilhante. Espargia calor. Mas julgamos conveniente aguardar a estrada enxugar. O solo, bastante poroso, em menos de uma hora estaria levantando poeira. Então convidei-o a subir ao terraço. Desejava rever a paisagem dos cafezais molhados pela chuva.

O temporal de verão ia longe. Pelas bandas de Arapongas e Apucarana. Chuva espessa, gênero de grossos pingos d'água. Encharcava a vegetação. A intervalos faíscas despregavam-se das nuvens. Eu contava os segundos. Avaliava as distâncias. Então ouvia o ribombar do trovão, como se rolassem tonéis sobre a superfície da terra. Bem lavada, limpa da poeira roxa, a vegetação ganhou coloração verde-escuro, enquanto a folhagem refletia os raios do sol que ousavam vencer as pesadas nuvens pejudadas d'água. Comigo pensei. Aquelas torrentes, carregadas de húmus, iam ferti-

lizar gratuitamente os solos da planície platina.

Deslumbrado diante da paisagem, para mim inédita, deixei-me ficar no terraço. Considerei que os aguaceiros de verão, não só refrescavam o ambiente, mas também serviam de excelente sedativo para aquele populacho que não parava de circular nas ruas, não sabia quem fora Descartes, muito menos Kant, só raciocinava em termos da próxima safra de café, do preço de sua libra-peso comercializado na Bolsa de Nova Iorque, nos papagaios a trinta, sessenta e noventa dias, ou no feliz encontro com alguns jacus que se interessassem adquirir terras de glebas imaginárias, lá pelas bandas de Querência do Norte ou Nova Londrina. Então, voltei ao real. Dirigi-me ao engenheiro Cássio para falar do irreal.

— Do alto deste edifício se avista grande parte do planalto de terras roxas. A paisagem não podia ser mais encantadora. Os cafezais, simetricamente dispostos, lembram os quadrados da infantaria napoleônica na batalha de Waterloo, resistindo ao impacto das cargas de cavalaria do general prussiano Blücher. E ajuntei: — Há, em toda essa paisagem, uma segurança difícil de acreditar...

— Por quê? — quis saber o engenheiro Cássio.

Expliquei.

— Simples. Em recuado tempo geológico, tudo isso aqui já foi mar ou deserto...

O engenheiro Cássio, homem prático, apro-

ximou-se do parapeito a ver se o tráfego já começara na estrada para Ibiporã.

Prossegui.

— A história geológica do planeta ensina. À milhões de anos existiu o mar que banhava dois blocos emersos de rochas arqueanas: Bóreo-Brasília e Astro-Brasília. No território paranaense, dos 200 mil km², só dez mil são constituídos de rochas antigas, arqueanas e algonqueanas, que ainda afloram à superfície. O restante da área territorial é de terrenos sedimentares de origem continental, a exemplo do jurássico, do triássico, do permiano, ou de origem marinha, o devoniano e parte do permiano, o que significa ter permanecido durante largo tempo acima do nível das águas marinhas. O arenito das Furnas, de fácies marinho, comprova a existência de um mar muito raso que ia ao encontro das formações arqueanas de leste. Depois este mar resolveu passear. Regrediu, permitindo o depósito dos sedimentos glaciais. Não demorou — relativamente — a transgredir, na última fase da glaciação. Finalmente tornou a regredir, permitindo o desenvolvimento da flora que originou o nosso carvão mineral. Os hiatos de sedimentação correspondem aos períodos de regressão marinha. O produto de erosão das terras emersas deu origem aos pacotes de rochas sedimentares que no nosso território cobrem o cristalino, em grande parte capeadas de rochas magmáticas.

— E no estágio atual? — quis saber o engenheiro Cássio, não afeito àquela disgressão geológica.

Descansei na murada. Apontei para o Tibagi. Respondi.

— No estágio atual vive-se a fase de desnudação. Os sedimentos arrancados da Serra do Mar são carregados pelos rios da vertente leste. Assoriam o golfão de Paranaguá. As águas da vertente oeste levam sedimentos erodidos dos planaltos para a calha do grande Paraná, que, à sua vez, despeja-os no estuário do Rio da Prata que, disse Euclides da Cunha, é uma ilusão geográfica, que pouco a pouco se apaga.

— E se o território argentino afundar? — indagou o engenheiro Cássio.

Respondi pronto.

— Se o território argentino sofrer um movimento eustático negativo, isto é, de submersão, assistiremos ao recrudescimento da desnudação dos nossos planaltos, pois outra sedimentação começará a partir do novo aparelho litoral assim formado. Ao contrário, sendo o movimento ascensional, isto é, eustático positivo, novo relevo ganhará a planície platina, de acordo com as condições locais de clima e da natureza das rochas...

— Um exemplo! — reclamou o engenheiro Cássio.

Respondi prontamente.

— Dou-lhe. É o caso da escarpa devoniana da Serrinha, em outros tempos situada bem mais para leste. Aos poucos a erosão fê-la recuar, até alcançar a posição atual. Porém, se as condições de drenagem permanecerem as mesmas, dentro

em pouco desaparecerá como linha de relevo, propiciando, num tempo geológico relativamente curto, emergirem à superfície os terrenos algonquianos da série Açungui...

— Enquanto isso não acontece — disse-me o engenheiro Cássio — há tempo para irmos a Jataizinho...

Capítulo 49

ALDEAMENTO SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

*Pois acredite vosmecê:
simpatizei muito com o frei...*
Monteiro Tourinho

Na altura em que transpusemos a ponte de concreto, o rio Tibagi, com pouco mais de 300 metros de largura e até 20 de profundidade, oferece ao viajante deslumbrante paisagem. Então o jeep embicou na rua principal de Jataizinho.

No aspecto geral a cidade pouco difere das demais de pequeno porte existentes no planalto de terras roxas. Porém, à beira do rio, em altitude de apenas 346 metros, seu verão é mais intenso que o de Londrina. Em outros tempos foi duramente castigada pela malária. Grassava endemicamente na densa floresta do vale do Paranapanema, rio grande, azarento, cheio de doenças, diziam os índios. Na praça principal, onde resta a Matriz, admiramos a herma de frei Timóteo de Castelnuovo, que viveu naquela região entre os anos de 1854 e 1895. Deixou um manuscrito: “Princípio e Progresso do Aldeamento Indígena São Pedro de Alcântara.”

Para defendermos nossas cabeças do

causticante sol tropical procuramos assento sob a folhagem de frondosa cabriúva, filha da prodigiosa terra roxa. Então, após descansar algum tempo, perguntou-me Cássio o que teria se passado no bestunto do frade capuchinho para trocar a bela região de Gênova, onde nascera, em 1823, no vilarejo de Castelnuovo Magra, pelo sertão do Paranapanema, entre índios Caiuás, sertão tão grandioso que dez homens mal abraçavam uma figueira branca.

Não respondi de pronto. Pensei na antiga Gênova, debruçada no mar Tirreno. Na Gênova que domina os mercados da África do Norte, do mar Egeu, da Síria e até da Criméia. Algum desgosto amoroso ou feroz fanatismo religioso, sedento de salvar almas, tão comum na época, como se isso fosse possível? Então, entre dentes resmunguei: Já não se fazem frades como antigamente...

Apontei o indicador na direção das fontes do Tibagi. Expliquei ao Cássio.

— A coisa começou longe. Nas bandas dos Campos Gerais. No tempo em que após as cansativas incursões de Botelho Mourão nos vales do Iguazu e do Ivaí, ainda restou algum apetite aos curitibanos para investir na exploração do riquíssimo vale do Tibagi. Porém, por absurdo que pareça, o autor da façanha não era curitibano. Gaúcho. Chamava-se João da Silva Machado, mais tarde barão, pelos importantes serviços prestados ao país...

Deixei o banco para melhor falar. Continuei.

— Seu baronato está errado. Não devia ser Barão de Antonina. Barão de Jataí lhe assentaria melhor. Foi um homem sedento de terras... embora na época elas não representassem grande pecúnia. Talvez, nele, mais que a fome de terras, vingasse o gosto por aventuras. Adorava abrir picadas no sertão desconhecido. Para esse serviço contratou o sertanista Joaquim Francisco Lopes, mineiro, irmão daquele guia Lopes que Taunay celebrou em 'A Retirada de Laguna'. Também o agrimensor norte americano John Henrique Elliot que havia trabalhado em São Paulo...

— O barão era agrimensor? Conhecia a arte de medir terras? — indagou Cássio.

Sacudi a cabeça e exclamei:

— Qual nada! — Filho de modesto alfaiate, acredito não ter ultrapassado o curso primário. Mas tinha valor. Valor intrínseco, igual ao da libra esterlina ouro. Foi tudo na vida. Tropeiro, político, militar, latifundiário, explorador, barão. Graças à sua atitude a Revolução Liberal, de Sorocaba, não encontrou guarida na nossa Comarca. Machado soube neutralizar os fazendeiros dos Campos Gerais. Em troca arrancou dos chefes das tropas a promessa da emancipação da 5ª Comarca...

Acomodei-me outra vez no banco de madeira. Caía a tarde silenciosa e mansa. O temporal de verão devia estar irrigando as terras de Maringá.

Continuei.

— Há quem ponha no rol de seus sonhos o descobrimento dos lendários Campos do Paique-

rê, que os indígenas contavam existir entre os rios Piquiri e Iguaçu. Absurdo! Neste caso não tratariam de explorar o Tibagi!

— Certo.

— Outros contam que usou de suas amizades na Corte e propôs-se a encontrar o melhor caminho entre o oceano Atlântico e Mato Grosso, de forma a favorecer o deslocamento de tropas militares em caso de conflito armado com o Paraguai...

— Receio de Solano Lopes?

Meneei a cabeça num gesto de negação.

— Não. Até 1840 nosso belicoso vizinho Paraguai esteve submetido à ditadura do célebre dr. Francia. Isolou e isolou-se do mundo civilizado. Após sua morte, a Assembléia paraguaia elegeu Dom Carlos Lopes...por dez anos. Mas este presidente não demorou a assumir poderes ditatoriais. Porém, ao contrário de Francia, aproximou-se do Brasil. Facilitou-nos o comércio com Mato Grosso pela via fluvial do rio Paraguai. Nossas dificuldades só começaram após 1862, quando o presidente Carlos faleceu e foi democraticamente substituído pelo filho Solano, que transformou o Paraguai na Prússia sul-americana.

— Jataí já existia?

— Já. A primeira expedição exploradora partiu da Fazenda Fortaleza, em 1847. Comandou-a o sertanista Lopes. Ela alçou um ponto do rio Tibagi a partir do qual permite a navegação, justamente na barra do rio Jataí.

— Prosseguiu para Mato Grosso?

Prosseguiu. Mas se fôssemos segui-lo nossa estória não terminaria antes da meia noite. Na barra do rio Jataí o futuro barão propôs sediar uma Colônia Militar, o que aconteceu em 1855, instalada pelo major Tomás José Nunes. Recebeu a denominação de Colônia Militar de Jataí. Para nela servir como missionário foi designado o frade capuchinho Timóteo da Castelnuovo, nomeado chefe da Missão Indígena do Paraná. O frei chegou em 1854. Então Silva Machado incumbiu-o de fundar, na outra margem do rio, o aldeamento catequese São Pedro de Alcântara, inaugurado em 1855. Esse frade capuchinho foi um benemérito, mas não escapou aos tropeços da política municipalista de Tibagi, dominada por mão de ferro por Telêmaco Borba. Meu avô, capitão Monteiro Tourinho, lá esteve em inspeção à Colônia Militar, em 1883. Contou ao filho Mário, que me transmitiu a conversa, que o frei beirava os setenta anos. Porém, se desavindo com Telêmaco, por tê-lo derrotado no projeto dos camaristas que visava a taxar com impostos a produção dos índios, inclusive a aguardente de cana, sofreu as consequências. Telêmaco era o manda-chuva da região. Frei Timóteo rebateu todas as calúnias no relatório que enviou ao Presidente da Província, em 1881. No julgamento do meu avô o frei irradiava muita simpatia...

Capítulo 50

ALERTA MALTHUSIANO

*Pode-se seguramente declarar
que se a população não for
contida, dobra cada 25 anos.*
Pastor Robert Malthus

Nem dia claro, nem noite escura. Lusco-fusco da tarde que morria. Da janela do hotel, distraio-me. Observo o burburinho que vai pelas ruas de Londrina. Gente que nunca mais se acaba... onde há 20 anos só havia índios. O receio de assistir ao aumento desmesurado da população transformando o Norte do Paraná numa nova China, recordo-me certa palestra com o professor Durval Ribeiro, numa terça feira de carnaval curitibano. Também ainda não era noite, nem terminara o dia. Multidões despejavam-se dos ônibus na praça Santos Andrade. Gente dos bairros, para presenciar os desfiles dos blocos. Indagasse de onde provieram os avós, responderiam que do vale do Reno, das margens do Piave, da planície do Vístula, das estepes ucranianas, do arquipélago japonês, das terras onde Moisés, Cristo e Maomé pregaram o Deus único. Pior que a torre de Babel. Com uma diferença. Seus descendentes aprenderam a falar

a mesma língua.

Durval percebeu minha curiosidade. Serviu-me café. Disse-me: — Assistisse Malthus a esse espetáculo concluiria ter sido inútil o alertamento que fizera no apagar do século dezoito... E ajuntou: — Dentro do padrão de vida atual, quantos habitantes poderá abrigar o território paranaense? Quando estará saturado?

Meditei alguns instantes. Depois respondi.

Vai demorar. A ocupação começou no oeste, com as missões jesuíticas no vale do Piquiri, Ivaí e Tibagi, entre 1557 e 1576. Mas já no começo do século seguinte elas foram destruídas pelos bandeirantes paulistas. Restam as ruínas. A penetração leste foi mais bem-sucedida. Começou em 1630, com os descobrimentos dos aluviões auríferos dos rios da vertente atlântica. Se a produção da riqueza tem por finalidade a sustentação do homem na face da Terra, seria interessante o estudo comparativo entre o crescimento da população e a progressiva ocupação do solo...

— ...tarefa difícil, por não conhecermos o que de riquezas esconde o nosso território...

— ...motivo que limita a observação ao comportamento numérico da população...

— ...embora os censos muito espaçados e pouco confiáveis...

— Realmente são poucos — concordei. Em 1872 éramos 126 mil habitantes. A seguir, 250 mil em 1890; 330 mil em 1900; 690 mil em 1920; 1,2 milhões em 1940 e 2,1 milhões em 1950...

— ...e 4 milhões em 1960, se a projeção estatística não falhar...

— ... 6,5 milhões em 1970...

— ... ou, em habitantes/km², 3.5 em 1930; 16.6 em 1950; 32 em 1970! — acrescentou Durval. E juntou: — O que não constitui problema. Na Alemanha a densidade é de 200, na Holanda de 312... que só alcançaremos quando chegarmos a 60 milhões de habitantes!

Concordei. Aceitei outra xícara de café. Retomei o discurso.

— Os Estados Unidos têm hoje 20 hab/km², densidade que devemos alcançar em 1960. Em 1950 a de São Paulo era de 37, de Minas Gerais apenas 15... e do nosso Distrito Federal, que inclui a cidade do Rio de Janeiro, 1800! Um bloco desfilou pela praça diante da estátua de Rui Barbosa. Cantava a marchinha “Mãe eu quero mamar...”, sucesso carnavalesco da década de trinta. O grande jurisconsulto baiano, que em 1904 fizera enorme escarcéu contra a vacina obrigatória de Osvaldo Cruz, sequer perturbou-se. Manteve o olhar na direção do edifício da Universidade... Prossegui.

— O que me impressiona, professor Durval, é o avanço da nossa população quando comparada à dos demais estados da federação. Em 1890 éramos o 17°. Em 1960 seremos o 5°, só superados por São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Rio Grande do Sul...

— E você não teme o fantasma da superpopulação? Levei algum tempo a concatenar as

ideias. Mas logo respondi.

— Uma coisa puxa a outra. Há uma correlação entre civilização e natalidade. Quanto mais civilizado um povo, menor sua taxa de natalidade. À medida que o Paraná evoluir da agricultura para a industrialização, a taxa de natalidade cairá. Além disso temos fronteira com Mato Grosso, território que, além de deserto e inexplorado, tendo sete vezes a superfície do Paraná, está pronto para receber o excedente dos estados sulinos.

— E onde ficam as previsões do pastor Malthus?

Fui à janela ver o desfile do bloco que cantava “O teu cabelo não nega...”, sucesso do carnaval de 1931. Depois dei minha opinião sobre as ideias de Malthus.

— As ideias deste pastor estão ultrapassadas. Na ocasião deixou-se influenciar pelos livros de Godwin. Não apenas *Political Justice*. Também, *Enquirer*. Foram publicados em 1793 e 1797. Nasceu em país pobre que sofria as consequências da guerra, via seus semelhantes enjaulados num espaço escasso de terras férteis. Embotado pela tese do crescimento aritmético dos alimentos e geométrico da população, só viu acumularem-se nuvens negras no horizonte. Não podia prever o progresso da química orgânica e da genética vegetal. Mais tarde, Oppenheimer, professor em Frankfurt, mencionado pelo economista Weber, da Escola de Munique, anunciou que o nosso planeta poderia abrigar 225 bilhões de seres humanos, tomando por base a albumina necessário por indivíduo. À

medida que cresceu a densidade populacional, o homem abandonou o nomadismo. Fixou-se na agricultura. Mas a última etapa é a industrialização. Disse Wagemann que até 10 hb/km² só são viáveis, economicamente, o pastoreio e a agricultura rudimentar, ou alguma atividade aplicada à obtenção de matérias primas. Entre 10 e 100, caso do Paraná, já há lugar para a agricultura intensiva e manifestações industriais. Ao atingir a densidade 100, a região chega a ponto de ebulição político-demográfico...

— ...do qual ainda estamos longe...

—...quando só pode sustentar-se economicamente com atividades secundárias e terciárias, a indústria e o comércio...

— ...embora a industrialização norte americana tenha se realizado abaixo desse ponto...

Concordei. Mas adverti.

— Em assuntos dessa natureza não há normas rígidas. A China, que conta com 1 bilhão de habitantes ainda não se industrializou. Tampouco a Índia...

Despedi-me. A rua XV estava repleta de gente que nunca ouvira falar das previsões pessimistas do pastor Malthus...



Estante Paranista

- 01- **Cem anos de imprensa no Paraná (1854-1954)** - Osvaldo Pilotto - 1976
- 02- **Apontamentos históricos de União da Vitória (1768 - 1933)** - Cleto da Silva - 1976
- 03- **Assuntos diversos** - Luiz Carlos Pereira Tourinho e outros - 1976
- 04- **Palmeira: Reminiscências e tradições** - Astrogildo de Freitas - 1977
- 05- **Recordações de um cosmógrafo de Cabeza de Vaca** - Luiz Carlos Pereira Tourinho - 1977
- 06- **A nau São Sebastião** - Alvir Riesemberg - 1978
- 07- **O tecnocrata e outros** - Luiz Carlos Pereira Tourinho - 1978
- 08- **Eles não acreditavam na morte** - Fredericindo Marés de Souza - 1978
- 09- **As sesmarias do Paraná no século XVIII** - Marina Lourdes Ritter - 1980
- 10- **Subsídios para a história do Teatro no Paraná** - Maria Thereza Lacerda - 1980
- 11- **Cinqüentenário da revolução de trinta no Paraná** - Luiz Carlos Pereira Tourinho - 1980
- 12- **O tempo de meu pai** - Túlio Vargas - 1980
- 13- **Pioneirismo italiano no Brasil Meridional** - Beatriz Pellizzetti - 1981
- 14- **Historiadores do Paraná** - 33 autores - 1982
- 15- **A arquitetura do imigrante polonês na região de Curitiba** - Jussara Valentini - 1982
- 16- **Quando o Paraná se levantou como uma nação** - Valfrido Pilotto - 1982
- 17- **A lavoura de fumo em Irati, a produção familiar e capitalismo** - Veraluz Zicarelli Cravo - 1982

- 18- **Memórias de um decetista** - Astrogildo de Freitas - 1984
- 19- **João Zaco Paraná** - Edwino Donato Tempski - 1984
- 20- **Palmeira: Reminiscências e Tradições** (volume II) – Astrogildo de Freitas – 1984
- 21- **Paraná, Sudoeste**: ocupação e colonização - Ruy Christovam Wachowicz - 1985
- 22- **Malhas da pobreza**: exploração do trabalho de pescadores artesanais na baía de Paranaguá - Marília de Carvalho Kraemer - 1985
- 23- **Ilha do Mel, ontem e sempre** – Hellê Vellozo Fernandes -1985
- 24- **Toiro Passante I**: Tempo de Capitania - Luiz Carlos Pereira Tourinho - 1985
- 25- **Toiro Passante II**: Tempo de Província – Luiz Carlos Pereira Tourinho - 1986
- 26- **Afonso Botelho de São Payo e Souza** – David Carneiro -1986
- 27- **Relatos de um pioneiro da imigração alemã** – Gustav Hermann Strobel - 1987
- 28- **Contestado** – Alcibiades Miranda - 1987
- 29- **O Presidente Carlos Cavalcanti e a revolta do Contestado** – Fredericindo Marés de Souza - 1987
- 30- **Contestado, distorções e controvérsias** – Mario Marcondes de Albuquerque - 1987
- 31- **O magnífico Reitor** – Arthur Virmond de Lacerda Neto -1988
- 32- **Respingos** – Luiz Carlos Pereira Tourinho - 1988
- 33- **Crônicas** – Luiz Carlos Pereira Tourinho - 1988
- 34- **Toiro Passante III**: Tempo de República Velha - Luiz Carlos Pereira Tourinho - 1990
- 35- **Toiro Passante IV**: Tempo de República Getuliana – Luiz Carlos Pereira Tourinho - 1991
- 36- **Os curitibanos e a formação de comunidades**

- campeiras no Brasil Meridional** – Roselys Vellozo Roderjan - 1992
- 37- **Recordações de um cosmógrafo de Cabeza de Vaca** - 2ª edição – Luiz Carlos Pereira Tourinho - 1992
- 38- **Porto, ferrovia, separatismo, etc** – Luiz Carlos Pereira Tourinho - 1993
- 39- **Toiro Passante V - 1º Parte**. Tempo de República Democrática - Luiz Carlos Pereira Tourinho - 1994
- 40- **Seara Excelsa** – Valfrido Pilotto - 1998
- 41- **Pais, Filhos, Encontros, Desencontros** - Anita Zippin - 1999
- 42- **Curitiba e suas variantes toponímicas Coré, Cure, Curiy** -Francisco Filipak - 1999
- 43- **Paraná, encruzilhada de caminhos** – Raymundo Negrão Torres - 2001
- 44- **De Catanduvas ao Oiapoque** - Milton Ivan Heller - 2006
- 45- **Símbolos: Brasil, Paraná e Curitiba** (Histórico e Legislação) - Ernani Costa Straube - 2002
- 46- **Frei Miguel Bottacin** - Seu testemunho cristão e franciscano - Jorge Antonio de Queiroz e Silva - 2002
- 47- **Luzes da memória** - Lauro Grein Filho - 2002
- 48- **Painel de realidades** - Lauro Grein Filho - 2005
- 49- **Teu nome é história** - Nylzamira Cunha Bejes - 2007
- 50- **As montanhas do Marumbi** - Nelson Luiz Penteado Alves- 2008
- 51- **Vida e obra de Annibal Borges Carneiro: O Educador** - 1905-1982 - Odebal Bond Carneiro - 2009
- 52- **Respingos da Guerra dos Farrapos na Comarca de Curitiba** – Carlos Zatti – 2012
- 53- **50 Documentos: 1798 / 1822** – IHGPR – 2012

- 54- **Lama vermelha** - S. S. Rocha - 2014
- 55- **Questão de Limites na Visão dos Governantes do Paraná** - IHGPR (Organização: Ernani Costa Straube) – 2014.
- 56- **Toiro Passante V – 2ª Parte**. Tempo de República Democrática – Luiz Carlos Pereira Tourinho - 2016

